

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em História

Roberto R. F. do Nascimento

Campo dos Bugres-Sede Dante:
a formação urbana de Caxias do Sul
(1876-1884)

Porto Alegre
2009

Roberto R. F. do Nascimento

Campo dos Bugres-Sede Dante:
a formação urbana de Caxias do Sul
(1876-1884)

dissertação apresentada como requisito
para a obtenção do grau de Mestre pelo
Programa de Pós-graduação em História
pela Pontifícia Universidade Católica do
Rio Grande do Sul

Orientadora: Dr^a. Núncia Santoro de Constantino

Porto Alegre
2009

À Virgínia e Cecília.

Agradecimentos

Agradeço a todos que colaboraram com a feitura deste trabalho de pesquisa.

Em primeiro lugar, sou imensamente grato à Dr^a. Núncia Santoro de Constantino, pela orientação segura e democrática, indicando – e nunca impondo – os caminhos que eu poderia seguir;

À Dr^a. Loraine Slomp Giron, por compartilhar seu conhecimento e pelo estímulo que suas pesquisas causam nos estudiosos da imigração e colonização;

Ao Dr. Roberto Radünz, sempre disposto a colaborar com seus ex-alunos;

Aos funcionários do Arquivo Nacional, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e do Arquivo Histórico João Spadari Adami, pela presteza e paciência;

À Daniela Amoretti Finkler, pela revisão gramatical do texto.

Aos meus amigos e companheiros, que foram muito importantes na consecução deste texto;

Por fim, presto uma homenagem especial à Áurea, minha mãe, lutadora que não se entrega nunca;

Com o Alexandre e o Douglas, meus irmãos, e com Tereza, minha tia, compartilho essa pequena vitória.

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.
– Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta Kublai Khan.
– A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco –, mas
pela curva do arco que estas formam.
Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:
– Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.
Polo responde:
– Sem pedras o arco não existe.

Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*, página 79.

Marco Polo descreve uma cidade, pessoa por pessoa.
– Mas qual é a pessoa que sustenta a cidade? – pergunta Kublai Khan.
– A cidade não é sustentada por esta ou aquela pessoa – responde Marco –,
mas pela sociedade que forma.
Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:
– Por que falar das pessoas? Só a sociedade me interessa.
Polo responde:
– Sem pessoas a sociedade não existe – nem a cidade.

Resumo

A sede da Colônia Caxias começou a ser ocupada em meados de 1876, mas seu projeto “urbanístico” só foi organizado definitivamente em fins de 1878, sendo posto em prática a partir do início de 1881. O modelo urbano escolhido foi o do tabuleiro de xadrez, com longa trajetória histórica, utilizado principalmente em zonas de colonização. Este trabalho acompanha a história das cidades “planejadas” geometricamente, desde a Antigüidade Clássica até 1878, quando foi concebido o plano da povoação de Caxias. Também acompanha a legislação do Império do Brasil sobre a colonização e a imigração, e a formação dos engenheiros brasileiros. A partir desses três aspectos de investigação é que se pôde criar o panorama geral para compreender a escolha e execução do tabuleiro de xadrez como modelo de cidade na serra do nordeste do Rio Grande do Sul.

Abstract

The village of Colônia Caxias began its settlement in the middle of 1876, but its "urbanistic" plan only was definitely organized in the ends of 1878. Urban model chose was the chessboard, with long historic trajectory, used mainly at colonization zones. This work come with the history of "planning" cities, since the Ancient Age to 1878, when it was conceived Caxias village's plan. Also come with the Empire of Brazil's legislation about colonization and immigration, and brazilian's engineers college schedule. From this three views of investigation it could be created a general panorama to understand the choice and execution of chessboard as a cities model on mountains of northeast Rio Grande do Sul.

Lista de ilustrações

Planta de Mileto.....	21
Planta de Timgad.....	22
Centurições romanas.....	23
Planta de Barcelona.....	26
Planos urbanos de Fonzaso e Gorgonzola.....	32
Detalhe de Arsiè.....	33
Detalhe de Besenello.....	34
Mapa do Vêneto.....	39
Manoel Barata Góes.....	59
Projeção de lote colonial.....	61
Planta Geral das Colônias do Estado.....	62
Dom Pedro II.....	63
Planta de Caracas.....	71
Planta de São João Batista.....	72
Projeto da Sede da Colônia Caxias.....	85
Mapa de parte da sede da Colônia Caxias.....	90
Mapa de parte da sede da Colônia Caxias.....	91
Fotografias da rua Silveira Martins.....	92
Planta com a ocupação da sede da Colônia Caxias em 1884.....	101
Planta da Colônia Silveira Martins.....	117

Sumário

Introdução.....	11
As cidades do norte italiano.....	19
A cidade e a forma.....	19
A forma da cidade na Itália Setentrional.....	28
O Vêneto e a emigração.....	34
As autoridades colonizadoras.....	41
A legislação que organizou a colonização.....	41
A administração das colônias.....	45
As escolas de engenharia e seus programas.....	49
Os engenheiros que trabalharam em Caxias e suas origens acadêmicas.....	57
Funcionários e imigrantes.....	63
Campo dos Bugres-Sede Dante.....	68
As cidades da América ibérica.....	68
A forma das cidades no Rio Grande do Sul.....	74
Campo dos Bugres-Sede Dante.....	78
A vida na sede.....	94
Considerações finais.....	104
Bibliografia.....	108
Fontes.....	113
Anexos.....	114

Introdução

A colonização no Brasil do século XIX foi um vasto empreendimento, levado adiante pelo Estado imperial, grande agente colonizador, e por particulares. O corpo dirigente brasileiro tinha noção do papel estatal, tão bem definida por um prócer do Império, quando escreveu que “a colonização deve de ser obra do Estado”¹

Sem esquecer os esforços de Portugal, a partir da metade do século XVIII, para povoar sua colônia americana com reinóis, saídos dos Açores, foi com o Brasil independente que o processo teve planejamento e conseqüência, entremeado por hiatos, relacionados com dificuldades, as mais diversas.

Em 1824 o Estado brasileiro, sob o incentivo de Pedro I, começou a colonização de terras no Rio Grande do Sul com colonos originários de áreas do que um dia seria a Alemanha unificada. Nasceram assim as colônias de São Leopoldo, Três Forquilhas e Dom Pedro de Alcântara.

Durante os anos em que a província esteve em estado de guerra, no período da Revolução Farroupilha, a colonização não avançou. Mas, tão logo houve a pacificação e a província, outrora estado independente e republicano, voltava aliviada ao seio do Império, era retomado o processo colonizador. Naquele período foi fundada, entre outras, a colônia de Santa Cruz do Sul – mais especificamente em 1849.

As iniciativas da província, no campo da colonização, sofriam resistências que quase lhe impediam levar o programa adiante. A elite econômica e política provincial, baseada na campanha criadora de gado e militarizada, não teve a colonização entre suas prioridades. Pelo contrário, combateu-a como pode. Tanto que as colônias que deveriam ser ocupadas com estrangeiros sob a autoridade e orientação da província mal saíram do papel.

No último quartel do século XIX o poder central retomou a iniciativa da colonização. O Brasil vivia um momento econômico e político que indicava a imigração e a colonização como respostas adequadas aos desafios que a *débâcle* de sua estrutura social apresentava. As terras eram suas, demarcadas

¹ SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão de. Relatório do Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1878. Pág. 52. AHRGS, B-3.09.

conforme sua vontade e legislação; os colonos eram, em sua quase totalidade, homens e mulheres saídos do mundo rural da recém unificada Itália, em época de transição econômica, ávida de exportá-los. A Europa vivia o fim de um ciclo de dominação total do liberalismo e o início de um período de crise econômica que derivava desse “reinado”, e que produzira uma legião de homens e mulheres prontos a emigrar. O fim da “era do capital”, segundo Eric Hobsbawm, criou o maior movimento migratório que se tem notícia. O Brasil e a Itália, nesse contexto, eram a mão e a luva.

O Rio Grande do Sul foi uma das províncias do Império a alojar colônias e receber colonos no novo ímpeto estatal. Elas e eles houveram em muitas outras – no Espírito Santo, nas Minas Gerais, no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina, desde os primeiros tempos da autonomia política do país. O que a distinguiu, em certa forma, foi a quantidade de estabelecimentos de responsabilidade do Estado. De fato, no Rio Grande do Sul nasceu, percentualmente, a maior parte das colônias estatais.² E foi na província, portanto, que muito bem coube a afirmação de Sinimbu.

A colonização ser obra do Estado significava ser responsabilidade do Estado e tarefa que só ele poderia levar adiante. Colonizar as terras devolutas brasileiras foi um empreendimento caro, daqueles que a estratégia político-econômica de longo prazo justificam – os resultados imediatos não. Tanto era caro que o próprio Estado, através da fala e ações de seus dirigentes, queriam pôr as colônias a andar com suas próprias pernas o mais rápido possível.

A influência estatal permeou todos os aspectos da empresa colonizadora, marcadamente em sua forma urbana, com a construção das sedes dos territórios coloniais, sendo a de Caxias objeto principal da pesquisa que a seguir será conhecida. E o princípio norteador da ação do Estado era a retidão.

A linha reta: eis a obsessão burocrática da primeira colonização do nordeste do Rio Grande do Sul. Acompanhar-se-á a linha reta sendo traçada pelos funcionários imperiais e determinando a figura do mundo rural e urbano. E a linha reta, como instrumento e como símbolo colonizador, havia percorrido

² GIRON, Loraine Slomp Giron e BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Terra e homens*. Colônias e colonos no Brasil. Caxias do Sul : Educs, 2004. Pág. 47.

uma longa, longuíssima jornada até chegar ao projeto imperial brasileiro, ultrapassá-lo e seguir adiante.

Três foram as indagações quanto ao desenho imposto sobre a forma natural, que nortearam a pesquisa e resultaram nesta dissertação. A primeira questionava a relação entre a forma rural da colonização, com suas divisões administrativas em léguas, e com estas subdivididas em travessões e linhas, que seguiam rigidamente os pontos cardeais, e a forma urbana do povoado de Caxias: se num espaço territorial amplo e topograficamente muito acidentado a forma dos lotes foi determinada *anteriormente* (na lei e nas pranchetas) de forma inflexível, o ato contínuo seria a repetição do mesmo padrão na área destinada ao povoado e às atividades não-rurais. A segunda indagação referia-se às autoridades que levaram adiante, *in loco*, o processo de ocupação das terras devolutas por imigrantes, que tinha sido elaborado em leis. A determinação legal não bastava; era necessário que funcionários do Estado imperial também, de certa forma, *emigrassem*, para administrar e construir as colônias pretendidas pelos dirigentes do país. Esses funcionários viveram e estudaram em um ambiente que também levava a uma rigidez e inflexibilidade de suas ações: a legislação e os programas das escolas de engenharia produziam profissionais que deveriam aplicar o desenho rural e urbano que foi aplicado nas colônias. A terceira questão, que às anteriores se liga, era sobre a ação dos imigrantes quanto a este mundo que lhes era *oferecido*: este mundo *reto* era muito diferente do qual eles provinham. Diferentemente de outros assuntos, quanto à forma da cidade e da área rural os imigrantes parecem não terem procurado recriar sua cultura.

Fernand Braudel escreveu o texto “A longa duração” em 1958, momento no qual, afirmava, havia “uma crise geral das ciências do homem”.³ No período a História enfrentava uma ofensiva das outras ciências sociais, questionando sua validade, e o texto de Braudel tinha como objetivo prático estabelecer uma aproximação entre os contendores. E, para ponto dessa aproximação, o

³ BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa : Editorial Presença, 1990. Pág. 07.

historiador francês indicava, superando a controvérsia do tempo, a longa duração.

A longa duração era uma forma de observar o tempo histórico que fugiria do tempo breve, acontecimental (para o historiador francês a mais caprichosa e enganadora das durações), que tinha sido o campo *par excellence* da história política. Também superaria o que Braudel chamou de oscilação cíclica, com o tempo de observação do historiador tornando-se mais lento, dando espaço à história quantitativa, e relegando o acontecimento de um dia ou de dias, alimento da história tradicional, como um tempo frágil para uma análise histórica científica. O tempo cíclico deveria ter seguido adiante, levando a ciência histórica à longa duração, o que não ocorreu. Para Braudel, ele conciliou com o tempo breve, indicando uma acomodação acadêmica e não uma postura científica necessária. A longa duração então não era um tempo consolidado na pesquisa histórica.⁴

Para se entender o *acontecimento* rural e urbano colonial nas terras imperiais devolutas do nordeste do Rio Grande do Sul, o mais adequado é fazê-lo com o tempo longo, longuíssimo. A colonização foi um instrumento dos estados desde a Antigüidade Clássica, e nos seus procedimentos se encontram métodos que permaneceram pelos séculos. A implantação da colonização através de métodos autoritários e suplantando as dificuldades que a natureza impunha também permaneceu como uma constante nas diferentes experiências colonizadoras. E a forma urbana das cidades criadas em territórios coloniais, independente da época, do povo e da terra, seguiu padrões semelhantes. A distinção que se pode fazer encontra-se em Mumford: uma forma semelhante não tem, necessariamente, um significado semelhante, numa cultura diferente.⁵ Essa fórmula reforça a necessidade da longa duração: as funções, os objetivos, os critérios podem mudar pelo tempo, pela sociedade, pela topografia: mas a *idéia*,⁶ como modelo pronto, *permanece*.

⁴ “Entre os diferentes tempos da história, a longa duração apresentou-se, pois, como um personagem embaraçoso, complexo, freqüentemente inédito. [...] Para o historiador, aceitá-la equivale a prestar-se a uma mudança de estilo, de atitude, a uma inversão de pensamento, a uma nova concepção do social. Equivale a familiarizar-se com um tempo que se tornou mais lento, por vezes, até quase ao limite da mobilidade.” *Idem, Op. cit.* Pág. 17.

⁵ MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. SP : Martins Fontes, 1982. Pág. ...

⁶ “Para nós, historiadores, uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar. Certas estruturas são dotadas de uma visão tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações:

Com a longa duração se observará que o acontecimento da organização do projeto para o povoado da sede da Colônia Caxias é tributário de outros acontecimentos que ocorreram durante os séculos anteriores a ele.

Nessa perspectiva do tempo a pesquisa será apresentada em três capítulos, procurando elencar as origens e o desenvolvimento das formas da cidade “planejada”, atributo ao qual se filia a sede da Colônia Caxias.

O primeiro capítulo se chama *As cidades do norte italiano*. Começa-se de início a inserir o objeto da pesquisa no método escolhido para explicá-lo. A primeira parte do capítulo trata da forma das cidades ditas planejadas, que remonta às sociedades antigas, percorrendo o seu trajeto até o final do século XIX, quando foi criado o povoado-sede de Caxias. Na segunda parte estuda-se a forma da cidade no norte italiano, que inclusive dá título ao capítulo. As cidades daquela parte da Itália, local de origem dos colonos de Caxias, são filiadas ao modelo de cidade “orgânico”, onde não é a linha reta e a geometria que desenham a cidade. Na terceira parte do capítulo se repassa aspectos da vida nas cidades e pequenos povoados do Vêneto, responsável por quase sessenta por cento dos emigrantes que vieram para o Rio Grande do Sul.

O segundo capítulo se propõe a estudar *As autoridades colonizadoras*. Foram elas, representantes do Estado brasileiro, que fizeram a mediação entre os colonos que chegavam e a legislação que ordenou o processo colonizador. É pela análise da legislação, focada nas determinações sobre medições, ocupação e forma das colônias, que se inicia o capítulo. Na seqüência do texto se depara com a parte que trata das direções e dos diretores das colônias, suas atribuições, obrigações, prerrogativas e dificuldades. A parte que segue é dedicada às escolas de engenharia e seus programas de ensino, procurando conhecer a formação dos funcionários com esta qualificação, responsáveis pelos trabalhos técnicos nos territórios a colonizar. A lista dos engenheiros e suas origens acadêmicas é o que se vê logo depois. Finalizando o capítulo, as

obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu decorrer. Outras, pelo contrário, desintegram-se mais rapidamente. Mas todas elas constituem, ao mesmo tempo, apoios e obstáculos, apresentam-se como limites (*envolventes*, no sentido matemático) dos quais o homem e as suas experiências não se podem emancipar. Pense-se na dificuldade em romper certos marcos geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade e até reacções espirituais: também os enquadramentos mentais representam prisões de longa duração.” BRAUDEL, *Op. cit.* Pág. 14.

relações entre os funcionários do império e os colonos, em alguns momentos conflituosas, mas marcadas pelo cunho *público* e não *privado*.

No terceiro capítulo se chega ao *Campo dos Bugres-Sede Dante*, denominações que recebeu a sede da Colônia Caxias. A sede recebe aqui a denominação composta porque ficou conhecida como Campo dos Bugres e Sede Dante, mas não há certeza sobre o período da troca do nome. Dentro do recorte da pesquisa ela aparece com os dois “batismos”, motivo pelo qual ser grafada conjuntamente. Além disso, mesmo quando Sede Dante se encontra referências ao local como Campo dos Bugres. A primeira parte do capítulo dedica-se a conhecer a ocupação e urbanização da América ibérica. Há uma distinção histórica entre a forma que espanhóis e portugueses ocuparam suas porções americanas. Percorre-se esse itinerário por causa das semelhanças de forma e conteúdo entre as cidades hispano-americanas e a sede de Caxias. Continua-se o texto tratando da forma urbana das cidades no Rio Grande do Sul. Vê-se que, por ser de ocupação tardia, a província foi povoada na fase em que Portugal exercia outra política urbanística, mais próxima da espanhola, mas com filiações diferentes. Ao que parece, foi o Iluminismo que fez o estado português mais rígido com a forma de suas cidades – deve-se registrar que isto ocorreu após a União Ibérica, na qual o país estava subordinado à Espanha. Enfim, chega-se à povoação sede da Colônia Caxias, entre 1876 e 1884. A forma que o povoado recebeu fecha a trajetória, na pesquisa, é claro, que começou com as cidades de linha reta do mundo antigo. Encerrando o terceiro capítulo se encontra aspectos da vida dos moradores da sede que tem relação com o modelo urbano nela executado.

A contribuição da pesquisa para os estudos da imigração e colonização do nordeste do Rio Grande do Sul são documentos cartográficos inéditos, encontrados no acervo do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Além das colônias do nordeste do Rio Grande, também se referem a do centro do estado, Silveira Martins.

Em 1878 foi delegada ao engenheiro José Thomé Salgado a tarefa de inspecionar as colônias imperiais instaladas na província. Dessa inspeção resultou, além de relatórios elencando as virtudes e os defeitos do programa colonizador, a confecção de materiais cartográficos que, para a atualidade, são

como retratos, instantâneos, do início da empresa colonizadora. O agrimensor Affonso Hebert, ajudante do engenheiro Salgado, produziu uma planta geral das colônias Conde d'Eu, Dona Isabel e Caxias, uma cópia da planta da Colônia Silveira Martins, e uma cópia original do projeto da povoação da sede da Colônia Caxias no Campo dos Bugres. Estes documentos datam do ano de 1879. Felizmente estão bem conservados e permitirão aos pesquisadores novos estudos e subsídios em suas pesquisas.

Anteriormente historiadores usaram documentos que, ou eram feitos por si mesmos, como no caso da planta da sede produzida por João Spadari Adami, ou eram documentos sem fonte, como o utilizado por Orlando Valverde no Álbum do 75º Aniversário da colonização italiana, que tinha sido publicado em 1925, no álbum do cinqüentenário, na mesma condição. Quanto a plantas gerais das colônias, o acervo do Arquivo Histórico João Spadari Adami, de Caxias do Sul, possui, como mais antiga, uma de 1892, confeccionada sob a direção de José Montauray, então engenheiro-chefe da comissão de medições. Além dessa, há outra de 1897. Da sede da colônia a mais antiga era também uma planta de 1892, trabalho do mesmo engenheiro.

Documentos dos primeiros tempos da colonização se perderam, apesar do meticuloso trabalho da burocracia do Império e das determinações legais para seu arquivamento. Sinistros como o ocorrido na casa da diretoria de Caxias foram uns dos responsáveis.

Sobre o projeto original da sede da Colônia Caxias, aprovado em janeiro de 1879, parece que nem a secretaria da presidência da Província possuía cópia, pois em 31 de julho de 1886 foi expedido o seguinte ofício pelo presidente da Província, Manoel Deodoro da Fonseca, para o engenheiro-chefe das medições: “Ilmo. Sr. Para que esta Presidência possa resolver acerca do requerimento de Manoel de Campos Salvaterra por V. S^a. informado em 7 deste mês, convém que com brevidade me envie cópia autêntica da planta aprovada em 8 de janeiro de 1879 pelo engenheiro José Thomé Salgado. Deus Guarde a V. S^a.”⁷

O projeto da sede de Caxias, documento que parecia perdido, está agora à disposição dos historiadores.

⁷ AZEVEDO, Thales de. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. Cadernos de pesquisa. Caxias do Sul : Educs, 1994. Pág. 219-220.

Lewis Mumford dizia que as origens da cidade não se pode determinar, no que ele tem razão. Mas essa sentença não vale para quase todas as cidades da América, as quais se pode saber quando e porquê tiveram início. A sede da Colônia Caxias, então, cada vez mais revela seu *ano zero*.

Primeiro capítulo
As cidades do norte italiano

“La città non è un insieme di case.

*La città è la casa di una
società, di una comunità”.*

Edoardo Salzano⁸

A cidade e a forma

Planejar cidades é uma prática humana desde a Antigüidade. A leitura de pesquisadores do urbanismo remete às cidades criadas “racionalmente”, que podiam ter funções diferentes, mas sempre com características morfológicas que as distinguiam das cidades que nasciam por si mesmas, conforme a aglomeração de pessoas, famílias, tribos e outras maneiras de organização social.

Fosse um local onde as pessoas se sentiam seguras ou faziam comércio, fosse um local de produção e de gestão, as cidades tornaram-se paulatinamente objeto de planejamento, que pretendia melhorar a vida dos seus habitantes e permitir que o poder que as dominava pudesse ser exercido também com mais eficiência.

O planejamento das cidades teve como um elemento basilar sua forma, entendida como figura ou desenho. E o formato da cidade, segundo Geraldo Serra, juntamente com sua localização, foi determinada pelo espaço natural. Além disso, os fatores sociais, históricos, biológicos e psicológicos também influenciavam na sua forma e localização⁹. A forma urbana não é um acidente, algo aleatório e indeterminado historicamente¹⁰. Serra dá uma grande importância para a questão da forma do espaço natural na criação de uma cidade¹¹. Para ele, esse espaço podia sofrer variações devido ao relevo,

⁸ SALZANO, Edoardo. *Fondamenti di urbanística*. Laterza : Roma-Bari, 2007, pág. 3.

⁹ SERRA, Geraldo. *O espaço natural e a forma urbana*. SP : Nobel, 1993. Pág. 56.

¹⁰ *Idem*, pág. 96.

¹¹ O arquiteto português Garcia Lamas também comunga desta mesma idéia, ao afirmar que a forma urbana é indissociável do seu sítio e do seu território. Para ele, é a partir do território existente e da sua topografia que se desenha ou se constrói a cidade. GARCIA LAMAS, José M. Ressano. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa : FCG/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004. Pág. 64.

hidrografia, clima, flora e disponibilidade de materiais. Se esse espaço, com suas variáveis naturais, já sofrera adaptações feitas por grupos humanos, também poderiam ser considerados, na criação de uma aglomeração urbana, a vizinhança, as estradas, a drenagem, a isolação e o conforto térmico. Seguindo com as afirmações deste autor, o mais comum é que as cidades nascessem de espaços já adaptados, “ruralmente” – a exceção seriam as áreas de colonização, nascidas no ermo. Nestas, inclusive, a construção da cidade quase certamente dependia da importação de materiais e de técnicas.

Aqui não se tratará, neste momento, da forma das cidades orgânicas, mas da forma das cidades planejadas, ditas “racionalis”. Cabe, porém, lembrar que um urbanista, tornado referência¹² no mundo de hoje, como Camille Sitte, já em 1889¹³, defendia apaixonadamente (e também *racionalmente*) as cidades orgânicas, tão características do passado europeu, principalmente do período medieval¹⁴.

As cidades planejadas, reticuladas, onde o suposto desalinhamento das ruas e, conseqüentemente, das construções, não teriam vez, começaram a ser construídas antes do plano de Hipódamo¹⁵ para a cidade grega de Mileto. Babilônia era uma cidade erguida numa ampla planície, tendo a forma de um quadrado exato, com as ruas todas em linha reta; no Egito, a regularidade era encontrada em Tel-el-Amarna e Kahun¹⁶. Dur Scharrukin, Alexandria e Chou-Wang-Chang¹⁷, cidades asiáticas, também tinham traçados regulares.

Observando o mapa de Mileto, que aqui se toma como o primeiro ponto de referência no passado, vê-se a aplicação da linha reta no desenho das ruas e do quadrado como figura geométrica das quadras. Não houve concessão à

¹² O urbanista Gaston Bardet considera que o grande reformador da forma urbana foi o vienense Camille Sitte (1843-1903). Ele buscou uma estrutura orgânica, em reação à geometria e ao haussmanismo. Para ele, não se devia adaptar para fins modernos as belezas pitorescas das velhas cidades. Ele também defendia que o plano de uma cidade, por ser uma obra de arte, deveria ser tarefa de um só indivíduo. BARDET, Gaston. *O urbanismo*. Campinas : Papirus, 1990. Pág. 21.

¹³ SITTE, Camille. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. SP : Ática, 1992.

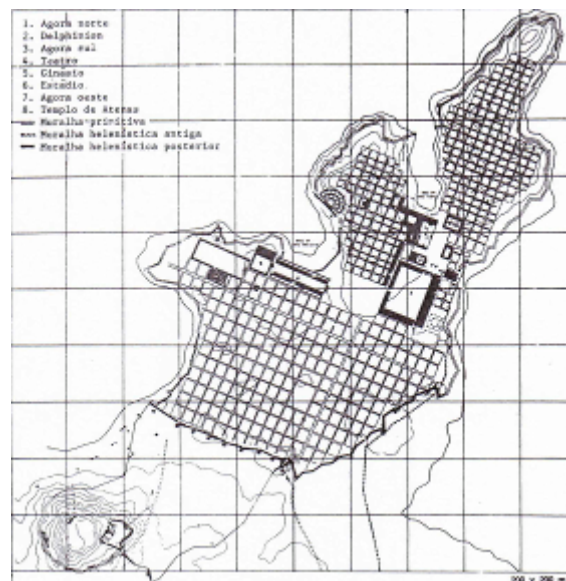
¹⁴ Para Mumford, havia três modelos de cidade medieval: a dos tempos romanos, mais retangulares; as que nasciam de aldeias ou grupos de aldeias (consideradas por alguns historiadores como “verdadeiramente” medieval); e as destinadas à colonização, traçadas em tabuleiro. MUMFORD, *Op. cit.* Pág. 327-8.

¹⁵ Sobre Hipódamo de Mileto, Benevolo nos lembra que Aristóteles o considerava o inventor da cidade regular. BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. SP : Perspectiva, 1999, 3ª ed. Pág. 113.

¹⁶ MUMFORD, *Op. cit.* Pág. 100.

¹⁷ SERRA, *Op. cit.* Pág. 13.

topografia. Na planta reproduzida abaixo, o “miolo” da cidade era ocupado por construções que causavam uma ruptura na rede de quadras. Mas, acima e abaixo deste centro, as quadras e as ruas retas davam o tom. Registre-se que a cidade não era um quadrado, como posteriormente foram algumas cidades romanas. Mas ela já indicava as características que fizeram a fama das cidades reticuladas: rua reta, quadra “quadrada”, indiferença ao terreno. Em uma sentença: a inflexibilidade da forma derivada da inflexível vontade humana de submeter, inclusive a natureza.

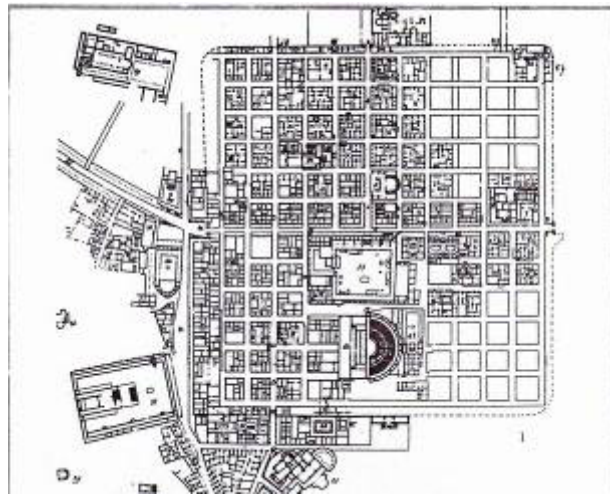


Planta de Mileto. Fonte: GARCIA LAMAS, *Op. cit.* Pág. 142.

As cidades criadas conforme o desenho reticulado de Mileto, do plano *milésio*, como o chama Mumford, serviram na Grécia para a fundação de núcleos coloniais. Este pesquisador, quando tratou da questão dos “benefícios” do plano em grade para a fundação de colônias, em qualquer época, cultura e lugar, afirmou que “o plano padrão em grade foi uma parte essencial da caixa de ferramentas que o colono levava para seu uso imediato. O colono tinha pouco tempo para levantar a topografia do terreno ou explorar os recursos de um sítio: simplificando sua ordem espacial, procurava uma distribuição rápida e mais ou menos igual de lotes de construção”¹⁸.

¹⁸ MUMFORD, *Op. cit.* Pág. 213. Goitia também aponta nesta direção, quando afirma que os gregos aceitaram o sistema de traçado urbano em grade, em seus empreendimentos colonizadores, pela sua simplicidade, quando as cidades são implantadas *ex novo*. GOITIA, Fernando Chueca. *Breve história do urbanismo*. Lisboa : Editorial Presença, 1982. Pág. 49.

Se as cidades-Estado gregas utilizaram o plano reticulado em sua expansão pelo território do Mediterrâneo, Roma fez daquele modelo uma condição para as cidades que fundou na Europa, África e Ásia. Tanto, que o titula: o reticulado é conhecido como a “rede romana”.¹⁹ Nessa forma urbana nasceram Timgad, Chester, Antioquia, Éfeso, Turim, Aosta, Basle, Estrasburgo, Orleans, Londres e Nîmes²⁰, entre outras centenas de cidades.



Planta de Timgad. Fonte: GARCIA LAMAS. *Op. cit.* Pág. 145.

As cidades fundadas pelos romanos tomavam a forma de um retângulo, por motivos religiosos e também por razões pragmáticas. Para Gaston Bardet, o plano que derivava dos augúrios, portanto o de motivo religioso, era o ordenado pelas duas vias que se cruzavam no centro da povoação (o *cardus*, de norte a sul, e o *decumanus*, de leste a oeste); já o tabuleiro de xadrez era o plano dos agrimensores, o qual parece ser o mais adequado àquilo que inúmeros pesquisadores indicam como o caráter de simples e rápida ocupação do sítio escolhido pelos colonizadores. Garcia Lamas, sobre esse ponto, escreveu que “nas colônias romanas [é] que maior utilização se faz da quadrícula, quer por razões fundiárias – a divisão do terreno pelos colonos – quer pela facilidade de construção e utilização de mão-de-obra, nem sempre qualificada nem inventiva, e à qual se fornece um esquema predeterminado de

¹⁹ “Embora não tenha sido inventado por eles, esse desenho urbano tornou-se conhecido como rede romana. Seguindo essa técnica, foram erguidas as mais antigas cidades sumerianas, egípcias e chinesas, centenas de anos antes do domínio de Roma. Na Grécia, Hipodamo desenhou cidades-tabuleiro, e os etruscos fizeram o mesmo na Itália continental”. SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. RJ : BestBolso, 2008. Pág. 113.

²⁰ MUMFORD, *Op. cit.* Pág. 229, 230, 231.

fácil assimilação e adaptação às necessidades de infra-estruturas de sistema viário, de abastecimento de água, esgotos e drenagens pluviais.”²¹

Leonardo Benevolo relacionou o traçado urbano das cidades coloniais romanas com a colonização dos terrenos agrícolas nas áreas de conquista²². E aqui se deve seguir com mais atenção essa relação.

As estradas retas eram a referência para a divisão do terreno cultivável distribuído aos colonos romanos, ou latinos, enviados aos territórios conquistados. Uma grade de estradas secundárias, relacionadas com aquelas estradas principais, permitia o estabelecimento de lotes agrários quadrados, chamados *centuriae*. Essas estradas secundárias (*limites*) eram os *decumani* (paralelos à estrada principal) e os *cardines* (perpendiculares a estas). O sistema era executado pelos *agrimensori* ou *gromatici* (de *groma*, equipamento que orientava a abertura e medição dos lotes e estradas). Benevolo afirma que o quadriculado rural ainda é possível de ser observado em muitas áreas planas do antigo território do império romano, sobretudo na Emília e no Vêneto, e ainda nos arredores de Florença, na Província de Cápua, na Tunísia e no sul da França.

Tal sistema de demarcação de lotes no campo se reproduzia na demarcação das cidades. Benevolo afirmou que “as cidades romanas traçadas com um desenho regular, de origem militar ou civil, devem considerar-se uma aplicação em escala urbana do método geral da *centuriatio*”.²³



Centuriações romanas nos campos ao norte de Ímola e na Emília. Fonte: BENEVOLO, *Op. cit.* Pág. 194.

²¹ GARCIA LAMAS, *Op. cit.* Pág. 144.

²² BENEVOLO, *Op. cit.* Pág. 193.

²³ *Idem*, *Op. cit.* Pág. 197.

A Idade Média européia, cristã e ocidental também foi palco da criação de cidades planejadas sob o conceito da linha reta. Se o mais comum de se encontrar é a cidade vinda da pequena aldeia e que vai tomando a forma que o terreno lhe oferece, semelhante ao emaranhado de ruas e casas característico do mundo muçulmano, o passado greco-romano permitia que, onde houvesse poder organizado e suas necessidades, se criasse cidades novas, sob as antigas orientações.

As *bastides* no sul da França, as *poblaciones*, nos antigos territórios muçulmanos da Espanha, as cidades de colonização no território alemão, são alguns exemplos da permanência dos modelos da Antiguidade clássica na Europa medieval²⁴. Mesmo em Portugal, onde o traçado irregular foi característico, cidades nasceram sob o domínio da regularidade, como Guarda (de 1199), Vila Viçosa (de 1267) e Salvaterra de Magos (de 1295)²⁵.

Foi no período do Renascimento, seguido pelo Barroco, que a linha reta e a ortodoxia na criação de cidades novas e na transformação das antigas retomou sua força. Pode-se dizer que neste período, ao urbanismo, não importavam a topografia e a tesouraria. Essa época foi a da ordem e da disciplina geométrica²⁶, e onde surgiu com força a preocupação com as questões viárias, relacionada, segundo Sennett, com a descoberta da circulação do sangue, chamada de “a revolução de Harvey”.²⁷

A cidade barroca se caracterizou pela ditadura da reta e do quarteirão como o elemento básico de projeção e de expansão urbana. Ela era uma cidade cara, porque se o terreno era irregular, aplainava-se o terreno – o mais comum, porém, era esse tipo de cidade ser criada no plano. É possível que a

²⁴ *Ibidem*, Pág. 263. CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelen. *A cidade colonial no Brasil*. Porto Alegre : EDIPUCRS. Pág. 101.

²⁵ RHODEN, Luiz Fernando. *Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução*. Porto Alegre : EDIPUCRS. Pág. 34.

²⁶ GARCIA LAMAS, *Op. cit.* Pág. 168.

²⁷ “A revolução de Harvey favoreceu mudanças de expectativas e planos urbanísticos em todo o mundo. Suas descobertas sobre a circulação do sangue e a respiração levaram a novas idéias a respeito da saúde pública. [...] Construtores e reformadores passaram a dar maior ênfase a tudo que facilitasse a liberdade do trânsito das pessoas e seu consumo de oxigênio, imaginando uma cidade de artérias e veias contínuas, por meio das quais os habitantes pudessem se transportar tais quais hemácias e leucócitos no plasma saudável. [...] Palavras como ‘artéria’ e ‘veia’ entraram para o vocabulário urbano no século XVIII, aplicadas por projetistas que tomavam o sistema sanguíneo como modelo para o tráfego.” SENNETT, *Op. cit.* Págs. 262-263-271.

melhor definição para essa cidade esteja em Mumford²⁸: seu plano era despótico e militar, e a geometria tinha prioridade.

A cidade capitalista tomou forma mais acentuada a partir do século XIX. Nas cidades velhas, onde permaneciam elementos morfológicos, culturais e históricos de outras formações sociais, as mudanças ocorreram tanto nas novas áreas urbanizadas quanto com intervenções nas áreas já existentes. É quase um consenso entre os pesquisadores de que foi com a cidade capitalista que o urbanismo se rendeu ao espírito da época, com a expansão desenfreada das cidades com planos em grade, o que permitiu o maior (mas não o melhor) aproveitamento da terra, garantindo lucros cada vez maiores aos proprietários de lotes citadinos.

Dos autores utilizados até aqui, todos apresentam críticas contundentes ao que um chama de “planta baixa especulativa”,²⁹ outros de “traçado da quadrícula”³⁰ e ainda um outro de “cidade liberal” e “cidade pós-liberal”.³¹

Para Mumford, se a cidade não tem outra função que não facilitação de negócios, a cidade pode ser simplificada ao ponto que quer o negociante: a maior quantidade possível de lotes a serem transformados em unidades monetárias. A cidade da planta baixa especulativa, em grade, poderia propagar-se para todas as direções, limitada apenas por grandes obstáculos físicos e pelos entraves do transporte das pessoas. Esse traçado também era muito dispendioso, pois se todas as ruas eram de tráfego, todas eram traçadas com a mesma largura, mas nem todas deviam ter a mesma metragem, pois umas eram de fato para passagem do grande tráfego, enquanto outras eram para passagem de vizinhos. Ignorar a topografia levava a gastos com aplainamentos e aterramentos. A planta baixa especulativa mantinha o desprezo pela topografia e pela tesouraria que caracterizaram o período do Renascimento. Mumford afirma que “a cidade, desde o princípio do século XIX, foi tratada não como uma instituição pública, mas como uma aventura

²⁸ MUMFORD, *Op. cit.* Pág. 375 a 406.

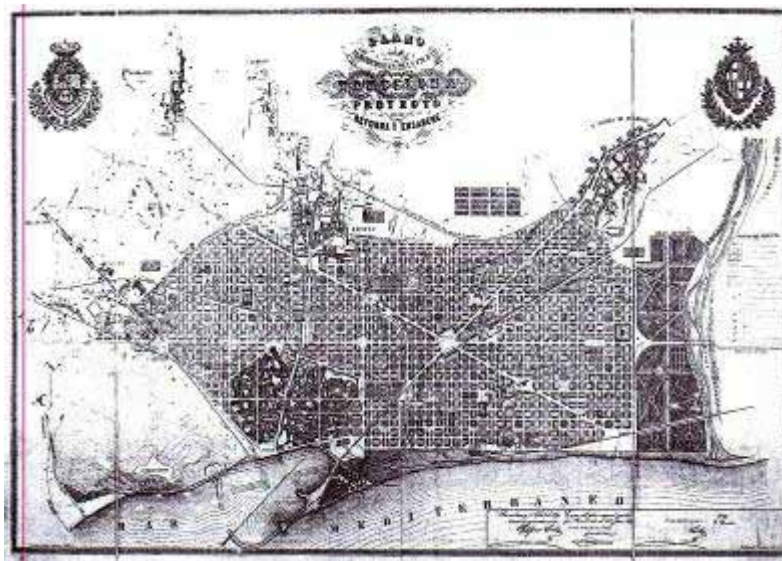
²⁹ *Idem, Op.cit.* Pág. 456.

³⁰ GARCIA LAMAS, *Op. cit.* Pág. 208 e GOITIA, *Op. cit.* Pág. 168.

³¹ BENEVOLO, *Op. cit.* Pág. 573.

comercial privada, a ser afeiçoada de qualquer modo que pudesse aumentar a rotatividade e fazer subirem mais ainda os valores dos terrenos”.³²

Já Garcia Lamas escreveu, sobre o século XIX, que foi naquele “período que surgem grandes extensões de loteamentos que repetem quadrículas até a exaustão, sem preocupações urbanísticas ou estéticas [...] A cidade desenvolve-se por extensões de loteamentos e de construções, e não pela organização do espaço urbano.”³³ O autor continua, afirmando que a partir de então, a luta contra a especulação fundiária passaria a ser um dos objetivos do urbanismo. Ele abre um parêntesis para tratar da obra de Ildefonso Cerdà, em Barcelona, porque nesta cidade a quadrícula não teria sido apenas um processo de loteamento, mas fez parte de uma combinação urbana. O plano de Cerdà expandia a cidade até os limites com os municípios vizinhos, mas teve em conta a funcionalidade, a economia e a administração, entre outros elementos. A rede de quadrículas era cortada por avenidas diagonais que atravessavam a cidade e se cruzavam numa grande praça.



Planta de Barcelona. Fonte: GARCIA LAMAS, *Op. cit.* Pág. 217.

Na *Breve História do Urbanismo*, Fernando Goitia critica os urbanistas do século XIX, por se limitarem ao espírito utilitário do capitalismo e submeterem-se à aridez e monotonia da quadrícula. Para ele, se os gregos utilizaram o traçado em rede como resultado de seu racionalismo, e os romanos por razões militares e necessidade de colonização (assim como os

³² MUMFORD, *Op. cit.* Pág. 461

³³ GARCIA LAMAS, *Op. cit.* Pág. 208.

espanhóis na América), o século XIX – se diria melhor, o capitalismo – o utilizou por motivos especulativos: “a única coisa que domina é a ânsia [...] de aproveitar todo o terreno ao máximo.”³⁴

A cidade industrial ou “liberal”, para Benevolo, era um ambiente desordenado e inabitável³⁵, produto de iniciativas públicas e privadas desreguladas e descoordenadas. Essa cidade crescia muito em população, em bens e serviços produzidos, em meios de comunicação. Tais elementos eram causadores de problemas que nunca eram definitivamente resolvidos. O liberalismo econômico ensinava que se devia cada vez mais diminuir a intervenção pública, e isso também no urbanismo: os governos deveriam vender seus terrenos, o que calhava bem aos setores dominantes, que assim podiam expandir seus negócios imobiliários. Porém, os problemas sociais causados pela cidade “liberal” comprometiam tanto a vida dos pobres que ameaçavam todo o tecido social. Isso levou a produção de tentativas de “arrumar a casa”, tanto pelos representantes da burguesia como pelos representantes da classe trabalhadora. Quando o cólera se espalhou pela Europa, na década de 1830, as iniciativas dos políticos de oposição, que produziram estudos e fizeram campanha na opinião pública contra as condições de vida nos bairros operários, resultaram na decretação de leis sanitárias: na Inglaterra, em 1848, na França, em 1850, na Itália, em 1865, e posteriormente em outros Estados europeus. Isto, segundo Benevolo, foi o início da intervenção dos governos na administração das cidades e, por consequência, a decadência do *laissez-faire* no urbanismo – pelo menos na Europa.³⁶

A cidade “pós-liberal” foi, então, a nova cidade da burguesia triunfante nas revoluções de 1848³⁷. A administração pública regulou a cidade e executou obras públicas. A iniciativa privada continuava a ter liberdade, mas mesclada

³⁴ GOITIA, *Op. cit.* Pág. 168.

³⁵ BENEVOLO, *Op. cit.* Pág. 567.

³⁶ *Idem*, *Op. cit.* Pág. 551-567.

³⁷ O exemplo mais importante, para Benevolo, da cidade pós-liberal, foram as intervenções em Paris na segunda metade do século XIX. Nenhuma outra cidade européia passou pela transformação que passou Paris. Em Viena, Florença e Barcelona, lugares onde também houve intervenções urbanísticas, a cidade antiga determinou em ampla medida a cidade nova. Paris se transformou no modelo reconhecido a partir dos projetos urbanísticos do Barão de Haussmann. Por outro lado, nos sítios onde não haviam cidades estabelecidas, como ocorreu nas novas cidades da América, no final do século XIX o modelo europeu pôde ser imposto sem a oposição do passado, com o corte do tradicional tabuleiro de xadrez por uma rede de grandes ruas. *Op. cit.* Pág. 589.

com a intervenção dos governos. Essa nova forma de administrar as cidades permitiu a reorganização das grandes cidades européias, a fundação de novas cidades coloniais ao redor do mundo e “ainda influencia de maneira determinante a organização das cidades em que vivemos hoje”.³⁸

Em 1875, ano de início da ocupação da região nordeste do Rio Grande do Sul, no Brasil, a cidade planejada, e mais, a cidade planejada e executada como um tabuleiro de xadrez já tinha uma longa corrida histórica. Encontrada na Ásia, na Grécia, em Roma, na Europa colonizada, na África, na América dos portugueses e espanhóis, ela fora, como já escrito por Mumford, uma ferramenta para o colonizador. Melhor disse Goitia: se para gregos, romanos e espanhóis o tabuleiro de xadrez continha significados não-econômicos, para o urbanismo do capitalismo ele significava a expansão do lucro, com rapidez, simplicidade e segurança.

A forma da cidade na Itália setentrional

A classificação dada às cidades que não são “planejadas”, que não seguem a retícula ou o tabuleiro de xadrez, essas cidades, dizia-se, são as “orgânicas”. Elas também são encontradas em todos os períodos da História. Aqui, importa é acompanhá-las a partir da Idade Média européia, acompanhamento esse que enquadra quase todas as cidades do norte italiano, local de partida da emigração que desaguou no nordeste do Rio Grande do Sul.

Já se disse³⁹ que os três modelos básicos de cidade européia medieval eram as que ficaram dos tempos de Roma; as que cresciam de uma aldeia; e as nascidas para a colonização⁴⁰. A primeira e a última mantinham, dentro do possível, as características do reticulado. A segunda, a que mais se adaptava à topografia, sem seguir os princípios da linha reta, e por isso é tida como o

³⁸ *Idem, Op. cit.* Pág. 573.

³⁹ Ver nota 7.

⁴⁰ Goitia prefere a classificação do geógrafo Robert E. Dickinson, um pouco diferente de Mumford: para ele os três tipos eram o irregular, o radioconcêntrico e o reticulado. *Op. cit.* Pág. 93.

exemplo *par excellence* da cidade medieval. A variedade de formas desse tipo de cidade era inesgotável⁴¹.

O mais comum era a utilização de sítios rochosos para o assentamento humano nesse período, o que significava uma melhor possibilidade de defesa. A rua era o elemento base da cidade medieval.⁴² Ela não precisava suportar o tráfego de carros de rodas, o que tornava mais econômico seguir os contornos do terreno do que implantar uma planta reticulada. “A rua ocupava, na cidade medieval, um lugar inteiramente diferente do que teve numa era dos transportes sobre rodas.”⁴³ Nessas cidades haviam muitos prédios que constituíam um mundo em si mesmo, sem relação direta com as ruas. A tortuosidade da rua medieval era também uma proteção contra os ventos, e a sua pequena largura⁴⁴ era benéfica para as atividades ao ar livre no inverno; em áreas do sul da Europa, essa estreiteza permitia que os transeuntes se protegessem da chuva e do sol. Cada rua, assim, tinha sua própria fisionomia.⁴⁵

Diante da inesgotável variação da cidade medieval, Benevolo elencou quatro caracteres gerais, que se podia encontrar em todas: 1) a rede de ruas era tão irregular quanto a encontrada nas cidades muçulmanas, mas elas correspondiam a uma organização, formavam uma unidade, tinham hierarquia e funcionalidade; 2) o espaço público da cidade tinha de dar lugar a várias instâncias de poder: o episcopal, o municipal, ao das ordens religiosas e ao das corporações. Isso levava a uma “descentralização” da cidade, opinião também encontrada em Mumford, para o qual “a cidade medieval era um aglomerado de pequenas cidades, cada qual com certo grau de autonomia e auto-suficiência, cada qual formada de maneira tão natural das necessidades e finalidades comuns que apenas enriquecia e suplementava o todo”⁴⁶; 3) como corpo político privilegiado, quase sempre espremido dentro de muralhas, o

⁴¹ GOITIA, *Op. cit.* Pág. 91. “A orientação da cultura medieval, que não tende a estabelecer modelos formais como a cultura antiga, torna impossível uma descrição geral da forma da cidade. As cidades medievais têm todas as formas possíveis, e se adaptam livremente a todas as circunstâncias históricas e geográficas, como já havíamos notado.” BENEVOLO, *Op. cit.* Pág. 269.

⁴² GARCIA LAMAS, *Op. cit.* Pág. 152.

⁴³ MUMFORD, *Op. cit.* Pág. 335.

⁴⁴ A estreiteza da rua era compensada pelo espaço no interior dos quarteirões. GARCIA LAMAS, *Op. cit.* Pág. 154.

⁴⁵ MUMFORD, *Op. cit.* Pág. 335.

⁴⁶ *Idem*, *Op. cit.* Pág. 337.

centro da cidade era o local mais procurado pela burguesia, reservando a periferia para a população mais pobre; 4) a forma das cidades medievais foram se tornando definitivas ao longo do período, quando estabilizou-se seu crescimento. Os três primeiros caracteres foram a essência dessas cidades européias: continuidade, complexidade e concentração. Derivada da quarta característica, não houve na Idade Média uma “supercidade”, mas uma quantidade considerável de cidades médias, das quais estão no território do norte italiano Veneza, Milão, Florença, Pádua e Verona.⁴⁷

Seguindo-se Leonardo Benevolo⁴⁸, que também estudou as novas cidades européias fundadas no período da Baixa Idade Média, vê-se que muitas tiveram sua forma definida já no momento de seu nascimento. E essas, tais quais as mais antigas, tiveram todas as formas possíveis: foram lineares, circulares, radiocêntricas, em tabuleiro. Enfim: cada cidade era um caso especial, não havia uma regra geral, e o fundador – rei, senhor feudal, abade ou governo de um burgo –, pôde decidir sobre o desenho, sobre a divisão dos lotes e sobre todos os outros detalhes da futura povoação.

No período do Renascimento o novo pensamento “urbanístico” levou a intervenções em algumas cidades italianas, intervenções estas que, a rigor, não interferiram no organismo das cidades. Príncipes e arquitetos tiveram condições de modificar parcialmente a cidade medieval, mas não a podiam transformar ou a refundar. Assim, o que se fez em algumas cidades foi o complemento de programas já anteriormente propostos ou a execução de novos programas urbanísticos, o quê, num e noutro caso, foram projetos quase sempre desproporcionais e quase sempre irrealizáveis. Sofreram intervenções “renascentistas” cidades como Pienza (ex-Corsignano), reconstruída pelo Papa Pio II para residência temporária; Urbino, sob o comando de Federico de Montefeltro; Ferrara, cidade na fronteira entre a Emília e o território veneziano; e a própria cidade de Roma.⁴⁹

⁴⁷ BENEVOLO, *Op. cit.* Pág. 269, 270 e 282.

⁴⁸ *Idem*, *Op. cit.* Pág. 382.

⁴⁹ BENEVOLO, *Op. cit.* Pág. 425 a 468.

Era essa forma de cidade, e também de povoações que estavam sob a influência daquela, que os emigrantes italianos conheciam antes de se tornarem imigrantes no Brasil. A maioria da população que deixou a Itália vivia nos *paesi*, saindo de manhã para o campo e retornando à noite.⁵⁰ Esses *paesi* eram pequenos burgos, com denso casario.⁵¹ Repetiam, no plano urbano, a irregularidade encontrada nas cidades medievais, descritas anteriormente.

Em 7 de janeiro de 1880 o diretor da Colônia Caxias, uma das que receberam os colonos vindos do norte italiano, enviou um relatório⁵² a seus superiores indicando os nascimentos ocorridos naquela colônia durante o ano anterior, 1879. No relatório estavam indicados os locais de nascimento dos pais das crianças, discriminando as províncias, os distritos e, em alguns casos, a comuna de onde eles vieram.

O total de nascimentos em 1879⁵³, segundo aquele relatório, foi de 26 crianças. Destas, 15 tinham pais nascidos no Vêneto, 07 na Lombardia, 02 na Emília-Romanha, 01 na França e 01 na Suíça.

Dos nascidos no Vêneto, em 06 casos eles eram originários da Província de Vicenza, 03 de Treviso, 03 de Verona, 02 de Belluno e 01 de Rovigo. As localidades indicadas foram Maróstica, Fonzaso, Arsiè, Sanguinetto, Feltre, Vittorio Veneto, San Bonifácio, Arcole, Valdagno, Montecchio Maggiore.⁵⁴

⁵⁰ GUTIERREZ, Ester e GUTIERREZ, Rogério. *Arquitetura e assentamento ítalo-gaúchos (1875-1914)*. Passo Fundo : Editora da UPF, 2000. Pág. 17.

⁵¹ CONSTANTINO, Núncia Santoro de e RIBEIRO, Cleodes Piazza Júlio (Org.). *De pioneiros a cidadãos. Imagens da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1960)*. Porto Alegre : Consulado Geral da Itália, 2005. Pág. 149. AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos*. Porto Alegre : Editora Nação, 1975. Pág. 185.

⁵² AHRGS, Fundo da imigração, Maço 54, Caixa 30.

⁵³ Os locais de origem dos pais das crianças se aproximam dos cálculos do número geral de imigrantes por região, no caso do Vêneto e da Lombardia. Vitalina Frosi e Ciro Mioranza indicam o percentual de 54% vindos do Vêneto – dos pais dos nascidos, 57% - e 33% vindos da Lombardia – dos pais dos nascidos em 1879, na Colônia Caxias, 27%. A região que tem uma representação muito maior, neste quadro, do que os estudos gerais indicam é a Emília-Romanha, que estaria junto com Piemonte, Toscana e Ligúria numa participação de 1,5%. Os casos de outras nacionalidades parecem estar dentro do normal. FROSI, Vitalina e MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Editora Movimento, 1975. Pág. 36.

⁵⁴ No relatório de 7 de janeiro de 1880 existem mais nomes de comunidades, mas que pela dificuldade de identificação, não são aqui elencados. Confirmou-se o nome dos que estão neste texto através de consulta virtual à biblioteca da Università IUAV di Venezia. <http://iuavbc.iuav.it/sbda/>.



Plano urbano de Fonzaso, Vêneto. Fonte: Biblioteca da Università IUAV di Venezia.

Da Lombardia, 03 vieram de Mantova, 02 de Cremona, 01 de Milão e 01 de Bêrgamo. As comunidades originárias foram Gorgonzola, Cernusco sul Naviglio, Robecco d'Oglio, Corte de' Frati, Soresina, Sustinente.⁵⁵



Plano urbano de Gorgonzola, Lombardia. Fonte: Biblioteca da Università IUAV di Venezia.

Da Emília-Romanha os dois casos indicavam pessoas vindas de Reggio nell'Emilia, da comunidade de Correggio.

Além dessas regiões italianas, 01 caso foi de pais nascidos na França (o local especificado se chamava Valais) e outro de pais nascidos na Suíça (Cantão).

⁵⁵ A mesma dificuldade encontrada para identificar as comunas vênetas ocorreu com as lombardas.



Arsiè, Vêneto. Fonte: BONA, Andrea, ALPAGO NOVELLO, Adriano e PERCO, Daniela (a cura di). *Coscienza e conoscenza dell'abitare ieri e domani*. Verona : Provincia di Belluno, 2006. Pág. 128.

Com essas indicações de localidades do norte italiano confirma-se a filiação “urbanística” e cultural dos *paesi*, ou pequenos burgos, ao modelo de cidade irregular que o urbanismo moderno classifica como “orgânica”. Se uma ou outra localidade é dotada de alguma regularidade, ela não é geral e não é total nem na própria povoação.⁵⁶

Observando-se a planta de Fonzaso, vê-se que as ruas não estão enquadradas sob um plano que as obrigue a se cruzarem. Em Gorgonzola

⁵⁶ A localidade de Carpi, próxima de Correggio, na Emília-Romanha, tem um desenho urbano quase retangular, onde é possível inclusive se observar muralhas ao redor do núcleo urbano. Ela não forma uma figura geométrica perfeita, nem suas quadras são uniformes, mas é nítida a “intenção” urbanística na figura da cidade. Outras localidades como Soresina e Robecco d’Oglio, próximas de Corte de’ Frati, na Lombardia, não estão enquadradas regularmente – suas figuras são “espalhadas”, mesmo possuindo algumas ruas retas, e que se cruzam. Günter Weimer, ao fazer um estudo comparado da arquitetura popular dos imigrantes alemães e italianos, afirmou que “a julgar pela província de Treviso, a quase integralidade das aldeias ao sopé dos Alpes apresentam uma rede de ruas paralelas e ortogonais, traçados regulares, que remontam evidentemente à origem das cidades romanas.” WEIMER, Günter. *Arquitetura popular dos imigrantes: um estudo comparativo*. In: RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio e POZENATO, José Clemente. *Cultura, imigração e memória: percursos & horizontes : projeto ECIRS 25 anos*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2004. Pág. 111.

também é assim, mesmo havendo uma “retidão” um pouco maior. Ao redor deste pequeno núcleo urbano se encontra estradas retas e um desenho mais reticulado, o que pode indicar uma região onde ainda se mantém as *centuriatio*, conforme a descrição de Benevolo. Em Arsiè é um fragmento da cidade que mostra as ruas estreitas e curvas, seguindo a topografia, que torna a cidade esteticamente mais agradável, conforme Mumford, e contribui com o conforto térmico, ao não permitir que se forme fortes túneis de vento.

Júlio Posenato⁵⁷ publicou um conjunto de fotos de muitos desses *paesi* do norte italiano. Nelas pode-se observar, além dos aspectos arquitetônicos, seus elementos e detalhes, também fragmentos do plano urbano. O conjunto das casas segue a sinuosidade da rua estreita. Em outros casos, os conjuntos formam um L, com as residências ficando num plano diagonal com outra. E ainda se encontra a rua que segue por um determinado ponto com uma certa retidão, para logo em seguida fazer uma suave curva, permitindo que uma igreja ou um outro edifício de destaque fique em situação privilegiada para o olhar do pedestre. Boa parte desses *paesi* está localizada em colinas.



Besenello. Fonte: POSENATO, *Op. cit.* Pág. 86.

O Vêneto e a emigração

Mais da metade dos emigrantes italianos que vieram para as colônias do nordeste do Rio Grande do Sul saíram do Vêneto, como já se sabe. A situação

⁵⁷ POSENATO, Júlio. *Belas aldeias italianas*. Porto Alegre : Ed. Posenato Arte e Cultura, 1987.

sócio-econômica da região permite ter-se um quadro de como era a vida dos seus habitantes e, com variações devidas ao desenvolvimento industrial de outras partes do norte, também das pequenas cidades das outras regiões.

Os homens, mulheres, crianças e velhos que moravam nesses *paesi* não viviam uma vida de “cidade capitalista do século XIX”, tal qual se viu caracterizada anteriormente, apesar de viverem, cronologicamente, no período em que se destacou aquela forma de cidade. Eram camponeses que não encontravam mais condições de sustento nos lugares onde nasceram eles, seus pais, avós e, sabe-se lá, quantos antepassados mais. De certa forma, fugiram de seu próprio tempo: se houvesse na História um caminho natural, o que teria acontecido com esses camponeses seria a incorporação pelo sistema capitalista, que estava se consolidando na Itália. Ao contrário, eles emigraram para outro continente, para um país em que ainda eram incipientes os caracteres do capitalismo, e tornaram-se alguns, mantiveram-se outros, pequenos proprietários rurais.

O Vêneto foi perdendo importância, no contexto europeu, desde a metade do século XVII até o período da unificação à Itália, em 1866⁵⁸. Muito dessa perda de importância reflete a decadência do poder de Veneza, que além da área da cidade propriamente dita, expandiu sua influência, com o tempo, para a terra firme; Veneza, que caiu sob o domínio do imperador da Áustria. O domínio austríaco não se constituiu num período pacífico para os dominadores. Veneza e as regiões vênetas sob o poder da Áustria lutaram guerras de independência, o que contribuiu em muito para a deteriorização da economia da região.⁵⁹

Não há dúvida sobre o caráter agrário da economia vêneta, com uma agricultura mista, com maior concentração na vinha, no trigo e no milho⁶⁰. Mas há que se considerar a já presente industrialização em muitas partes da região. A indústria tomou força a partir da metade do século XIX, concentrada nos

⁵⁸ CIRIACONO, Salvatore. Le trasformazioni economiche dal 1650 all'unificazione. In: FUMIAN, Carlo e VENTURA, Angelo. *Storia del Veneto*. 2. Dal Seicento a oggi. Roma-Bari : Laterza, 2004. Pág. 33.

⁵⁹ VENTURA, Angelo. Il Veneto nel Risorgimento. In: *Storia del Veneto*. Pág. 77-93.

⁶⁰ “[...] a agricultura do Vêneto pode ser situada com certeza dentro dos limites de um único quadro representativo, que revela facilmente as suas características mais gerais e homogêneas na presença predominante da cultura ‘mista’ centrada na tríade produtiva de vinho, trigo e milho.” FRANZINA, Emilio. *A grande emigração*. O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas : Editora da Unicamp, 2006.

lanifícios, principalmente o de Rossi, em Schio, e o de Marzotto, em Valdagno⁶¹. Outro elemento que historiadores elencam para refutar a idéia do Vêneto rural, atrasado e sob o domínio dos grandes proprietários, foi o surgimento de uma *corporation* com capitais dos industriais da região. O nome dessa grande corporação, em moldes capitalistas, era *Società Veneta per Imprese e Costruzioni Pubbliche*, e ela é considerada como um acontecimento primordial da industrialização de toda a Itália⁶². Porém, ao lado de indústrias desse quilate, que não perdiam em nada para corporações de países do capitalismo avançado, subsistia ainda uma tendência de “indústria doméstica”⁶³. Essa característica, ainda relacionada com os primórdios da industrialização, era devida às dificuldades de sobrevivência encontrada pelos camponeses. Receber matéria prima em casa para transformá-la era um complemento de renda para famílias empobrecidas.

No setor agrário não havia um equilíbrio em termos de renda, produtividade e tecnologia. Praticamente duas das três partes em que se pode dividir aquele setor eram estagnadas ou “sonolentas”⁶⁴. A área da montanha tinha um fracionamento da terra em torno de 3 a 4 hectares por família. Essa era a região com o maior problema de fracionamento das propriedades e onde, devido à emigração temporária, as mulheres exerciam um papel preponderante na sociedade – enquanto os homens emigravam durante certos períodos do ano, em busca de complemento para a renda, as mulheres tocavam as propriedades e cuidavam dos filhos. As áreas da *collina* e da *pianura alta e média* tinham propriedades um pouco maiores, onde os proprietários podiam ter, inclusive, meeiros, mas que não garantia dinamismo para a produção e para a renda. De fato, o local onde havia mais produção era aquele em que a agricultura de tipo capitalista já tinha se instalado, na baixa planície, onde,

⁶¹ *Idem, Op. cit.* Pág. 168 e 265. CIRIACONO, *Op. cit.* Pág. 45-46. ROMANATO, Gianpaolo. Religione e società nel Veneto Novecentesco. In: GIRON, Loraine Slomp e RADÜNZ, Roberto. *Imigração e Cultura*. Caxias do Sul : Educs, 2007. Pág. 225. FONTANA, Giovanni Luigi. Lo sviluppo economico dall'unità a oggi. In: *Storia del Veneto. Op. cit.* Pág. 174.

⁶² “Il ruolo di protagonista svolto dal capitalismo e dalla classe dirigente veneti nell'imprimere questo nuovo corso alla trasformazioni industriale del paese, e ai vertici della finanza nazionale – um ruolo generalmente ignorato dalla storiografia –, smentisce il tradizionale stereotipo di um Veneto rurale dominato da una classe dirigente proprietaria, fondata sulla rendita fondiaria e sul conservatorismo.” VENTURA, *Op. cit.* Pág. 105 e 107.

⁶³ CIRIACONO, *Op. cit.* Pág. 45.

⁶⁴ LAZZARINI, Antonio. Emigrazione e società. In: *Storia del Veneto. Op. cit.* Pág. 124.

inclusive, havia um incremento do uso de máquinas a vapor⁶⁵. Mas, mesmo esta, pagava naquele período o preço da inserção no mercado capitalista: a concorrência russa e americana era muito forte e lhe tomava mercados consumidores.

Além dos elementos intrínsecos da forma de funcionamento da agricultura vêneta, as intempéries⁶⁶ e as pragas nas plantações contribuíam para aumentar as dificuldades do setor, principalmente para os pequenos proprietários, meeiros e proletários rurais.

O quadro político da região, no período do êxodo dos camponeses, tinha como referências, de um lado, o movimento católico, e de outro, o movimento socialista.⁶⁷

Durante as revoluções de 1848 a região esteve ativa, inserindo-se, com o caráter de luta nacionalista, nos movimentos que chacoalharam a Europa. Em todas as cidades do Vêneto e inclusive em alguns centros menores ocorreram manifestações contra a Áustria. Quando a revolução liberal, em Viena, obrigou o imperador a assinar uma constituição, as cidades de Pádua, Vicenza e Verona assistiram a manifestações de cidadãos nas ruas, dando vivas à Itália e à liberdade.⁶⁸

Superada essa fase, com a unificação, os debates e as lutas políticas giravam em torno dos problemas que a região enfrentava, com destaque para o caso da emigração permanente, que começava a se configurar como um movimento massificado.

A questão da emigração não foi, a princípio, algo novo, devido à emigração temporária que grassava tradicionalmente. Com a partida dos camponeses aumentando cada vez mais, as classes dirigentes começaram a

⁶⁵ *Idem, Op. cit.* Pág. 122-128. FONTANA, *Op. cit.* Pág. 175-177.

⁶⁶ “Pelo menos durante todo o primeiro período da emigração transoceânica, a tendência da distribuição cronológica e geográfica dos fluxos, no interior de cada província, registra de fato grandes altas que parecem depender também de certas conjunturas climático-ambientais que conhecemos também por outras vias. É o caso dos ‘granizos, a seca, outros fatores atmosféricos e fatores negativos’, postos na base do incremento migratório, na província de Udine [...]; assim é também para os ‘anos de má-colheita’, ligados ao êxodo em direção à Argentina e ao Brasil na estatística oficial de 1878 para quase todo o Vêneto; e ainda para a emigração provocada pelas graves inundações que, no outono de 1882, causaram danos não só à agricultura [...]; como foi também para as más colheitas causadas em 1884 pelas chuvas de granizo em Lentiai (Belluno), pela seca em Molvena (Vicenza) e pelas inundações em Piove di Sacco (Pádua), [...]”. FRANZINA, *Op. cit.* Pág. 75.

⁶⁷ LAZZARINI, *Op. cit.* Pág. 134.

⁶⁸ VENTURA, *Op. cit.* Pág. 79 e 81.

tratar com seriedade o tema. Os proprietários eram anti-emigrantistas⁶⁹, *ma non troppo*. A emigração temporária para o norte lhes era já problemática. Para os proprietários, os camponeses que saíam para trabalhar em outros países voltavam com idéias “estranhas”, menos dóceis⁷⁰ do que era sua característica então reconhecida. Dessa forma, dentro da situação de crise econômica e social, a idéia de que os camponeses emigrassem e não se jogassem na luta de classes lhes parecia uma melhor alternativa. A burguesia, primeiramente anti-emigrantista também, depois mudou de posição, tornando-se pró-emigração.

A opinião que os representantes dos proprietários rurais exprimiam dos camponeses tinha como orientação a sua desconstituição enquanto grupo, chegando ao ponto da ridicularização. Publicava-se em órgãos vinculados aos proprietários artigos onde o camponês era retratado como um vagabundo, bêbado, ignorante, místico, e por aí seguia⁷¹. Ao camponês tornado emigrante era dada a marca de quem não queria trabalhar, mas ganhar tudo de mão beijada.

Nesse quadro político militavam então os dois movimentos, o católico e o socialista, com uma penetração forte do primeiro entre os camponeses, e do segundo, com menos força, entre os proletários rurais. Na região da colina e da *alta e media pianura*, o movimento católico teve muita influência econômica, sendo o artífice das sociedades de mútuo socorro e das cooperativas. Na planície, onde a agricultura de viés capitalista estabelecia a relação entre a grande propriedade com a mão-de-obra assalariada, o socialismo tinha mais vigor. A direita tinha suas bases mais fortes em Verona, Vicenza, Veneza e, principalmente, em Pádua. A esquerda era mais forte no Polesine.⁷² O movimento socialista não conseguiu, apesar da tentativa de se aproximar dos camponeses, criar base política no campesinato. O movimento católico tinha

⁶⁹ FRANZINA, *Op. cit.* Pág. 149.

⁷⁰ “Em geral, a imagem comum do camponês vêneto e dos trabalhadores conterrâneos é caracterizada por traços de extrema ‘docilidade’, ‘mansidão’ e ‘paciência’: já o destacamos antes [pág. 264]”. *Idem, Op. cit.* Pág. 310.

⁷¹ “[...] no Vêneto, durou ainda por muitos anos a moda de fazer dos emigrantes objeto de escárnio, ridicularizações e condenações. [...] ainda no fim do século XIX, quando em várias partes se concordava pacificamente sobre o fato de que as causas da emigração transoceânica eram dolorosas e reais para os camponeses, poderíamos encontrar proprietários convencidos, como muitos anos antes, de que a verdadeira América estava na Itália e que não se deveria permitir a tanta gente vagabunda ir ‘procurá-la em outro lugar com mil problemas perigosos’.” FRANZINA, *Op. cit.* Pág. 242-245.

⁷² VENTURA, *Op. cit.* Pág. 108 e 117.

um discurso que lhe permitia se aproximar dos camponeses, através da crítica à maçonaria, aos judeus e aos liberais, ao mesmo tempo em que também fazia a defesa dos proprietários e dos capitalistas.⁷³

A emigração em massa de camponeses do norte da Itália fez parte de um processo maior, que envolveu vários países europeus no século XIX. Ela teve como componentes essenciais os problemas econômicos e demográficos que se apresentavam para uma enorme fatia dos camponeses e, também, de trabalhadores das cidades.

No caso vêneta, a emigração temporária, praticada pelos camponeses, não permitiu que no primeiro momento da emigração permanente os números de partidas tivessem um aumento significativo. Nesta primeira fase do fluxo emigratório, a composição social do quadro de camponeses que vinham para a América era formada pelos pequenos proprietários e pelos meeiros. Franzina destaca que a conjunção de atrativos nas áreas a serem colonizadas e os fatores conjunturais no norte italiano geralmente “trabalharam” integrados na empresa do êxodo.⁷⁴ Porém, os fatores conjunturais eram mais importantes no norte do país, enquanto os estímulos atrativos eram mais fortes no sul.

Dentro da região vêneta as províncias que mais “exportaram” camponeses foram Belluno, Treviso, Udine⁷⁵ e Vicenza, o que corresponde, com poucas alterações, ao quadro de entradas de imigrantes para as colônias do Rio Grande do Sul, conforme o mapa abaixo:



As Províncias do Vêneto — no mapa, a área sombreada indica a proveniência dos vênets da Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul.

Fonte: FROSI e MIORANZA, *Op. cit.* Pág. 27.

⁷³ FRANZINA, *Op. cit.* Pág. 338.

⁷⁴ FRANZINA, *Op. cit.* Pág. 33 e 66.

⁷⁵ A província de Udine fazia parte do Vêneto no período da grande emigração.

Milhões de pessoas saíram definitivamente da Itália depois da sua unificação. Desses, em torno de 100 mil vieram para o Rio Grande do Sul, para as colônias baseadas na pequena propriedade.⁷⁶ O motivo de tão drástica diáspora ainda encontra sua melhor sentença naquela que Hobsbawm fez para tratar da emigração de todo o continente europeu capitalista: as pessoas emigram porque são pobres.⁷⁷ No caso dos vênets, que também vale para lombardos, trentinos e outros, a pobreza é a palavra que melhor caracteriza a situação sócio-econômica dos camponeses. A situação de sua moradia já indicava as dificuldades da rotina diária: casinhas baixas, com rachaduras, com janelas mais parecendo buracos, os cômodos eram poucos e sujos, as paredes eram enegrecidas pela fumaça e úmidas pela chuva que descia dos telhados, assoalho do térreo de terra ou pedra, e o do segundo piso de madeira balançando, as janelas não tinham folhas de madeira, os móveis eram poucos e as famílias viviam amontoadas por falta de espaço.⁷⁸

As razões para a emigração não faltavam, apesar dos proprietários afirmarem, em sua disputa político-cultural contra os camponeses, que a culpa do êxodo era dos próprios emigrantes, que ficavam “enlouquecidos” pela possibilidade de se tornarem proprietários de terras gratuitas na América.⁷⁹ Lembre-se a opinião já descrita aqui dos mesmos proprietários, que consideravam os camponeses vagabundos. Lembre-se também que o campesinato vênets era visto pela opinião geral como um conjunto de trabalhadores dóceis. E registre-se que, ao saírem da Itália, já estabelecidos nos países de imigração, esses mesmo sujeitos dóceis apresentavam um caráter “rancoroso e classista”.⁸⁰

Os emigrantes queriam de fato mudar de vida de uma maneira mais facilitada, mas não de forma tão fantasiosa como lhes imputavam os proprietários rurais italianos. Diante da crise econômica, da pobreza familiar, e do quadro sócio-cultural que enfrentavam, a emigração soou como *libertação*.⁸¹

⁷⁶ MANFRÓI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Editora Grafosul, 1975. Pág. 88.

⁷⁷ HOBBSAWN, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. RJ : Paz e Terra, 1988. Pág. 213.

⁷⁸ FRANZINA, *Op. cit.* Pág. 300.

⁷⁹ *Idem, Op. cit.* Pág. 238 e 239.

⁸⁰ *Ibidem*, Pág. 317.

⁸¹ *Ibidem*, Pág. 317 e 322.

Segundo capítulo

As autoridades colonizadoras⁸²

A legislação que organizou a colonização

Os funcionários do Estado imperial brasileiro eram os homens entre os imigrantes e a terra no Brasil, seja urbana ou rural. Eram eles que também mediavam a velha forma de vida dos imigrantes e a nova forma de organização social que como colonos desenvolveram no nordeste do Rio Grande do Sul. E também eram os funcionários do Estado imperial brasileiro que estavam entre a natureza sem a intervenção humana e o território organizado para a ocupação pelos imigrantes italianos.

As autoridades colonizadoras tiveram à sua disposição, e foram, acima de tudo, executores de uma legislação que organizou, de fato, todo o processo colonizador brasileiro. Essa legislação imperial cobriu todos os âmbitos da empresa, e talvez tenha sido originada da experiência colonizadora ocorrida com as províncias.⁸³

A legislação imperial seguiu uma linha reta, contínua, quando tratava da forma, do desenho, rural e urbano, das colônias e povoados. Não existiram, nas principais leis, decretos, regulamentos e avisos editados, contradições entre disposições. Mesmo que fizesse parte da linguagem legal da época, parece que não seria necessário o “revogam-se as disposições em contrário”.

A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, o Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, a Decisão nº 98, de 8 de maio de 1854 e a Portaria nº 385, de

⁸² Autoridades colonizadoras – e não coloniais: seguindo o raciocínio de Loraine Slomp Giron e Heloísa Bergamaschi, autoridades “coloniais” melhor designaria uma relação de sujeição política, como o Brasil colônia da metrópole Portugal. Emancipando-se, colônia, no Brasil, significou terras desocupadas a serem transformadas em unidades de produção agrícola. GIRON, Loraine Slomp e BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul : Educs, 1996. José Clemente Pozenato, na apresentação de “Terra e Homens”, também de Loraine e Heloísa, afirma que para as autoras interessava saber como o imigrante era colonizado, mais do que colonizava. GIRON, Loraine Slomp e BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Terra e Homens*. Colônias e colonos no Brasil. Caxias do Sul ; Educs, 2004. Pág. 15. As autoridades nas colônias representavam o Estado imperial brasileiro, que era autônomo em relação a qualquer ente político. Nas colônias do Estado, as autoridades estavam em um *processo criador*: criavam e administravam as colônias nascidas no território a ser ocupado por outros. Engenheiros, agrimensores, escriturários, médicos, professores e fiscais fizeram as colônias conforme as leis e os costumes luso-brasileiros. Numa sentença: foram autoridades colonizadoras.

⁸³ MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do império*. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 1999. Pág. 83.

19 de dezembro de 1855⁸⁴ formam um conjunto coerente de disposições técnicas para a implantação física das colônias. Algumas partes parecem mais manuais de aplicação do que dispositivos legais.

A Lei nº 601 em seu artigo 14, parágrafo 1º, estipulava que as terras públicas, que daquele ponto em diante só poderiam ser adquiridas por compra, deveriam ser, antes da venda (preferencialmente em hasta pública), medidas, divididas, demarcadas e descritas. A medição e a divisão deveriam ser feitas, sempre que as circunstâncias permitissem, por linhas que corressem de norte a sul e por outras que as cortassem em ângulos retos, para que esses cruzamentos formassem lotes ou quadrados de 500 braças por cada lado. O artigo 18 da mesma lei previa a importação de colonos para a ocupação de colônias, entre outras possibilidades. O artigo posterior, o 19, previa que os recursos da chancela de posses e de venda de terras devolutas seriam usados para as medições e para a importação de colonos. Percebe-se que havia concatenação entre as ações: a terra deveria então ser comprada; o Estado venderia essa terra; para vendê-la, mediria e dividiria, numa regularidade que permitisse o maior número possível de lotes; se importariam colonos para que, entre outras possibilidades, ocupassem colônias que poderiam se originar daqueles loteamentos; os recursos para a continuação das medições e para a vinda dos colonos adviriam da venda das terras.

O Decreto nº 1.318, que era um Regulamento para a execução da Lei de Terras, também continha dispositivos que ordenavam ortodoxamente a ocupação das terras devolutas, fosse com colonização ou não. O capítulo VI daquele Decreto tratava das terras reservadas. Essas “terras reservadas” eram para aldeamentos indígenas, mas ao que parece também serviam como orientação para outras povoações. Dizia o capítulo que, se encontradas “hordas” selvagens, os funcionários deveriam informar o ocorrido a seus superiores, indicando o melhor local para o aldeamento. Os funcionários do Império também deveriam indicar os melhores locais para a fundação de povoações, que deveriam seguir as orientações já estabelecidas no papel: os lotes urbanos deveriam ser de no máximo dez braças de frente por cinquenta de fundos; os lotes seriam medidos de frente para as ruas e praças, traçadas

⁸⁴ IOTTI, Luiza Horn. *Imigração & Colonização*. Legislação de 1747-1915. Porto Alegre : ALERGS – Caxias do Sul : Educs, 2001. Pág. 112, 119, 142 e 162.

com antecedência. Antes disso, já seriam escolhidos os locais das fortificações, quartéis, cemitério (fora da povoação) e outros estabelecimentos públicos. Era obrigação da autoridade “povoadora” prever a “regularidade” e a “formosura” das povoações. Os recursos advindos das vendas das terras seriam carreados para estes fins, incluindo construção de chafarizes e outras obras públicas.

Na Decisão nº 98, mais conhecida como Aviso de 8 de maio de 1854, também encontramos artigos que se mantêm nessa “regularidade” legal. A intenção desse instrumento era regulamentar a medição e a demarcação das terras, de modo ainda mais amiúde do que fizeram os instrumentos anteriores. E aqui se vêem os desígnios “retos” da ocupação das terras públicas imperiais. O funcionário que comandava as medições deveria escolher o melhor lugar para traçar a linha norte-sul, e a partir daí colocar marcos de 250 em 250 braças, outros, maiores que os anteriores, de 500 em 500, e outros ainda maiores de 6.000 em 6.000 braças. Sempre que possível esses marcos deveriam ser de pedra. Se fossem de madeira, por dificuldade de encontrar pedra, esta deveria ser de boa qualidade. Se os obstáculos naturais interrompessem alguma linha reta, se progredia na mesma direção, calculando o espaço não medido e seguindo em frente conforme as determinações escritas já tinham orientado. Ao fim disso, as linhas de 6.000 braças formariam quadriláteros que teriam o nome de “territórios”. O artigo 43, que tratava das réguas e das correias de medição, dizia que esta seria feita horizontalmente, qualquer que fosse a ondulação do terreno. O que se procurava, dentro do espírito da época, era uma divisão de terras com “mais economia, presteza e exatidão”, conforme explicitava o artigo 23 desta Decisão.

Por fim, encontramos a Portaria nº 385, de 19 de dezembro de 1855, que mandava “observar as instruções práticas” para a execução do Regulamento visto acima. Eram 37 artigos explicitando, com minúcias, como deveriam proceder os funcionários responsáveis pelas medições das terras que o governo iria colocar à disposição, por venda a quem tivesse dinheiro, para aldeamentos ou para a colonização. Para ilustrar esse detalhamento, no artigo 7º se encontram determinações para a colocação de “fixas”, que eram marcações que faziam parte da medição. Essa portaria determinava que “no progresso da medição o medidor da retaguarda irá arrancando e guardando as fixas cravadas pelo outro, e este, quando tiver colocado a undécima, gritará –

dez –, e parará”. A legislação determinava até que o funcionário imperial deveria parar e “gritar”.

A forma (ou o desenho, a figura) dos territórios que receberiam colônias e das povoações que seriam criadas já estava estabelecida antes de elas existirem de fato. Pouca autonomia restava aos funcionários imperiais, que enfrentaram *in loco* o problema de fazer na terra o que estava escrito no papel.

Além dessa legislação geral, que regulava todo o processo em qualquer lugar do Império, ainda ocorria de serem editados textos específicos para determinada localidade a ser criada, mas que não flexibilizavam as orientações. Essas orientações para localidades reforçavam ainda mais as gerais. A Decisão nº 96, de 27 de fevereiro de 1856⁸⁵, dava ordens ao Presidente da Província do Espírito Santo sobre a medição de terras para estabelecer uma colônia agrícola. A Decisão dispunha sobre a medição total da colônia, com a forma “ideal” de quatro léguas quadradas, sobre os tamanhos dos lotes rurais e traçava, já, o povoado. O responsável pela medição, que era um oficial do Exército, deveria percorrer todas as quatro léguas quadradas para reconhecer o melhor local para a povoação, que deveria ter 500 mil braças quadradas. Ele deveria fazer a planta da cidade, designando os lugares para a praça, igreja, escola e outros estabelecimentos públicos, tudo bem alinhado às ruas. Os lotes urbanos deveriam ter 10 braças de frente e 25 braças de fundo. A povoação poderia ser demarcada antes mesmo da demarcação do território inteiro, e no local escolhido para ser a futura praça da cidade, se ergueria um barracão para receber os colonos imigrantes, além de uma casa espaçosa para o Diretor, que serviria também de armazém. Enfim, tudo era determinado antes de existir, sem mesmo conhecer-se a topografia da área a ser colonizada.

O Decreto nº 3.784, editado em 1867, aprovou o Regulamento para as Colônias do Estado. E manteve as orientações, quanto à forma física, que já vinha da legislação desde a Lei de Terras de 1850. O artigo 2º determinava o tradicional tamanho de quatro léguas quadradas para o território a ser medido, que seriam divididos em lotes urbanos e rurais, “depois de fixada a localidade mais conveniente à sede da povoação”.⁸⁶ Seguindo as orientações legais, os funcionários imperiais deveriam levantar a planta geral e marcar os terrenos

⁸⁵ *Idem, Op. cit.* Pág. 184-185.

⁸⁶ *Ibidem*, Pág. 297.

reservados na povoação, por decisão do Diretor da Colônia, para as ruas, praças, logradouros públicos, igreja, escola, cemitério, prédio da administração e cadeia e outros edifícios. Os lotes urbanos agora seriam maiores do que os designados na legislação anterior, tendo entre 10 e 20 braças (22 ou 44 metros) de frente por 20 ou 50 braças de fundos. Se o lote não fosse regular, deveria constar no título um mapa feito por engenheiro, dando conta da irregularidade da sua forma. Esses lotes urbanos também poderiam ser divididos em várias classes, assim como o eram os rurais. O preço do lote era arbitrado pelo Diretor. Cabia a este, por determinação da legislação, uma razoável parcela de poder, pois era ele que decidia onde seria a povoação da colônia, ele decidia onde ficariam os terrenos reservados para as edificações necessárias à vida urbana, e ele decidia qual lote teria determinado preço. Mas, ao mesmo tempo, a sua margem de decisão não era ampla, pois as determinações legais iam às minúcias.

A regularidade da forma no mundo colonial, rural ou urbano, era a idéia central das autoridades imperiais brasileiras.

A administração das colônias

Toda a “maquinaria” legal pensada e editada pelo Império não teria conseqüência se não encontrasse funcionários dispostos a, também, *emigrarem* para as regiões de colonização e tornarem real, na terra, o que estava tão bem planejado no papel. Os funcionários do Estado imperial brasileiro tiveram, entre outras, a tarefa de preparar toda a *arena* para que os colonos, que juntaram-se a eles neste processo criador, tivessem as condições de viver em alguns dos territórios antes devolutos do Brasil.

Foi com o Decreto nº 1.318, de 1854, que começou a organização da estrutura burocrática que garantiu a eficiência estatal até o final da imigração. Ele regulamentou a Repartição Geral das Terras Públicas, que tinha sido criada na Lei de Terras. A Repartição tinha uma estrutura na Corte, e, nas províncias, uma Repartição Especial de Terras Públicas, que eram subordinadas ao Diretor Geral no Rio de Janeiro. Nos *campos de operações* trabalhavam um inspetor geral, cercado pelos agrimensores, desenhistas e escreventes. Esses eram os funcionários que mediavam a lei e a realidade, que trabalhavam nos

distritos, como eram denominadas as áreas a serem demarcadas. Numa sentença: que sujavam as mãos com a terra.

Em 1861 essa estrutura foi transferida para a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas⁸⁷. O ministério contava com a Diretoria das Terras Públicas e Colonização, que ficava, então, com as responsabilidades estabelecidas pela legislação em vigor, que enquadrava a colonização das terras devolutas.

A criação da Inspetoria Geral das Terras Públicas e Colonização, em 23 de fevereiro de 1876⁸⁸, foi mais um passo da legislação imperial em seu caminho retilíneo de promover a demarcação das terras devolutas e colonizá-las. A partir daquela data até o ano de 1884, a hierarquia organizacional, mantida na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, funcionou da seguinte forma: a Inspetoria Geral de Terras e Colonização subordinava o restante da estrutura, da Corte até o distrito ou território colonial, em ordem decrescente – Inspetorias Especiais de Terras e Colonização (nas províncias), Diretores de Colônias, Engenheiros-chefe das Comissões de Terras, Engenheiros ajudantes, agrimensores, capatazes, fiscais e por fim os trabalhadores imigrantes, contratados para prestarem serviços de abertura e conservação de estradas.⁸⁹

Desde 1867, com a promulgação do Regulamento para as Colônias do Estado, uma legislação mais detalhada foi estabelecida para a administração das colônias. Ela previa que cada colônia seria administrada por uma junta composta por 8 membros: o diretor, o médico e seis colonos. As atribuições dadas às juntas eram amplas, resultado de uma “exceção jurídica”⁹⁰, e iam desde a coordenação de todos os trabalhos referentes à montagem da infraestrutura necessária para o desenvolvimento do empreendimento estatal-

⁸⁷ Decreto nº 2.748, de 16 de fevereiro de 1861. IOTTI, *Op. cit.* Pág. 257.

⁸⁸ *Idem, Op. cit.* Pág. 397.

⁸⁹ LUCHESE, Terciane Ângela. *Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde d’Eu, Dona Isabel, Caxias e Alfredo Chaves – 1875 a 1889*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre : Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001. Pág. 46. Quanto ao trabalho dos imigrantes nas estradas, o Inspetor Especial Carlos Jansen sugeriu a contratação de vaqueanos para substituí-los nas derrubadas, pois considerava, aqueles, inexperientes nessa atividade, e, portanto, mais dispendiosos. AHRGS, Fundo da Imigração, Maço 08, Caixa 06.

⁹⁰ Na Decisão nº 214, de 30 de junho de 1871, a 5ª Seção do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas declarava que as Câmaras Municipais não tinham nenhuma ingerência sobre os negócios das colônias, pois seu regime não estava sujeito às regras e formas de direito comum. IOTTI, *Op. cit.* Pág. 307-308.

colonial até a organização das contas da colônia – administração das rendas e das despesas, inclusive decidindo sobre os auxílios a colonos necessitados.

A administração das colônias acabou sendo tarefa de um sujeito só, considerando-se as condicionantes da lei. Apesar de a legislação prever a participação de colonos, ela ressaltava que esta só poderia ser garantida para aquele que tivesse pago toda a dívida com o Estado. E no caso do outro funcionário imperial que seria membro, médico não era um funcionário que as colônias contavam permanentemente⁹¹. Assim, o que valia de fato era o que determinava o parágrafo 1º do artigo 26 do Regulamento das Colônias: competia ao diretor, além de todas as atribuições “divididas” com a junta, “superintender e dirigir todos os negócios e serviços da colônia.”

O acúmulo de trabalho e responsabilidades na figura do Diretor da Colônia era um problema para o bom andamento da colonização. Esse não era um assunto desconhecido nas esferas mais altas da hierarquia burocrática. O engenheiro José Thomé Salgado, funcionário da Comissão da estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana⁹², foi designado através da Decisão nº 231, de 16 de abril de 1878⁹³, para fazer uma inspeção geral nas colônias do Estado na província do Rio Grande do Sul. Após a inspeção, a opinião do engenheiro Salgado era de que devia existir na Colônia Caxias, por exemplo, um diretor e um engenheiro, que chefiasse a comissão de medições.⁹⁴ Ele considerava que as duas tarefas eram trabalho demais para um sujeito só. Salgado inclusive usava como exemplo o caso do então diretor da Colônia Caxias, Luiz Manoel de Azevedo, “que nada entendia de engenharia” e comandava todos os trabalhos. De sua parte, Luiz Manoel de Azevedo, no relatório que apresentou ao presidente da Província, reclamava das dificuldades que ele encontrou para levar a cabo o seu trabalho, pois tinha de fazer tantas coisas, sem auxílio, que se tornavam superiores às suas forças. Como bem escreveu Terciane Luchese sobre a situação de Luiz Manoel, “sua experiência de administrar a colônia

⁹¹ Através do Ofício 210, de 26 de junho de 1878, o Inspetor Especial pede ao Presidente da Província que aprove a contratação do farmacêutico Alessandre Romualdo, por falta de médico em Caxias. AHRGS, Fundo da Imigração Maço 09, Caixa 07.

⁹² Ofício nº 696, de 18 de maio de 1878. AHRGS, Fundo da Imigração, Maço 12, Caixa 10.

⁹³ IOTTI, *Op. cit.* Pág. 411. O Rio Grande do Sul não foi a única província a receber uma inspeção geral. O Espírito Santo e São Paulo também tiveram inspeções gerais no mesmo período. AHRGS, Relatório do Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Pública de 1878, B-3.09.

⁹⁴ Arquivo Nacional, IA6 Agricultura – DEP 311, Caixa 24.

[Caxias] por cerca de 7 meses, era sintetizada de forma clara: a impossibilidade de conciliar tantas tarefas em situação tão rude”.⁹⁵

A colonização, que contou com toda a disposição do Estado imperial brasileiro para se tornar uma empresa bem sucedida, através de uma legislação adequada, avançada até, e de recursos públicos do orçamento geral do governo, também contou com o esforço, para além da lei, de muitos funcionários imperiais, parceiros dos estrangeiros com os quais trabalharam conjuntamente, transformando em realidade o que tinha sido pensado e planejado por outras cabeças. Para uma autoridade da estrutura estatal, a colonização nas terras devolutas chegava mesmo a ser um sacrifício de funcionários.⁹⁶

Desde sua fundação até o dia 12 de abril de 1884⁹⁷, quando, ao ser “emancipada do regime colonial”, foi transferida para a autoridade do município de São Sebastião do Caí, tornando-se um dos seus distritos, a Colônia Caxias contou com 15 diretores: Major Augusto de Miranda, Hermínio D’Ávila, Pedro Ferreira Coelho, Antonio Augusto da Costa, Major Raymundo Duarte Bezerra, Engenheiro Guilherme Greenhalg, Antônio Pinto da Silva Valle, Engenheiro Comendador Eudoro Carvalho Castello Branco, Hygino José dos Santos, Luiz Manoel de Azevedo, Sarmat Laureaux de Bosquet, Constantino Rondelli, José Carlos Muniz Bittencourt, Engenheiro João Maria Almeida Portugal e Manoel Barata Góis.⁹⁸ Além desses, foram indicados (mas ao que parece nunca exerceram a função) Gabriel Pinheiro d’Aguiar, 2º escriturário da Tesouraria da Fazenda, em Porto Alegre, e o engenheiro Joaquim Rodrigues Antunes. Gabriel d’Aguiar chegou a ter seu nome aprovado para nomeação provisória pelo presidente da Província do Rio Grande do Sul.⁹⁹ Joaquim Antunes foi indicado ao Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Agricultura, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, pelo Inspetor Geral de Terras e Colonização, Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves. Ele seria transferido de seus trabalhos no Paraná para Caxias. Segundo o Inspetor Geral, a indicação de alguém, no caso do engenheiro Antunes, para o cargo de diretor da Colônia

⁹⁵ LUCHESE, *Op. cit.* Pág. 49.

⁹⁶ *Idem*, *Op. cit.* Pág. 83.

⁹⁷ IOTTI, *Op. cit.* Pág. 434.

⁹⁸ ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*. I Tomo. Caxias do Sul : Edições Paulinas, 1971. 2ª Edição. Pág. 152. LUCHESE, *Op. cit.* Pág. 40 e 47.

⁹⁹ Ofício nº 1.227, de 13 de agosto de 1878. AHRGS, Fundo da Imigração, Maço 12, Caixa 10.

e chefe da comissão de medição, tinha demorado porque não era fácil encontrar alguém com o perfil exigido; dizia ele que em Porto Alegre não havia ninguém para ser indicado.¹⁰⁰ Joaquim Rodrigues Antunes não foi diretor da Colônia Caxias, conforme o desejo do Inspetor Geral em 1879. Mas, logo depois, ele foi nomeado diretor das colônias Dona Isabel e Conde d'Eu.¹⁰¹ Durante os anos de 1883 e 1884, anos de preparação para a transferência das colônias do Estado para a autoridade de municípios, Antunes cumpriu tão bem com suas tarefas, segundo opinião de estudiosos e contemporâneos seus¹⁰², que justifica a estima que parecia lhe ter o titular da Inspetoria Geral.

Muitos desses diretores tinham formação em engenharia, outros não. Pela legislação, os diretores das colônias não necessitavam serem engenheiros, pois havia a previsão de que um desses profissionais fosse o chefe da comissão encarregada de medir as terras públicas. Mas, como nem sempre o quadro de funcionários das colônias estava completo, o que acabava ocorrendo era o acúmulo das funções por parte do diretor. Quando este não era engenheiro, algo como o “partido dos engenheiros” entrava em cena, invocando a “incapacidade” dos não-engenheiros para cumprir com suas funções. Luiz Manoel de Azevedo¹⁰³ e Constantino Rondelli¹⁰⁴ foram dois sobre os quais recaíram tais acusações.

As escolas de engenharia e seus programas

Em 1810 foi fundada a Academia Militar, na Corte. Antes disso, a colônia já contava com algumas Aulas de Fortificação. Desde seus inícios a engenharia civil e a militar estiveram juntas¹⁰⁵, inclusive com a utilização de patentes militares para remunerar oficiais que prestavam serviços de engenharia em obras de igrejas e conventos.¹⁰⁶

¹⁰⁰ Ofício nº 63, de 01 de fevereiro de 1879. Arquivo Nacional, IA6 – Agricultura – DEP 311, Caixa 24.

¹⁰¹ LUCHESE, *Op. cit.* Pág. 47.

¹⁰² *Idem, Op. cit.* Pág. 55.

¹⁰³ Ofício de 15 de outubro de 1878, da 3ª Seção da Diretoria de Agricultura da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Arquivo Nacional, IA6 Agricultura – DEP 311, Caixa 24.

¹⁰⁴ Ofício nº 74, de 14 de julho de 1879. AHRGS, Fundo da Imigração, Maço 54, Caixa 30.

¹⁰⁵ “(...) as duas engenharias, a civil e a militar, se confundiram numa só, por longo tempo, da colônia ao segundo reinado, formando, a bem dizer, um mesmo tronco, ao qual poderíamos chamar de engenharia fardada.” Pág. 260. LYRA TAVARES, A. de. *A engenharia brasileira no Segundo Reinado*. Revista do IHGB, nº 338, Jan-Mar, Brasília-RJ, 1983, pág. 259-278.

¹⁰⁶ BARATA, Mário. *Escola Politécnica do Largo de São Francisco*. Berço da engenharia brasileira. RJ : Associação dos Antigos Alunos da Politécnica/Clube de Engenharia/CFC-MEC, 1973. Pág. 45.

A Academia Militar ensinava matemáticas e ciências, e não só destinada à aplicação militar, mas que também servia às atividades da engenharia civil. A influência intelectual sobre o ensino da disciplina e da profissão, no Brasil, era portuguesa e francesa. A escola politécnica francesa é de 1793 e, durante a Revolução, proliferaram escolas centrais. Quando dos inícios da Academia Militar, em 1810, muitos livros usados para o ensino eram franceses.¹⁰⁷ Essa foi uma *permanência* durante o século XIX.

Em 1858 a Academia Militar foi dividida em duas instituições: a Escola Militar, localizada na Urca e depois na Praia Vermelha, e a Escola Central, que permaneceu no local onde funcionava a Academia, no Largo de São Francisco. Nesse mesmo ano o Curso de Infantaria e Cavalaria da Província do Rio Grande do Sul passou a se chamar Escola Militar de São Pedro do Rio Grande do Sul.¹⁰⁸ A partir de então a Escola Central ficou como o centro responsável pela formação dos engenheiros civis no Brasil.

No primeiro ano de existência a Escola Central teve 312 alunos militares e 256 civis. Destes, apenas 5 se matricularam no curso de engenharia civil.¹⁰⁹ Esses alunos estudavam em um curso que poderia lhes conferir o título de engenheiro geógrafo (se saíssem da Escola ao final do curso básico, de 4 anos) ou engenheiro civil (se cumprissem com todo o curso, básico e complementar, de 6 anos). No curso básico o programa de estudos era composto pelos seguintes temas: francês e latim, história, geografia e cronologia, aritmética e metrologia, álgebra, geometria, álgebra superior, trigonometria plana, geometria analítica, física experimental, meteorologia, aulas de desenho linear, topográfico e de paisagem, geometria descritiva, cálculo diferencial, integral das probabilidades, das variações e diferencial finitas, química, aulas de desenho descritivo, mecânica racional aplicada às máquinas em geral, máquinas a vapor e suas aplicações, mineralogia e geologia, desenho de máquinas, trigonometria esférica, ótica, astronomia e geodésia, botânica e zoologia e desenho geográfico. No curso complementar de engenharia civil, as matérias eram mecânica aplicada, arquitetura civil,

¹⁰⁷ *Idem, Op. Cit.* Pág. 45 a 60.

¹⁰⁸ Essa escola foi fechada em 1866 e restabelecida em 1874, com o antigo nome. MEDEIROS, Laudelino de. *Escola Militar de Porto Alegre: 1853-1911*. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 1992. Pág. 21.

¹⁰⁹ BARATA, *Op. cit.* Pág. 62.

construção de obras de pedra, madeira e ferro e estudo das resistências dos materiais correspondentes e suas aplicações, abertura, calçamento, conservação e reparação de estradas, vias férreas, aterros e dissecação de pântanos, montanhística e metalurgia, desenho de arquitetura e execução de projetos, canais navegáveis, estudo dos materiais empregáveis nesta espécie de obras, regime e melhoramento dos portos, rios e barras e sua desobstrução, derivação e encanamento de águas, aquedutos, fontes e poços artesianos, construção relativa a portos marítimos, molhes, diques, faróis, obras de segurança das costas contra a força e velocidade dos ventos e das águas, desenhos de construções e máquinas hidráulicas.¹¹⁰ Esse longo rol de “cadeiras” pouca modificação sofreu até o final do século XIX. Pode-se indicar a inclusão de temas políticos e administrativos, na década de 70 dos 1800, como a alteração mais significativa do currículo da escola de engenheiros brasileiros.

Com a Escola Militar e com a Escola Central abriu-se a possibilidade de instrução e educação para a nascente pequena burguesia, possibilitando, dentro dos limites possíveis da estrutura social brasileira, a constituição de uma nova elite, de características diferentes da velha, vinda da oligarquia rural e do estudo das leis. Foi por essas escolas que o positivismo foi introduzido no Brasil.¹¹¹

Em 1873 a Escola Central saiu da estrutura do Ministério da Guerra e foi para o Ministério do Império; em 1874 ela mudou de nome, tornando-se a Escola Politécnica, sendo nomeado como primeiro diretor o Visconde do Rio Branco,¹¹² o ministro que chefiou o gabinete mais duradouro do período imperial. Rio Branco saiu do ministério e foi para a direção da Politécnica, o que dá uma idéia do prestígio da instituição. A partir dessa mudança “a escola se tornou não apenas uma grande casa de estudos técnicos, mas, também, um centro de convergência e irradiação de idéias, de informações e de projetos, que promoveria o encontro entre engenheiros, industriais e empresários, no interesse comum de abrir perspectivas novas para o desenvolvimento

¹¹⁰ *Ibidem*, Pág. 62.

¹¹¹ *Ibidem*, Pág. 67-68.

¹¹² LYRA TAVARES, *Op. cit.* Pág. 273. A obra de Lyra Tavares, bem como a de Mário Barata, utilizadas nesta bibliografia, tem caráter laudatório, o que não impede que os dados históricos nela encontrados sejam considerados.

econômico do Brasil, o que conduziu a engenharia para o campo da empresa privada (...).¹¹³

A Escola Politécnica oferecia um curso geral e cursos especiais.¹¹⁴ Após cursar o geral, os alunos poderiam cursar Ciências Físicas e Naturais, Ciências Físicas e Matemáticas, Engenharia Civil, o curso de Engenheiros geógrafos, o curso de Minas e o curso de Artes e Manufaturas.

Entre 1879 e 1883 não houve mudanças nos “Programmas de ensino da Escola Polytechnica”.¹¹⁵ O curso geral tinha dois anos. No primeiro os alunos estudavam, na 1ª cadeira, álgebra superior e cálculo diferencial e integral; na 2ª cadeira, física experimental e meteorologia. No segundo ano a 1ª cadeira era de mecânica racional, a 2ª de geometria descritiva e a 3ª de química mineral, noções de mineralogia, botânica e zoologia. No curso especial de engenharia civil, no primeiro ano os estudantes tinham apenas uma cadeira, na qual se estudava “material de construção” e “architectura civil”. O segundo ano também era constituído de apenas uma cadeira, a de estradas ordinárias, estradas de ferro e “pontes e viaductos”.¹¹⁶ No terceiro ano os alunos da engenharia civil tinham duas cadeiras, estudando na 1ª “hydraulica”, “canaes”, navegação de rios, portos de mar, “hydraulica agrícola” e “motores hydraulicos”. A 2ª cadeira é que dava aos futuros engenheiros uma formação mais *enciclopédica*, conforme palavras de Saturnino de Brito,¹¹⁷ e tinha como temas a economia política, a estatística e o direito administrativo.

O programa da cadeira de arquitetura civil para o ano de 1878 previa 32 lições para os futuros engenheiros. Essas lições se mantiveram nos programas dos anos imediatamente seguintes.¹¹⁸ A bibliografia utilizada seguia a tendência dos inícios da Academia Militar, com a indicação quase total de autores franceses. Quando não eram estes, a bibliografia era anglo-saxônica.

Os temas das lições privilegiavam aspectos construtivos e estéticos. Começavam analisando a evolução arquitetônica desde as épocas primitivas,

¹¹³ *Idem, Op. cit.* Pág. 274.

¹¹⁴ BARATA, *Op. cit.* Pág. 64.

¹¹⁵ Levantamento feito pela Biblioteca de Obras Raras do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro em setembro de 1997.

¹¹⁶ Em 1883 o segundo ano teve uma segunda cadeira, de “mechanica applicada”. *Idem.*

¹¹⁷ BARATA, *Op. cit.* Pág. 73.

¹¹⁸ ESCOLA POLYTECHNICA. “Programmas de Ensino” dos anos de 1878, 1879 e 1881, impressos pela Typographia Nacional, no Rio de Janeiro. Biblioteca de Obras Raras do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

passando por todos os períodos da história até aquele momento, inclusive com a inclusão do período pré-colombiano na América e de povos da Ásia.

Em 1878 o “Programma” elencava os títulos que orientariam os estudos das lições. Alguns deles são recorrentemente indicados para todos os períodos. Eram obras de caráter geral, como o *Dictionnaire Universel du XIX Siécle*, de Larousse, a *Revue des Deux Mondes*, a *Bibliothèques des Merveilles*, o *Monuments de tous les peuples*, de Breton, a *Encyclopédie Universelle*, de Vorepierre. Outros autores franceses que compareciam com suas obras eram Pierre Chabat, com *Dictionnaire des termes employés a la construction*, Durand, com *Recueil et paralléle des edifices em tout genre, anciens et modernes*, Reynaud, com *Traité d'architecture*. Havia outros, que entravam com obras quando a lição necessitava de temas específicos. Fora o mundo francês, era indicado John Baldwin, com *Ancient America*, e os periódicos *The Popular Science Monthly*, *The Civil Engineer and Architects Journal*, *Scientific American*, *Mechanic's Magasine*, *Polytechnic Review*. Da produção brasileira era indicada a obra periódica *Novo-Mundo*. Quase a totalidade desses textos foi publicada em anos próximos ao de 1878, o que garantia uma bibliografia recente para os estudos dos alunos de engenharia civil.

Os programas para os anos de 1879 e 1881 (este ainda mais do que aquele) apresentavam um sumário detalhado de assuntos dentro de cada tema de cada cadeira de cada ano, conforme era a sistemática da Escola.

Na análise dos programas percebe-se que em nenhum momento os alunos de engenharia civil tinham uma lição específica sobre traçados de cidades.¹¹⁹ As lições abarcavam o estudo de plantas de edifícios, templos, muralhas, colunas, igrejas, castelos, monumentos, portas e janelas, sepulturas, de muitas épocas e de muitos continentes, não se restringindo à Europa e à América. As sociedades orientais e suas construções também estavam no currículo dos futuros engenheiros. Eles aprendiam a construir escolas,

¹¹⁹ Durante sua arguição, na Banca Examinadora, Günter Weimer acentuou que o programa da Escola Politécnica era de influência francesa, e os franceses “não sabem fazer cidades” – para ilustrar sua opinião ele citou o exemplo de Fez, no norte da África, que tem sua parte moderna feita pelos franceses e é praticamente inabitável. Para Weimer, a ausência de lições sobre o traçado de cidades não significava que os engenheiros brasileiros não soubessem fazer cidades, pois a outra influência que sobre eles operava, da engenharia portuguesa, era muito experiente nesse quesito. Optou-se por manter as considerações do texto original da dissertação, pois nesse item ele é quase exclusivamente descritivo, e desse modo, não há como negar a praticamente inexistência de lições sobre urbanismo nos programas descritos.

bibliotecas, banhos públicos, hospitais, prisões, hospedarias, casas, circos e anfiteatros, jardins. Enfim, recebiam, os estudantes, um cabedal adequado de experiências arquitetônicas do passado. Não eram negligenciadas, além disso, as lições de construção propriamente ditas. Havia o estudo dos materiais de construção, sua resistência, e da “tecnologia de profissões elementares”, quando aprendia-se a técnica do “cavouqueiro”, do canteiro, do pedreiro, do carpinteiro, do fundidor e do pintor. Além disso conhecia-se a forma de funcionamento das máquinas que facilitavam as construções.

Envoltos por centenas de temas se encontravam dois nos quais, quase certamente, os futuros engenheiros deviam estudar os traçados de cidades. No item 88 do programa da 1ª cadeira do 1º ano, juntamente com o estudo da “genese e evolução da columna e da ordem corinthia”, do “monumento choragico de Lysicrato em Athenas”, do “Templo de Vesta em Tivoli”, do “Templo de Minerva em Assisa” também estava o assunto “Lenda de Vitruvio”. No item 94, onde constava o estudo da “gênese e evolução do estylo do Renascimento”, “propaganda italiana”, “Loggia dei Lauzi”, “fachada do Castelo Gaillon”, “Filipo Brunelleschi”, “Michael Angelo Buonarroti”, “Raphael Sanzio”, “Jacques Barozzio di Vignola” e “Andréa Palladio”, encontrava-se o nome de Leon Baptista Alberti.¹²⁰

O título do assunto sobre Vitruvius parece tratar do arquiteto e “urbanista” romano como uma referência sem relação com a realidade – como um espectro. A “lenda” indica esse sentido. Além disso, o contexto em que aparece não é o de organização de uma cidade, mas num conjunto de assuntos ligados a construções de colunas e templos. Algo semelhante ocorre com o contexto onde estava colocado Alberti: num conjunto de aprendizado da obra de artistas e de edifícios do período do Renascimento italiano.

Num programa tão amplo de estudos de uma escola de engenharia de fins do século XIX, em um país que estava determinado a ocupar seu território e aumentar sua urbanização, a ausência de temas específicos sobre traçados

¹²⁰ “Alberti, um dos iniciadores do urbanismo do século XV, propôs o padrão que se vulgarizou: ruas retilíneas e casas da mesma altura. Este fato não impediu que ele contemplasse, em seus modelos arquitetônicos, as ruas curvas, de conotação marcadamente medieval. Não pretendendo impor a mesma planta aos aglomerados urbanos, para assim resguardar as peculiaridades de cada um, tentou, pelo uso do traçado curvo, manter os padrões adequados às especificidades locais, à topografia e às características gerais do terreno. O retilíneo e o curvo integraram-se no modelo racionalista de seu tempo e complementaram-se em termos da lógica interna que coordena as partes entre si e estas com o todo.” CENTURIÃO, *Op. cit.* Pág. 98.

de cidades pode demonstrar que esse era um item da formação do engenheiro no qual ele utilizaria, quando necessário, o costume.¹²¹

Na aula de trabalhos gráficos do 1º ano do curso, tampouco se tratava de traçados. Praticava-se o desenho da ordem jônica, dórica, coríntia, portas, janelas, escadas, pórticos, plantas de edifícios, monumentos, ornamentação e decoração e dos estilos arquitetônicos gerais. A prática de como dar forma urbana a determinado espaço natural não aparecia, novamente.

A 1ª cadeira do 2º ano tratava de estradas e de obras de arte relacionadas com as vias de comunicação, detalhadamente. Nesse ponto os futuros engenheiros brasileiros se detinham no estudo do traçado das linhas, tanto nos terrenos montanhosos como nos planos. Também era extenso o estudo sobre as curvas.

Aparecia na 1ª cadeira do 3º ano um assunto indiretamente ligado com o tema da urbanização, pois quando viam a parte sobre hidráulica, os alunos, entre a importância das drenagens e das irrigações, também aprendiam sobre o abastecimento e distribuição de água.

Era na 2ª cadeira do 3º ano que apareciam os temas que davam aos engenheiros do final do século XIX uma formação para além das especificidades de sua profissão. Não eram cálculos de resistência de pontes, pressão sobre máquinas, estética de colunas ou de palácios. Eram lições sobre economia política, estatística e direito administrativo, o que convinha, como já dito, a uma nova elite, que se preparava para ocupar postos importantes de comando na estrutura político-burocrático do Estado brasileiro.¹²²

No final do curso os alunos enfrontavam-se em questões sobre a teoria do trabalho, teoria do capital, valor, moeda, preços, salários, lucros, consumo. Num item denominado “Theoria do prazer e da dor” o sumário indicava que esses elementos eram considerados como quantidades, que eles podiam ser tomados como quantidades positivas e negativas; por fim estava assinalado o

¹²¹ Ver nota 119.

¹²² Na segunda metade do século XIX, as escolas de engenharia e outras organizações de engenheiros tiveram papel de destaque na formação social do Brasil, pela ascensão social e pelo prestígio dos engenheiros. Os engenheiros tinham influência sobre quem decidia. A reformulação da Escola Central e a sua transformação em Politécnica, além de outros organismos, deram legitimidade aos engenheiros: o engenheiro se tornava o mais apto para dirigir projetos, racionalizar o trabalho e mandar. MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *O CENTAURO imperial e o “partido” dos engenheiros*. A contribuição das concepções gramscianas para a noção de Estado ampliado no Brasil Império. In: MENDONÇA, Sônia Regina de (Org.). *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói : EdUFF, 2006.

estudo da “Incerteza dos eventos futuros”. Logo em seguida constava a “Theoria da utilidade”. Na conclusão do tema da economia política se estudava a “doutrina da população”, a “relação entre salario e lucro”, a “perniciosa influencia da autoridade”, e o “passado e futuro da economia política”. Em um olhar panorâmico sobre o programa, ele englobava uma gama considerável de assuntos econômicos e políticos, quase de forma simultânea aos debates que ocorriam na Europa.

O item sobre direito administrativo dava aos alunos noções elementares sobre a relação da administração pública e o ordenamento jurídico do império. Antes do direito administrativo as aulas eram sobre o direito constitucional. Em seguida elas tratavam de noções para ajudar a administradores públicos, que era uma das atribuições que os engenheiros tinham quando a serviço do Estado. Encerrava-se o ano com “Questões economicas cujo estudo mais interessa ao engenheiro.” A afirmação inicial do sumário era de que a solução dos problemas apresentados requeria que o futuro engenheiro conhecesse bem os temas de economia política e direito administrativo, além, é claro, dos afeitos diretamente à sua profissão. O último parágrafo tratava de questões relacionadas à administração dos recursos públicos, que passava pela dificuldade de precisar a utilidade dos ditos trabalhos de “utilidade pública”, os elementos econômicos quando da feitura de projetos, dos trabalhos públicos nas cidades e as desapropriações de particulares. Na aula de trabalhos gráficos do 3º ano os estudantes aprendiam a delinear projetos de aquedutos, de canais, de drenagens de construção de portos de mar, de planos e desenhos de máquinas, de estudos no terreno dos itens indicados. Nem uma lição sobre “delineação de traçados de cidades”.

O programa da 2ª cadeira do 3º ano do curso de engenharia civil para 1881 era mais elaborado que o visto em 1879. Quando tratava do direito administrativo, no item 104, surgia a questão da demarcação e medição das terras públicas. Mais importante: o item 107 era sobre as “Colonias. – Direcção e administração das colonias do Estado”. De fato, a “corporação” dos engenheiros se preparava para assumir o comando das unidades coloniais do império, lá na ponta da estrutura colonizadora, e era tal tarefa já dada à instituição que os formava, na Corte.

Como no programa de 1879, também se repetia a parte que tratava dos

assuntos de especial interesse da economia e da administração em relação à engenharia. Em 1881 pode-se ter inclusive a relação de temas que interessavam não só à engenharia civil, mas aos outros ramos da engenharia que se estudava na Politécnica (Artes e manufaturas e Minas). Nesse ponto, como último item do programa, se estudava as “obras publicas municipaes. – Regimen destas obras no Brazil. – Trabalhos de urbanisação. – Alinhamento das propriedades; abertura e suppressão de ruas. – Perigos de exagerar as despesas com o embellesamento das cidades. – Meios economicos de melhorar o Rio de Janeiro e outras cidades do Brazil.” Naquela altura nota-se a continuidade da preocupação com as cidades – falou-se pela primeira vez em urbanização.

Os engenheiros que trabalharam em Caxias e suas origens acadêmicas

Terciane Luchese¹²³ listou o nome de funcionários que serviram nas colônias da região nordeste do Rio Grande do Sul entre 1875 e 1889. Utilizando os dados coletados para o período de 1875 a 1884, na Colônia Caxias, encontra-se onze engenheiros que participaram ativamente da constituição do empreendimento estatal. E quase todos eles saíram dos quadros das escolas da Corte.¹²⁴

O engenheiro Augusto Francisco Gonçalves permaneceu na Colônia Caxias nos anos de 1875, 1876 e 1877. Passaram pela direção da colônia nos três anos, cinco diretores. Há o registro do nome do engenheiro no livro 2º da Escola Central¹²⁵, folhas 109. O registro está no livro índice, que não indica os anos em que ele estava na escola. O engenheiro Gonçalves foi o único funcionário com essa formação nos anos de 1875 e 1876, na Colônia Caxias, e coube a ele gravar na terra as determinações da legislação, como era a relação entre a lei e a vida real. Os estudiosos da história de Caxias deram a este engenheiro a autoria da planta da sede da colônia, chamada de Campo dos Bugres e depois Sede Dante.¹²⁶ Certamente foi Augusto Francisco Gonçalves

¹²³ LUCHESE, *Op. cit.* Pág. 213 e seguintes.

¹²⁴ Até o ano de 1894 a Escola Politécnica, sucedânea da Central e da Academia Militar, era praticamente a única formadora de engenheiros no Brasil, ao lado da Escola de Minas, fundada em 1876. BARATA, *Op. cit.* Pág. 73.

¹²⁵ Arquivo Nacional, Série Educação-Ensino Superior, IE3928. Todas as informações sobre a situação acadêmica dos engenheiros que constam nesse trabalho foram retiradas desta fonte.

¹²⁶ ADAMI, *Op. cit.* Pág. 130.

que reservou o retângulo de terra no limite entre a quinta e a sétima légua, já que no período ele era o responsável pelas medições, mas o traçado da cidade é posterior a este período. Porém, fosse ele ou fosse outro, a verdadeira autora dos traçados era a “idéia” que perpassava a formação dos engenheiros, mesmo que timidamente, e que também perpassava a legislação imperial.

No ano de 1877 Gonçalves teve a companhia, no trabalho, de Joaquim de Almeida Ribeiro,¹²⁷ que se formou engenheiro geógrafo na Escola Politécnica em 1875. Ribeiro era praticamente um recém formado quando veio trabalhar em Caxias.

Em 1878 serviram na colônia cinco engenheiros, dos quais três se sabe que saíram da Central e da Politécnica¹²⁸. Antônio Pinto da Silva Valle formou-se engenheiro geógrafo em 1876, na Politécnica; Arthur Napoleão de Barros estava inscrito no livro 5º da Central, nas folhas 161; e José Maria Pereira da Cunha ingressou na Central no ano de 1870. Os três eram engenheiros geógrafos. Silva Valle chegou dois anos após se formar. Barros, pelo número do livro de registro, não teria saído tão recentemente quanto Silva Valle da escola. Já Pereira da Cunha, considerando-se que o curso de engenheiro geógrafo tinha a duração de quatro anos, possivelmente tenha se formado em 1874.

Antonio Innocencio da Silva Pinto trabalhou na Colônia Caxias nos anos de 1880 e 1881. Ele ingressou na Escola Central em 1870, e era da mesma turma de José Maria Pereira da Cunha. Em 1881 Silva Pinto trabalhou juntamente com José Carlos Muniz Bittencourt, que foi diretor de Caxias, oriundo também da Central, onde ingressou em 1869. Assumiu o cargo com Muniz Bittencourt o agrimensor Virgílio de Souza Conceição,¹²⁹ que foi o

¹²⁷ Joaquim de Almeida Ribeiro foi posteriormente ajudante do diretor Hygino José dos Santos. José Thomé Salgado, em sua comissão de inspeção, o considerava inepto e incapaz para exercer o cargo de diretor; quanto a Hygino, era considerado um bêbado, portanto sem condições morais de comandar a colônia. Arquivo Nacional, IA6 Agricultura – DEP 311, Caixa 24.

¹²⁸ Sarmat Lauraux de Bousquet, que consta como engenheiro, era cidadão estrangeiro, e devia ter sua formação anterior à chegada no Brasil. Maurício Ritter, que também consta como engenheiro na Colônia Caxias em 1878, não foi encontrado nos livros índice das escolas de engenharia, depositados no Arquivo Nacional.

¹²⁹ “Colônia Caxias em 26 de Novembro de 1880. Illmo. Exmo. Snr. Communico a V. Ex^a. que n’esta data tomei posse e entrei no exercício do cargo de director da Colonia Caxias, para o qual fui nomeado por portaria do Ministério da Agricultura de 21 de Outubro do corrente anno. Outrossim communico a V. Ex^a. que n’esta data entrou em exercício o Agrimensor Virgílio de Souza Conceição. Deus Guarde a V. Ex^a. Illmo. Exmo. Snr. Dr. Henrique Francisco d’Avila. M. D. Presidente da Província. O Eng^o. Chefe e Director J^o. Carlos Muniz Bittencourt.” AHRGS, Fundo da imigração, Ofício nº 182, de 26 de novembro

funcionário que mediu o traçado da sede.

Em 1882 era diretor o engenheiro João Maria de Almeida Portugal, que tinha saído da Politécnica fazia apenas dois anos, em 1880. Ele era engenheiro civil. Nesse período o governo estava determinado a se livrar da administração das colônias.

Manoel Barata Góes foi o engenheiro mais experiente que comandou a Colônia Caxias. Ele ingressou na Academia Militar em 1849, antes da separação das engenharias ocorrida em 1858 com a transformação daquela instituição em duas, a Escola Militar e a Escola Central. Ele foi diretor em 1883 e 1884, sendo que no último ano também trabalhou aqui João Ernesto Rodocanachi (ou Rodocanacki), formado engenheiro geógrafo na Escola Politécnica em 1876.



Manoel Barata Góes. Fonte: ADAMI, *Op. cit.* Pág. 148.

Além desses engenheiros, que foram empregados nomeados especificamente para servirem na Diretoria da Colônia Caxias, também havia os que eram nomeados para comissões específicas, como é o caso do engenheiro José Thomé Salgado. Salgado teve grande importância para a administração da colônia, relatando à estrutura burocrática da colonização os

de 1880, Maço 54, Caixa 30. O registro de agrimensor de Virgílio: “De Virgilio de Souza Conceição. Thomaz José Coelho de Almeida, do Conselho de Sua Magestade O Imperador, Ministro e Secretario d’Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas etc, etc. Faço saber aos que este virem que Virgilio de Souza Conceição, natural de Santa Catharina, se acha habilitado para exercer as funções de Agrimensor, havendo satisfeito o determinado nas Instrucções approvadas pelo Decreto nº 3198 de 16 de Dezembro de 1863. Por firmesa do que mandei passar o presente título, que vai por mim assignado e sellado com as Armas do Império – Secretaria d’Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas 22 de Fevereiro de 1877 – Thomaz José Coelho d’Almeida – N 8 (?) – 2\$000 – Pg. dois mil réis de sello. Recebedoria 23 de Fevereiro de 1877 – AValente – Garrocho (?) – N 1643 – 5.000 – Pg. cinco mil réis de emolumentos – Rio 23 de Fevereiro de 1877 – Costa-Guimarães – Registrado a fls. 36 do livro competente – 2ª Secção da Directoria da Agricultura da respectiva Secretaria d’Estado, em 24 de Fevereiro de 1877 – C. Almeida – Cumpra-se e registre-se – Palácio do Governo em Porto Alegre, 19 de Novembro de 1880 – d’Avila.” AHRGS, C265.

problemas enfrentados na empresa. Ele também estava investido de poder para resolver problemas do dia-a-dia, demandados pelos colonos. Foi o engenheiro José Thomé Salgado que aprovou o projeto da sede da colônia, aprovação depois confirmada pelo presidente da Província. Na sua comissão foi produzida uma planta geral das colônias do Estado, de autoria do agrimensor Affonso Hebert, que é o retrato do avanço da ocupação das terras até aquele ano. José Thomé Salgado era oriundo da Escola Central, na Corte, onde estava registrado no livro 1º, folhas 214. Salgado deveria ser um engenheiro experiente quando teve a função de fiscalizar o estágio da colonização do nordeste do Rio Grande do Sul.

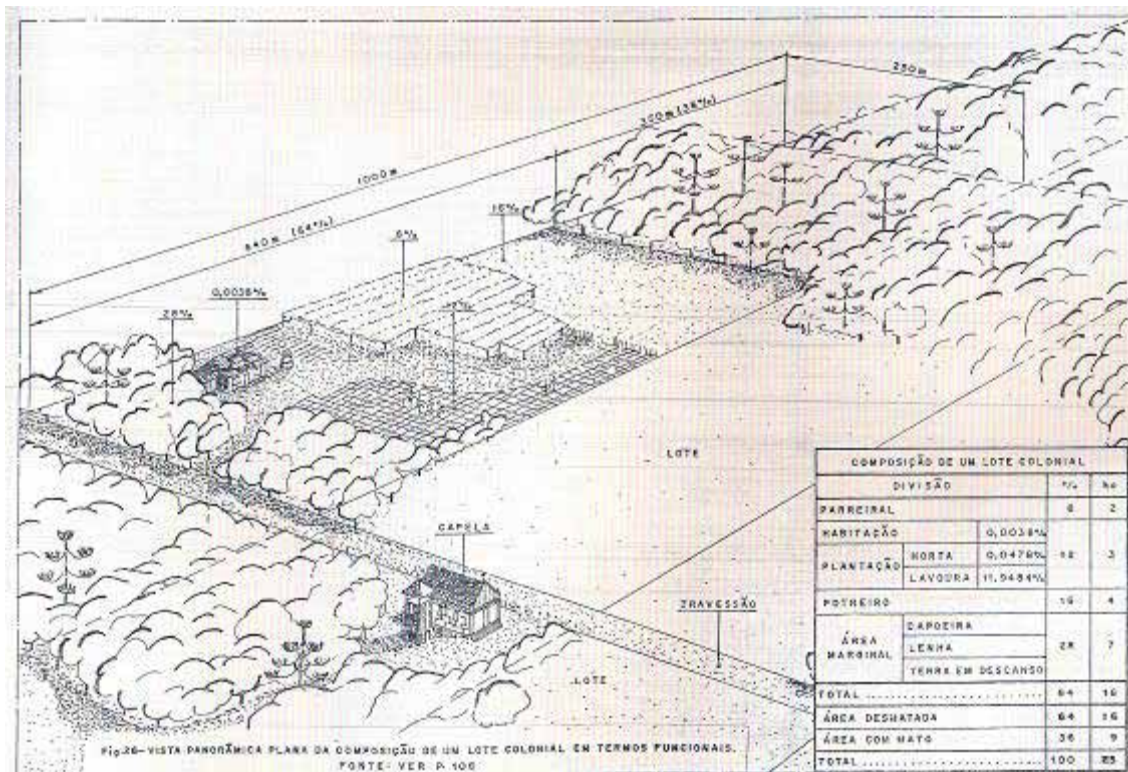
Na “Planta Geral das colonias do Estado – Caxias, Conde d’Eu e Dona Isabel, organizada na comissão de inspecção às mesmas colonias, sob a direcção do respectivo chefe, Engenheiro Bacharel José Thomé Salgado, pelo auxiliar agrimensor Affonso Hebert. Escala de 1:50000 metros. 1879.”¹³⁰, pode-se perceber a síntese entre a história dos processos colonizadores, a legislação brasileira e a formação profissional dos engenheiros do Brasil do século XIX.¹³¹

Os travessões e as linhas, que originavam os lotes, eram semelhantes aos *decumani* e aos *cardines* a dar vida às *centuriae*, não mais em territórios do império romano, mas na desastrosa topografia do planalto do nordeste do Rio Grande do Sul, no Estado imperial brasileiro. A orientação dos lotes, seu tamanho e figura eram à imagem e semelhança do estabelecido nas inúmeras leis, decretos e regulamentos que orientavam os engenheiros e agrimensores antes do início de seus trabalhos. E esses funcionários, com o cabedal de conhecimentos adquiridos nas escolas de engenharia e mais as fartas instruções recebidas pela burocracia, foram capazes de criar as figuras geométricas lineares que desconheciam as dificuldades do terreno, montando colônias de linha reta, rápida e simples.¹³²

¹³⁰ Arquivo Nacional, 4Y/MAP.641FL1.

¹³¹ Essa síntese também pode ser comprovada na planta geral da Colônia Silveira Martins, do mesmo ano de 1879, feita sob a comissão do engenheiro Guilherme Greenhalg, e que foi copiada e modificada pelo agrimensor Affonso Hebert, passando depois pelo visto de José Thomé Salgado, na mesma data que a das outras colônias, 18 de maio de 1879. Arquivo Nacional, 4Y/MAP.641FL2.

¹³² Um estudo da década de 1970 estabeleceu padrões para o reconhecimento das diversas formas de loteamento implantadas nas colônias do Rio Grande do Sul do final do século XIX. Para a chamada colonização antiga, estabeleceu-se o “Padrão Caxias”, caracterizado pela rigidez e ortogonalidade. Não se fazia concessão à topografia e à rede hidrográfica. O aspecto da área ficava com muita simetria e



Projeção de um lote colonial. Fonte: RECH, Roberto. *Levantamento do Loteamento da Colônia Caxias – Fase colonial: 1875-1884*. Caxias do Sul: Mimeografado, 1984. Pág. 94.

A planta também informa sobre a situação das sedes das colônias naquele ano de 1879. A sede da Colônia Dona Isabel era somente um ponto gravado com o nome de sua localidade, Cruzinha. A sede da Colônia Caxias era gravada com o espaço do retângulo vazio reservado ao norte da 5ª légua; e dentro do retângulo um quadrado também vazio que depois constituiu a primeira rede de ruas do povoado. Na Colônia Conde d'Eu estava gravada a planta de sua sede, denominada no mapa de "Galpão". Pela escala da planta, o tabuleiro de xadrez do "Galpão" era um pouco maior do que o espaço reservado à mesma figura geométrica da sede de Caxias.

As colônias ainda não estavam todas divididas em lotes naquele ano. A Colônia Caxias estava com a 13ª légua medida apenas até a sua metade, situação que se manteve, com a parte não medida nunca tendo sido ocupada. A mesma situação era encontrada na 10ª légua. A 12ª se encontrava apenas com ¼ da sua área dividida em lotes. A 14ª e a 15ª léguas eram dois

uniformidade. Após a implantação das "colônias velhas", outros padrões de demarcação de lotes foram executados, adotando-se "um método mais racional de subdivisão de terras, levando-se em conta as condições topográficas". LA SALVIA, Flávia e HANDSCHUCH, Nilbiamater S.B. *Processo de colonização no Rio Grande do Sul*. Boletim Geográfico do RGS. Porto Alegre : Secretaria da Agricultura, Ano 19, nº 17, Janeiro da Dezembro de 1974.

PLANTA GERAL

DAS COLONIAS DO ESTADO

CAXIAS CONDE DEU E DONA ISABEL.

representação schematizada de acordo com o plano de concessão e loteamento

em conformidade com o plano de concessão e loteamento

1930

ATTENÇÃO: HEREDITARIAS

Estado de São Paulo

1930

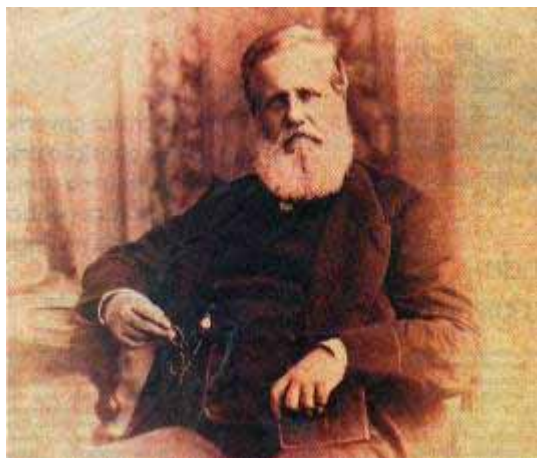
SEGUNDO TERRITORIO
DE
D. ISABEL



quadrados vazios, sem nenhum lote gravado. Nota-se claramente na planta as diferenças dos tamanhos dos lotes, conforme a numeração da légua. Fica-se sabendo, por essa planta, que havia uma área reservada ao norte de Dona Isabel, que tinha seu limite sul no rio das Antas, para ser o “Segundo território de D. Isabel”. Essa área reservada tornou-se depois a Colônia Alfredo Chaves.

Funcionários e imigrantes

Os funcionários do Estado imperial foram o rosto do colonizador, que não era eles, era o governo brasileiro. Os imigrantes sabiam que acima de tudo havia um poder, o do Imperador, a autoridade máxima do Brasil. Há relatos, em cartas, de imigrantes que estando no Rio de Janeiro viram Dom Pedro II e sua comitiva passarem pela cidade, o que lhes deixou maravilhados. Mas na Colônia Caxias eles viam e falavam com o Luiz Manoel, com o Muniz Bittencourt, com o Barata Góes.¹³³



Dom Pedro II em 1876. Fotografia de José Maria Mora. Fonte: Folha de São Paulo, 22 de abril de 2007.

A empresa colonizadora imperial pôde preparar com detalhes a ocupação das terras devolutas do país. A legislação previu quase tudo e contou com profissionais que desempenharam a contento com as exigências que o projeto impunha. Estava escrito como se deveria medir e dividir as terras, como se deveria construir os povoados, quantos recursos deveriam se alcançar a cada colono. Em quase todas as situações, onde havia apenas *pedra*, foi

¹³³ “Os imigrantes italianos eram enviados para estas colônias, situadas longe dos centros urbanos, comerciais e das terras da pecuária. Eles não tiveram contato com os representantes do governo, com exceção do diretor da colônia.” MANFRÓI, *Op. cit.* Pág. 201.

possível manter-se no roteiro. Foi quando entrou a *carne* que a inflexibilidade do modelo enfrentou turbulências, mas que ao fim e ao cabo não comprometeram o sucesso da colonização imperial do nordeste da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Quase todos os diretores da Colônia Caxias tinham relatos de conflitos ocorridos entre colonos e autoridades coloniais ou entre colonos e colonos. Também ocorreram conflitos dentro do círculo das autoridades. Todos pareciam ter motivos para a tensão. Estrangeiros que deixavam suas casas para nunca mais voltar e funcionários acostumados com uma vida de cidade que se embrenhavam na mata para organizar uma nova sociedade.¹³⁴

A colonização não foi um processo pacífico, pois apresentou conflitos, por vezes incluindo violência física de homens contra outros homens, ou contra mulheres, velhos ou crianças.

O diretor Luiz Manoel de Azevedo relatou que certo dia, quando estava entregando cartas aos colonos, dois deles exigiram ser atendidos imediatamente, o que não ocorreu. Desenrolou-se a situação, que terminou com o diretor levando uma pedrada e os colonos sendo presos, devido ao auxílio de outros colonos que vieram em socorro da autoridade. Esse episódio terminou no outro dia com um morto, um ferido e mais dois presos. O assassinado tinha se colocado entre os colonos que ajudaram ao diretor.¹³⁵

A falta de pagamento pelo trabalho nas estradas ou o atraso dos subsídios eram ocasiões para conflito entre a autoridade e o colono. Mesmo quando ocorriam esses pagamentos, poderiam acontecer violentos desentendimentos, pois alguns colonos queriam ser atendidos imediatamente, como no episódio das cartas.¹³⁶

¹³⁴ Os funcionários que trabalhavam nas colônias, se não sempre, em alguns momentos tiveram problemas com o pagamento atrasado de seus salários, às vezes por um período de quatro meses. MACHADO, *Op. cit.* Pág. 112.

¹³⁵ LUCHESE, *Op. cit.* Pág. 126-128.

¹³⁶ Ao engenheiro José Thomé Salgado foi solicitado parecer sobre um rol de problemas e reclamações feitas pelos colonos. Uma delas era de um grupo de dezesseis, que denunciaram a forma violenta como foram recebidos pelo diretor, quando reivindicavam o pagamento de seus salários. Segundo o relato deles, cansados de esperar pelo pagamento do trabalho nas estradas, foram ao diretor e este disse que para aquele pagamento “tinha bastante espingardas e chumbo”. Seguiu o Salgado, respondendo ao ministério sobre esse item: “Quem, como eu, teve ocasião de demorar-se por mezes nas colônias do Estado fica conhecendo bem a índole dos imigrantes italianos que as povoam, e póde fazer justa idea da precedência de tais queixas. Não se deve enxergar no que óra avanço desejo de defender a todo o transe as administrações de nossas colônias, pois sou o primeiro a reconhecer que todas cometeram faltas e erros [...]; mas, em geral, os colonos italianos, de natureza viva e ardente como são, e pouco confiando

Em janeiro de 1879, ainda sob a direção de Luiz Manoel, os colonos que trabalhavam na construção da estrada da 3ª légua fizeram o engenheiro Valle de refém e o colocaram a andar 16 km, do ponto onde estavam até a sede, num “cavalo magro e de cangalha”, porque eles não tinham recebido.¹³⁷

Um governo que fez tantos esforços para colonizar grandes áreas de terras devolutas com estrangeiros, movimentando uma máquina burocrática e grandes somas para a consecução dos projetos, não deixava de repassar os recursos financeiros necessários por pequenos motivos. E também não era o caso de as autoridades coloniais se apropriarem, de maneira massiva, de recursos destinados às obrigações do Estado.

O caso era de dificuldades financeiras do Estado imperial brasileiro. Em meados da década de 1870 houve uma crise mundial do capitalismo, o que afetou os preços internacionais do café, do açúcar e do algodão, que eram nossos principais artigos de exportação. Além disso, o país enfrentou uma forte seca no período de 1877 a 1879, principalmente nos estados do nordeste. Esses elementos fragilizaram as finanças do governo brasileiro.¹³⁸ Não se deve esquecer também que fazia pouco que acabara a guerra contra o Paraguai, com repercussões negativas para o tesouro imperial.

Para as colônias do nordeste do Rio Grande do Sul a seca ocorreu no verão de 1876/1877, sucedida por um período de chuvas excessivas, principalmente nos meses de maio e novembro de 1877. Tanto num como noutro caso, o governo foi em socorro dos colonos, com a distribuição de 400.000 rações de farinha de milho, trigo e arroz para Caxias (ainda chamada

pela sua educação nas directorias, dirigem-se a estas com pouco respeito e acatamento, e apresentam suas reclamações com impertinente vehemencia, fazendo-as acompanhar de ameaças. Nota-se que, nas colônias em que não estacionam destacamentos de força pública, os colonos tornam-se mais audazes, desrespeitando os directores e, quando, por circunstancias independentes da vontade e previsão d'estes, os pagamentos dos favores concedidos pelo respectivo regulamento, ou dos salários vencidos em trabalhos de estradas, é demorado, tornam-se exigentes e ameaçam perturbar a ordem pública, fazendo assim pressão sobre as directorias. Em 'Caxias' e 'D. Isabel' [...] foi-me permittido conhecer quão imprudentes são esses homens: [Salgado relata a arruaça de um dia de pagamento] e como não pudessem ser attendidos ao mesmo tempo, em alta vozeria exigiam ser pagos promptamente, vociferando contra a directoria e algum mesmo contra o Governo.” Assim, Salgado não se surpreendeu que o diretor tivesse falado em chumbo, porque era, inclusive, para evitar as confusões dos turbulentos que ali estava um destacamento da infantaria de linha. Officio nº 301, Porto Alegre, 23 de dezembro de 1878, despachado para o Ministério da Agricultura em 10 de janeiro de 1879. Arquivo Nacional, IA6 Agricultura – DEP 311, Caixa 24.

¹³⁷ Arquivo Nacional, IA6 Agricultura – DEP 311, Caixa 24.

¹³⁸ MACHADO, *Op. cit.* Pág. 121.

de Fundos de Nova Palmira), Conde d'Eu e Dona Isabel.¹³⁹ Os colonos não foram abandonados à própria sorte.¹⁴⁰

A partir de outubro daquele ano é que o governo começou a diminuir gastos, atingindo também o programa da colonização. O fim dos subsídios garantidos pelo Regulamento de 1867 foi o começo do período conflituoso entre autoridades e colonos. Os distúrbios ocorreram também nas colônias da província de Santa Catarina e na do Espírito Santo. Não foram movimentos isolados contra um ou outro funcionário que não cumpria bem com seus deveres. Eram protestos contra o governo, representado ali pelo diretor e demais servidores do império.

As demandas dos colonos, garantidas pela legislação, não eram mais compatíveis com os recursos do Estado. O gabinete liberal, que assumiu em janeiro de 1878 e tinha como líder Sinimbu, tomou como tarefa primordial a reorganização das finanças governamentais,¹⁴¹ o que significou cortes. É no seguimento dessa linha que em dezembro de 1879 foi suspenso o Regulamento das colônias, através do Decreto nº 7.570, de 20 de dezembro daquele ano.¹⁴² A colonização não contaria mais com o mesmo volume de recursos despendidos pelo governo, o que não queria dizer que houvesse mudança na disposição de manter a colonização. Em abril de 1880,¹⁴³ uma decisão do Ministério da Agricultura afirmava que assim que melhorassem as condições financeiras, com o crescimento da renda pública e diminuição do déficit, o governo continuaria com a medição de terras devolutas para a distribuição, em “condições favoráveis”, aos imigrantes. Mas, naquele momento, apenas seria garantida a hospedagem por quinze dias e o transporte até a colônia de destino.

As relações entre funcionários do Império (principalmente diretores de colônia) e colonos tiveram momentos de atrito. Mas esses embates, reservando-se os casos de caráter pessoal – que pela documentação e pela historiografia da imigração não se constituem na maioria dos casos –, não

¹³⁹ *Idem, Op. cit.* Pág. 103-106.

¹⁴⁰ Cabe lembrar que uma seca ocorreu no mesmo ano de 1877, no Vêneto, situação que elevou o contingente de emigrantes da região. Os camponeses, lá, não tiveram por parte de seu governo a mesma cooperação que tiveram os colonos, aqui, do império brasileiro.

¹⁴¹ MACHADO, *Op. cit.* Pág. 109.

¹⁴² IOTTI, *Op. cit.* Pág. 422.

¹⁴³ *Idem, Op. cit.* Pág. 423.

tiveram como elemento causador manifestações *privadas*, mas públicas. Os destacamentos policiais, por exemplo, foram requeridos com mais ênfase pelos administradores das colônias quando houve a suspensão dos subsídios, que proporcionaram as ocasiões para confrontos entre funcionários e colonos. Estando nas colônias, muitas vezes esses destacamentos agiram de forma violenta contra os colonos, numa manifestação do *modus operandi* da polícia contra quem vivesse uma situação de subordinação política e econômica.

Terceiro capítulo

Campo dos Bugres-Sede Dante

As cidades da América ibérica

Portugal e Espanha, a partir do final do século XV e início do século XVI, puseram-se a colonizar o continente americano, cada qual, ainda, na parte que lhe cabia, segundo a decisão do Tratado de Tordesilhas.

Países vizinhos e com determinadas características em comum, foi na tarefa da ocupação de seu quinhão na América que a diversidade entre eles se materializou, conforme a época. Portugal já era um ente político consolidado por longo período, enquanto a Espanha ainda vivia a conclusão de sua unificação política. A situação histórica que cada um deles vivenciava determinou posturas diferentes nos primeiros tempos da conquista das terras americanas.

A ocupação portuguesa foi litorânea¹⁴⁴ e a espanhola do *hinterland*. Assim, as cidades do lado do oceano Pacífico estavam no interior, enquanto as cidades do lado do oceano Atlântico estavam no seu litoral. Isso foi mais consequência do que causa do modelo econômico colonial dos dois países, e que repercutiram no povoamento e na urbanização. No Atlântico, lado português, veio primeiro os produtos agrícolas comerciais, e depois a mineração; no Pacífico, lado espanhol, o contrário. No Atlântico era necessário transportar grandes massas de produtos; no Pacífico, pequenas massas de grande valor. As grandes cidades do Pacífico podiam estar no interior, porque precisavam estar perto das atividades e porque os portos eram subsidiários e incapazes de crescimento autônomo. As cidades do Atlântico eram portos, por onde escoavam as grandes quantidades de produtos exportados.¹⁴⁵

O texto clássico sobre as diferenças entre a ação colonizadora de Portugal e Espanha nas suas colônias americanas é de Sérgio Buarque de

¹⁴⁴ “No terceiro século do domínio português é que temos um afluxo maior de emigrantes para além da faixa litorânea, com o descobrimento do ouro nas gerais. [...] A circunstância do descobrimento das minas, sobretudo das minas de diamantes, foi, pois, o que determinou finalmente Portugal a pôr um pouco mais de ordem em sua colônia.” HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed., SP : Companhia das Letras, 1995. Pág. 102-103.

¹⁴⁵ SANTOS, Milton. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. SP : HUCITEC, 1982. Pág. 15 e 16.

Holanda, no capítulo "O semeador e o ladrilhador", de "Raízes do Brasil"¹⁴⁶. O capítulo está inserido em um livro onde o autor traçou observações importantes sobre as semelhanças e diferenças entre os dois povos, relacionando os aspectos culturais da formação ibérica com os caracteres econômicos, sociais, políticos; o objeto do livro são as origens do Brasil, "nascido" colônia portuguesa. Acima de tudo, a primazia do mundo colonial português no Brasil era rural, e não urbano. O português queria o máximo de usufruto das riquezas da terra para voltar a Portugal.

Por seu lado, o estado espanhol, além de retirar o máximo de riquezas, também queria permanecer como conquistador nas terras conquistadas. Para isso lançou mão de uma forma de imposição já usada por muitos povos na Antigüidade: a criação de cidades. Após um início onde as iniciativas fundadoras foram deixadas para sujeitos privados, o estado espanhol tomou para si a tarefa, com uma "legislação abundante", que regulamentou e disciplinou a construção das cidades em seus domínios. E as cidades espanholas na América tinham um modelo ortodoxo a ser seguido. Eram rigorosamente projetadas, coordenadas e ordenadas no plano reto, não importando os obstáculos impostos pelo terreno.¹⁴⁷ Quanto ao seu modelo colonial e às suas cidades, o espanhol as "ladrilhava".

Já para Portugal, a colônia na América era um lugar de passagem, tanto para o governo quanto para os súditos. Sendo assim, as cidades portuguesas eram criadas sem rigor, sem projeto, descoordenadas, com "desleixo".¹⁴⁸ Para

¹⁴⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.* Pág. 95-138.

¹⁴⁷ "Já à primeira vista, o próprio traçado dos centros urbanos na América Espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: *é um ato definido da vontade humana. As ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo; impõem-lhes antes o acento voluntário da linha reta.* O plano regular, não nasce, aqui, nem ao menos de uma idéia religiosa, como a que inspirou a construção das cidades do Lácio e mais tarde a das colônias romanas, de acordo com o rito etrusco; foi simplesmente um *triumfo da aspiração de ordenar e dominar o mundo conquistado.* O traço retilíneo, em que se exprime a direção da vontade a um fim previsto e eleito, manifesta bem essa deliberação. E não é por acaso que ele impera decididamente em todas essas cidades espanholas, as primeiras cidades 'abstratas' que edificaram europeus em nosso continente." (não grifado no original). *Idem, Op. cit.* Pág. 96.

¹⁴⁸ Centurião contesta SBH, por seguir a lógica de marcar as deficiências da colonização portuguesa, na qual está, é claro, inserida sua política "urbanizadora". Para ele, o projeto mercantil português não se coadunava com o de tipo espanhol, por isso a um interessava o litoral, e a outro, o sertão – interpretação que se aproxima da explicação antes descrita feita por Milton Santos. A Coroa portuguesa tinha a preocupação constante de criar uma forte rede urbana na área costeira – de acordo com seu projeto mercantil; por isso, o autor contesta a "visão pessimista", que via no "desleixo" português o problema da colonização; para ele, a colonização portuguesa tinha propósitos racionais e os perseguia. CENTURIÃO, *Op. cit.* Pág. 202-210.

Sérgio Buarque, “as cidades que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem”.¹⁴⁹ Certo é que houve alguma regularidade em determinadas cidades brasileiras, inclusive no Rio de Janeiro.¹⁵⁰ Mas, eram episódios onde a natureza permitia que tal ocorresse. Seguindo Sérgio Buarque de Holanda, isso não significava a vontade construtora e dominadora demonstrada pelos espanhóis, mas a aplicação dos princípios racionais e estéticos resgatados da Antigüidade pelo Renascimento. Aos portugueses, continuava Sérgio Buarque, “nenhum vínculo de fora os incitaria a tentar dominar seriamente o curso dos acontecimentos, a torcer a ordem da natureza.”¹⁵¹ É a sentença do padre Antônio Vieira, de que Deus não fez o céu em xadrez de estrelas, mas mesmo assim elas estão em ordem.

É possível se afirmar que no início da ocupação da América, por portugueses e espanhóis, eram muitas as diferenças da forma como os dois estados conduziram seus próprios processos. A Espanha foi meticulosa, reguladora, dominadora e inflexível, e essa linha foi devidamente seguida na construção de suas cidades no novo continente. Portugal, nesse mesmo período, teve uma ação oposta, não se dedicando tanto ao controle nas povoações que iam surgindo, mesmo naquelas que o próprio estado ia criando.

¹⁴⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Op. cit.* Pág. 110. “A fantasia com que em nossas cidades, comparadas às da América espanhola, se dispunham muitas vezes as ruas e habitações é, sem dúvida, um reflexo de tais circunstâncias. Na própria Bahia, o maior centro urbano da colônia, um viajante do princípio do século XVIII notava que as casas se achavam dispostas segundo o capricho dos moradores. Tudo ali era irregular, de modo que a praça principal, onde se erguia o Palácio dos Vice-Reis, parecia estar só por acaso no seu lugar. Ainda no primeiro século da colonização, em São Vicente e Santos, ficavam as casas em tal desalinho, que o primeiro governador-geral do Brasil se queixava de não poder murar as duas vilas, pois isso acarretaria grandes trabalhos e muito dano aos moradores.” *Idem.* Pág. 109. É necessário comparar a afirmação de Sérgio Buarque de Holanda, de que as cidades de Portugal na América não são “um produto mental”, com o que diz Angel Rama, de que as cidades espanholas no continente antes de existir já emergiam completas, dum “parto de inteligência”, desenhadas idealmente, regulares, utópicas. RAMA, Angel. *A cidade das letras.* São Paulo : Brasiliense, 1985. Pág. 32.

¹⁵⁰ No Brasil, até meados do século XVII, Portugal adotou dois procedimentos para as cidades novas: Salvador, Rio de Janeiro, São Luís e Belém tiveram planos, onde era possível, com regularidade. Em São Luís se pode até conjecturar em uma possível influência espanhola. Esses eram núcleos importantes e por isso o reino tinha mais cuidado. Os demais núcleos urbanos, onde os fundadores eram os donatários, não havia esse cuidado com a regularidade do sítio. RHODEN, *Op. cit.* Pág. 102 e seguintes.

¹⁵¹ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Op. cit.* Pág. 116.

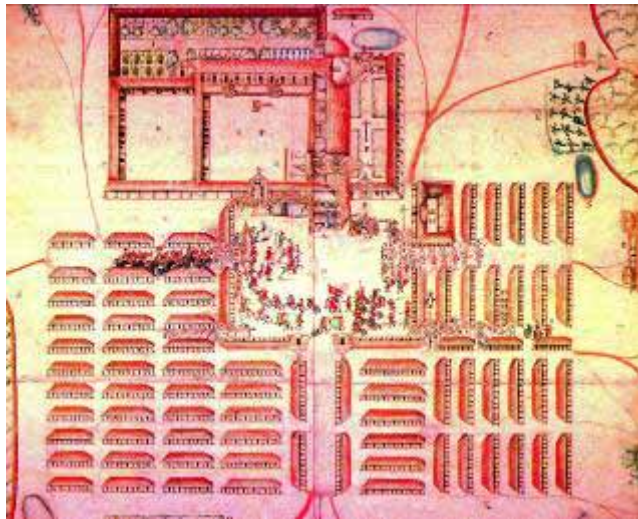


Planta da cidade de Caracas (Santiago de León). Fonte: BENEVOLO, *Op. cit.* Pág. 488.

A Espanha regulava o nascimento de suas cidades através das *Ordenanzas* de 1573.¹⁵² Os termos da lei eram claros: o plano da cidade, com praças, ruas e lotes deveria ser feito com cordas e piquetes, deixando espaço aberto para que ela crescesse para todos os lados; o ponto inicial era o estabelecimento da praça, de onde saíam ruas, tanto do ponto médio dos lados quanto dos ângulos; os ângulos da praça deveriam estar voltados para os pontos cardeais, preservando as ruas dos ventos dominantes; as ruas deveriam ser largas nas regiões frias e estreitas nas quentes; para questão de defesa, onde se usassem os cavalos, as ruas deveriam ser largas; as igrejas não ocupariam o perímetro da praça, mas um dos lotes ao seu redor, e deveria estar num patamar acima, para ficar mais imponente – esses lotes ao redor da praça deveriam ser reservados para os prédios públicos, lojas e moradias dos

¹⁵² Antes de 1573 se encontram regras claras a ser seguidas na fundação de cidades no continente americano, conforme escreveu Hernán Cortés a seus capitães, em 1525: “después de derribados los árboles, debéis comenzar a igualar el terreno, y después, siguiendo el plano que he hecho, debéis trazar los lugares públicos tal como están indicados: la plaza, la iglesia, el municipio, la cárcel; el mercado, el matadero, el hospital [...] después mostrareis a cada ciudadano el área de terreno que le corresponde según el señalado en el plano, y hareis lo mismo con los que vengan a continuación. Pondreis especial cuidado en que las calles sean rectas, y buscareis los técnicos que sepan trazarlas.” In: CENTURIÃO, *Op. cit.* Pág. 130.

mercadores.¹⁵³ Para Benevolo, as regras das *Ordenanzas* “derivam seja da tradição medieval (as novas cidades fundadas no século XIII e na primeira metade do século XIV [...] difundidas em todos os campos europeus), seja na cultura renascentista: dos textos dos tratados (Vitruvius, Alberti etc.) e do espírito de regularidade geométrica, que agora se tornou um hábito comum e uma exigência primária na técnica produtiva”.¹⁵⁴



Planta de São João Batista.

Essas regras espanholas estiveram também presentes na obra dos missionários jesuítas, que construíram os povoados missioneiros seguindo determinações muito parecidas com as estipuladas pelas *Ordenanzas*.¹⁵⁵ Além disso, o modelo “espanhol” do tabuleiro foi depois usado, na América do Norte, por ingleses e franceses, nos séculos XVI e XVII, respectivamente, para a criação de suas cidades.¹⁵⁶ Pode-se dizer que a aplicação em larga escala daquele modelo por povos culturalmente diferentes, em locais diferentes, resultava de um espírito de época, um “hábito comum”, como escreveu

¹⁵³ BENEVOLO, *Op. cit.* Pág. 487.

¹⁵⁴ *Idem, Op. cit.* Pág. 488.

¹⁵⁵ O padre Antônio Sepp assim registrou sua experiência na construção de São João Batista, um dos sete povos missioneiros, instalados no hoje território do Rio Grande do Sul: “Yo queria evitar estos y otros errores y trazar mi pueblo metodicamente, según las reglas del urbanismo. La primera condición con la cual debía cumplir fue la medición y el amonjonamiento de los terrenos para la construcción de las casas con el cordel del agrimensor. Tuve que assignar a cada grupo de casas el mismo número de pies a lo largo y a lo ancho como a los otros. En el centro debía alinear la plaza, dominada por la iglesia y la casa del párroco. De aquí debían salir todas las calles, siempre equidistantes una de la otra. Una buena distribución en este sentido significaba una ventaja extraordinaria y, al mismo tiempo, el mejor adorno para el pueblo”. In: KERN, Arno e JACKSON, Robert. *Missões ibéricas coloniais: da Califórnia ao Prata*. Porto Alegre : Palier, 2006. Pág. 175.

¹⁵⁶ BENEVOLO, *Op. cit.* Pág. 494.

Benevolo, que considerava as cidades coloniais americanas as mais importantes obras urbanísticas do século XVI, apesar de sua pobreza – a pobreza da linha reta.

A metrópole portuguesa, por seu lado, começou a dar mais atenção ao traçado regular das cidades em sua possessão americana a partir da metade do século XVIII. Não que o desconhecesse, pois até o aplicava, como é o caso de algumas cidades novas criadas no período da infância do país e também de alguns povoados criados no Brasil, colônia americana. Mas a imposição do traçado com o conteúdo cultural e político que já o tinha Espanha, essa veio com as obras de reconstrução de Lisboa, durante o governo do marquês do Pombal. Este governante percebeu, durante a reconstrução da capital, castigada por um terremoto, a utilidade do urbanismo como forma de propaganda ideológica e política. O plano regular, com essas características *espanholas*, é em Portugal filho do Iluminismo.¹⁵⁷

A colônia portuguesa na América começou a ter regras claras de “urbanismo” muito depois da sua instalação. Do início do século XVI até a metade do século XVIII se passaram mais de duzentos anos, nos quais as cidades nasciam e cresciam conforme as descreveu Sérgio Buarque de Holanda. Nesse ínterim Portugal foi anexado à Espanha, no período da União Ibérica, o que certamente deve ter deixado influências para o futuro. As próprias Ordenações Filipinas, de 1603, que trataram do ordenamento de novas cidades, estão dentro daquele período.¹⁵⁸ A partir de meados dos 1700 é que a metrópole portuguesa se aproxima da forma de ocupação espanhola, impondo regras rígidas para as cidades que criava no Brasil. Essa mudança se relacionou com a fase de descobrimento das minas, o que interiorizou, de certa

¹⁵⁷ RHODEN, *Op. cit.* Pág. 33-55. Um exemplo da nova fase reguladora do “urbanismo” português pode ser visto na Vila Real de Santo Antônio, mandada construir por Pombal, em 1774, na fronteira com a Espanha: “A planta da cidade constituía-se de cinco ruas, no sentido N-S, e seis no sentido L-O, todas iguais em largura, cruzando-se ortogonalmente e dividindo a vila em 42 quarteirões, dos quais 36 eram iguais. Este projeto, de autoria de Reinal Manuel dos Santos, insere-se na ‘escola de urbanismo’ desenvolvida ao longo de vinte anos, em Lisboa, (...) Racionalidade, clareza de projeto, simplicidade e economia eram as características mais evidentes deste novo plano urbanístico.” *Idem. Op. cit.* Pág. 53.

¹⁵⁸ O plano reticulado não era novidade na América portuguesa, pois Salvador já tivera parte assim projetada, bem como outras cidades, conforme nota anterior. Mas é a partir da União Ibérica que as Nuevas Ordenanzas configuram uma unidade à urbanização do Novo Mundo. GUTIERREZ, Esther. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre : Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999. Pág. 506.

forma, a ocupação do Brasil. Com o descobrimento do ouro houve a inserção da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na economia colonial, com o fornecimento de muares para trabalho nas Gerais.

Foi no contexto de uma nova prática urbanizadora da metrópole que o Rio Grande do Sul começou a ser efetivamente ocupado, tendo como reflexo o uso corriqueiro do traçado reticulado.

A forma das cidades no Rio Grande do Sul

É sabido que a integração do Rio Grande do Sul ao restante do território do Brasil foi um processo posterior a boa parte das outras capitanias. Até porque por Tordesilhas o território pertencia à Espanha. Foram muitas idas e vindas entre portugueses e espanhóis, vários tratados internacionais, invasões e batalhas para a conclusão da integração. A rigor, a única forma de ocupação metódica, até os meados do século XVIII, foram as reduções dos povos guaranis pelos jesuítas, numa experiência marcada pelo ideário espanhol de ocupação e formação de cidades.

A experiência portuguesa de ocupação e urbanização do Continente de São Pedro começou em 1737, com a fundação do Presídio de Jesus, Maria, José, em 19 de janeiro. A Carta Régia que ordenou sua fundação nada falava sobre o traçado da povoação. Somente quando elevada à categoria de Vila, em 17 de julho de 1747, que se estabeleceu o traçado das ruas, o local dos edifícios públicos e a eleição dos vereadores.¹⁵⁹

Naquele mesmo ano de 1747, a 9 de agosto, era estabelecida a “Provisão pela qual se dá forma a acomodação dos novos povoadores e povoações”. Essa provisão real era dirigida aos açorianos que iriam ocupar a ilha de Santa Catarina – ou seja, destinada à povoação do sul do Brasil.¹⁶⁰ Essa legislação, que então iria orientar a fundação de cidades, estabelecia a primazia do “xadrez” no plano urbano.¹⁶¹ Mais do que o tabuleiro de xadrez, que em sua forma *pura* é pouco encontrado, o que a provisão real estabeleceu foi a obrigatoriedade do reticulado: ruas retas, quadras uniformes, menos da

¹⁵⁹ RHODEN, *Op. cit.* Pág. 151 e 155.

¹⁶⁰ YUNES, Gilberto Sarkis. *Cidades reticuladas: a persistência do modelo na formação urbana do Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. São Paulo : FAU/USP, 1995. Pág. 26.

¹⁶¹ MEDEIROS, Laudelino de. *O processo de urbanização do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : UFRGS, 1959. Pág. 43.

tradição portuguesa da cidade que se amolda ao terreno e mais da “fúria” espanhola pela determinação e mais do mundo ocidental adepto da estética renascentista. Coincidiu historicamente que, quando Portugal adotou uma legislação rígida quanto à fundação das povoações em sua colônia americana, também partiu para a ocupação, colonização e urbanização da porção de terras que ficava no sul do Brasil. Essas duas ações do estado português são os fatores para que um autor afirme que o tabuleiro de xadrez foi a regra nas cidades do Rio Grande do Sul,¹⁶² e outro que houve na capitania, depois província e ainda depois estado, uma proliferação do reticulado. A provisão real de 1747 deu aos portugueses e seus súditos uma prática regular e uma teoria norteadora¹⁶³ – não que antes isso fosse ignorado, mas não tinha a força da determinação legal que a partir daquele momento começou a ter.

As povoações criadas no território do Rio Grande do Sul foram originárias de localidades com determinadas funções. Elas nasceram em locais onde havia acampamentos militares; onde proprietários de sesmarias tinham estabelecido capelas; onde o governo ou particulares criaram colônias; ou onde anteriormente estavam as reduções ou aldeamentos guaranis.¹⁶⁴ Em todas elas persistiu a forma reticulada – persistência sem repetição, segundo Gilberto Sarkis Yunes, que estabeleceu uma tipologia permitindo enquadrar as cidades rio-grandenses em alguns modelos, todos derivados do reticulado, mas não necessariamente a forma pura do tabuleiro de xadrez. É necessário acompanhar com mais vagar essas “variações da retícula”.

Os traçados reticulares nos povoados do Rio Grande do Sul estiveram ligados a formação da sua rede urbana. Independentemente da função da localidade, de quem foi o autor do traçado ou o período cronológico, o traçado reticulado foi o modelo urbano “predileto”.¹⁶⁵ Tal coisa parece indicar que o verdadeiro “autor” do traçado não era um agente que podia considerar o

¹⁶² A primeira opinião é de Laudelino de Medeiros para quem “a estrutura física das cidades nas áreas luso-rio-grandenses teve, e muitas vezes conserva, o timbre da cultura. Uma destas marcas é o traçado das cidades em xadrez. Este traçado, que Mumford atribui ao espírito comercial da época moderna, mas que nos veio de Portugal como herança romana, é a regra nas cidades gaúchas. Este tipo de traçado, no Rio Grande do Sul, data da primeira metade do século XVIII. Era o estabelecido pela provisão Real de 9-8-1747. Assim tinha sido traçada a freguesia de N. S. da Conceição do Estreito, em meados do 700; assim foi Itaquí, em princípios do 800; assim quase todas as cidades criadas até os primeiros anos do 900.” *Op. cit.* Pág. 43. A segunda de Gilberto Sarkis Yunes, em sua obra aqui citada, página 4.

¹⁶³ RHODEN, *Op. cit.* Pág. 179.

¹⁶⁴ MEDEIROS, *Op. cit.* Pág. 42. YUNES, *Op. cit.* Pág. 50.

¹⁶⁵ YUNES, *Op. cit.* Pág. 49.

objetivo da povoação e que tinha autonomia para pensar um modelo: o verdadeiro autor do traçado da cidade era a legislação.

Yunes identificou três tipos de traçados reticulados, também eles com variações: quanto ao ângulo das vias, eles podiam ser ortogonais ou irregulares; quanto aos quarteirões, eles poderiam ser quadriculados ou retangulares; e quanto ao conjunto desses quarteirões, poderia resultar uma disposição homogênea ou heterogênea no solo.¹⁶⁶ As povoações onde imperava a quadrícula, elemento base para um perfeito plano em xadrez, apareceu em 23% dos casos analisados. O significado dessa tipologia é que as determinações da legislação permitiam algumas variações na forma da cidade, implantada pelos agentes, quem sabe, devido à topografia. O exigido não era o xadrez, mas o reticulado, a rua reta, as quadras o mais uniforme possível. Mesmo tendo os mesmos elementos, as cidades gaúchas puderam ter formas que as distinguiam entre si.

Pode-se aplicar uma fórmula para compreender como as diferenças na ocupação das terras americanas, por parte de espanhóis e portugueses, foram se tornando um urbanismo, em certos aspectos, comum. Primeiramente, seguindo a sentença de Sérgio Buarque de Holanda, a Espanha ladrihava suas cidades, enquanto Portugal as semeava – uma era a da rigidez, a outra, do amoldamento. Depois de um longo período, no qual cada vez mais a forma portuguesa ia se afastando de seu padrão histórico, houve a convergência no *sentido* da urbanização, com Portugal também adotando uma legislação ortodoxa e geral, que “engessava” as suas cidades coloniais. Após mais um período da história, com o Brasil emancipado de Portugal, e determinado a ocupar suas terras com colonos estrangeiros, ocorreu uma certa

¹⁶⁶ Foram selecionadas 30 povoações, sendo a primeira Rio Grande e as outras que se enquadravam nas quatro funções que tiveram as cidades do Rio Grande do Sul. As classificadas como de forma “ortogonal retangular heterogênea” – que tinham ruas com ângulos em 45 graus, com quarteirões em forma de retângulo, mas não dispostos todas da mesma forma – foram Santo Ângelo, São Miguel, São Sebastião do Caí, Veranópolis, Garibaldi, Farroupilha, Jaguarão Montenegro, Nova Prata, Cruz Alta, Santana do Livramento, Alegrete, São Marcos e Santa Cruz do Sul. As classificadas como de forma “irregular heterogênea” – que tinham ruas que, apesar de retas, não tinham ângulo em 45 graus, e quarteirões não dispostos da mesma forma – foram São Gabriel, Passo Fundo, São Leopoldo, Pelotas, Santa Maria, Cachoeira do Sul, Rio Grande e Porto Alegre. As classificadas como de forma “ortogonal quadricular” – que tinham ruas em ângulo de 45 graus e quarteirões quadrados – foram São Nicolau, Dom Pedrito, Itaqui, Rosário do Sul, Uruguaiana, Ijuí e São Lourenço do Sul. E classificada como de forma “ortogonal retangular homogênea” – que tinha ruas retas com ângulos de 45 graus, com quarteirões retangulares e que se distribuíam da mesma forma pelo sítio – apenas Caxias do Sul. *Idem, Op. cit.* Pág. 80.

espanholização, tardia, da ação povoadora brasileira. A lei e os traçados seriam usados como símbolo da autoridade luso-brasileira sobre os imigrantes que chegavam ao império, durante o século XIX.

A colonização alemã no Rio Grande do Sul, a partir dos primeiros tempos do Brasil independente, esteve submetida a este novo parâmetro político-cultural luso-brasileiro. Günter Weimer nos encaminha por esse tema.¹⁶⁷

Os emigrantes, ao saírem da Alemanha, tinham na mente o que iriam construir: a aldeia com jardins e pomares, plantações, pasto, manutenção da floresta para lenha e madeira. Para o agricultor alemão, sua própria condição significava viver numa aldeia. Toda a cidade alemã tinha origem camponesa, era originária de um *Weiler*, o que garantia continuidade entre o mundo rural e o urbano – o que era diferente da concepção lusitana.

A forma mais simples de aldeamento alemão era o *Weiler*. Quando ele crescia irregularmente era um *Haufendorf* (aldeia-monte) ou *Punktdorf* (aldeia-ponto); se ele desenvolvia ao longo de uma rua era um *Strassendorf* (aldeia-rua); se a rua se alargava no meio da aldeia, era um *Angerdorf* (aldeia-logradouro). O *Rundling* (arredondado) era um tipo especial de *Angerdorf*. *Streusiedlung* (povoamento disseminado) é uma forma recente e rara de assentamento, e que foi a mais comumente implantada no Rio Grande do Sul – devido mais às condições locais do que às formas culturais trazidas pelos imigrantes.

Mas entre o que os colonos alemães tinham em mente, resultante de uma prática cultural ancestral e a aldeia ou cidade que eles tiveram aqui no Brasil, estava a cultura luso-brasileira, orientadora do estado imperial na legislação “urbanística”.

Bem se pode avaliar o *estranhamento* com a precisão de Günter Weimer:

O governo, inicialmente, mandava fazer a demarcação dos lotes. Para tanto contratava um agrimensor que abria uma picada através da floresta com o auxílio de um teodolito, o que vale dizer, de forma absolutamente linear. A cada 5 km, aproximadamente, abria picadas secundárias que eram ortogonais à primeira. Nestas marcava-se a largura dos lotes, cujas profundidades eram definidas pela meia distância entre duas picadas secundárias. Dessa forma, as picadas

¹⁶⁷ WEIMER, Günter. Vida e morte da cidade teuto-gaúcha. In: WEIMER, Günter (Org.). *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Ed. da UFRGS/Prefeitura de Porto Alegre, 1992. Pág. 57 a 74.

acabavam por formar uma rede ortogonal que não apresentava a menor relação com os acidentes geográficos e formações geológicas.

Esse comportamento era absolutamente estranho para o imigrante. Aliás, ele nunca aceitou tamanha 'arbitrariedade'. Por que subir uma lomba íngreme se era mais 'lógico' desviar o caminho ao longo do sopé do morro? Por que passar por uma parte mais profunda de um córrego se era mais 'lógico' desviar o caminho para procurar um lugar mais raso? Se nas épocas de chuva, um trecho ficava alagado não era mais 'lógico' desviar a estrada para um lugar seco?

Como o imigrante nunca se conformou com a 'falta de naturalidade' dos caminhos, ele fez todo o possível para corrigir esses 'defeitos', dando origem a um sem-número de questões com as autoridades nacionais, que não conseguiam entender o porquê da mania da alemoada de entortar as estradas que tinham sido traçadas com 'precisão geométrica'.¹⁶⁸

Weimer cita São Leopoldo e Santa Cruz como exemplos da imposição do traçado lusitano nos povoados a serem habitados pelos alemães. No primeiro fizeram um traçado irreal e que não seria o escolhido se o imigrante tivesse sido ouvido; no segundo, seu traçado ortogonal não condizia com os modelos centro-europeus, mas com os mediterrânicos. A diferença de concepção pode ser constatada em Novo Hamburgo, onde ainda há clara distinção entre Hamburgerberg (uma Haufendorf), com ruas irregulares adaptadas à topografia, e Novo Hamburgo, traçada regularmente, em data posterior, a partir da estação férrea.

A imposição do traçado, nestes casos, seria um ordenamento político-cultural, porque "seria ingênuo imaginar que as autoridades governamentais não tivessem conhecimento das diversidades culturais em jogo. Em nosso entender, tratava-se simplesmente de uma questão de afirmação de autoridade. Em sendo a sede do poder, não se concebeu outra solução que não fosse dentro de rígidas formas lusitanas."¹⁶⁹ Um dos motivos da rigidez do traçado pode ter sido a formação militar dos responsáveis pela criação das cidades no Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, Weimer lembrava da flexibilidade da ocupação portuguesa. Para ele, então, não abrir mão da ortodoxia, como fizeram as autoridades luso-brasileiras, era sinal de uma situação de confronto e de submissão dos colonos alemães.

Campo dos Bugres-Sede Dante

Em 1875 começou a imigração patrocinada pelo governo imperial para

¹⁶⁸ *Idem, Op. cit.* Pág. 64.

¹⁶⁹ *Ibidem,* Pág. 67.

colonizar as terras devolutas do nordeste do Rio Grande do Sul. Dessa vez, o grande contingente foi formado por homens e mulheres vindos das regiões do norte da Itália, que recém se unificara.

Naquele ano a província do Rio Grande do Sul contava com 37 vilas, saídas dos quatro primeiros municípios: Camaquã, Montenegro, Porto Alegre, São Jerônimo, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Taquari, Triunfo, Arroio Grande, Bagé, Canguçu, Dom Pedrito, Jaguarão, Pelotas, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, Alegrete, Caçapava, Cachoeira, Cruz Alta, Encruzilhada, Itaqui, Palmeira, Passo Fundo, Quaraí, Rio Pardo, Santa Maria, Santana do Livramento, Santo Ângelo, São Borja, São Gabriel, Soledade, Uruguaiana, Conceição do Arroio e Santo Antônio da Patrulha.¹⁷⁰ Essa rede de cidades abarcava quase todo o território rio-grandense. A conclusão da ocupação se deu com a colonização da serra, no nordeste provincial.

A colonização era uma empresa de intuito rural, agrícola, mas da qual faziam parte projetos de urbanização. Assim como ocorrera nos outros episódios de colonização na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com açorianos e alemães, as colônias agrícolas ocupadas majoritariamente por italianos viram a fundação de povoados, por parte da iniciativa oficial, que tinham a função de sediar o comando do empreendimento colonizador.

As três colônias instaladas na Serra do Rio Grande do Sul tiveram “tempos” diferentes em seu processo urbanizador. As sedes tiveram desenvolvimentos desiguais, já se pode ver anteriormente.¹⁷¹ A sede da

¹⁷⁰ BARROSO, Vera Lúcia Maciel. *Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul*. In: WEIMER (Org.). *Op. cit.* Pág. 45 e 46.

¹⁷¹ Ver página 41. O desenvolvimento das sedes coloniais pode ser acompanhado também pelos registros feitos pelos agentes consulares italianos que visitaram as colônias. O cônsul Enrico Perrod, em março de 1883, escreveu sobre “SEDE E POLÍTICA [de Conde d’Eu] – Na sede, escolhida pelos engenheiros como o local mais conveniente para o futuro centro do município, residem atualmente cerca de 200 pessoas. Lá possui sua residência o primeiro auxiliar do diretor, com um contador que é italiano. Lá reside também o subdelegado de polícia, o único oficial de segurança pública para uma população de 14 mil pessoas, ou 12 mil segundo as cifras oficiais, e encontra-se tão ocupado que possui também ele uma casa de comércio. De fato, em cinco anos, não aconteceram nestas colônias senão dois delitos de sangue, e o furto é quase desconhecido.” In: COSTA, Rovílio et al. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d’Eu*. Porto Alegre : EST, 1992. Pág. 17. Sobre a “SEDE [de Dona Isabel] – A sede mudou subitamente de aspecto. Enquanto em 1877 não havia senão a casa da direção, a do médico e uma capela provisória, e mais 4 choupanas, há atualmente 21 casas de pedra, e cerca de 40 de madeira, mas todas de uma limpeza que fazem lembrar os chalés suíços.” *Idem, Op. cit.* Pág. 20. Outro cônsul, Pascoale Corte em 1884, constatou que a população da sede de Dona Isabel já era muito inferior a da sede de Caxias, mas as construções eram mais sólidas e mais amplas. *Ibidem*, Pág. 27. Outro agente italiano, Luigi Petrocchi, escrevendo em 1905, assim historiou a instalação da sede da “EX-COLÔNIA DONA ISABEL – A sede

Colônia Conde d'Eu foi medida e demarcada pelo agrimensor Alfredo Augusto de Azevedo em 1876. A Colônia Dona Isabel, em 1879, ainda não tinha sua sede com planta. E a Colônia Caxias recebeu o projeto que norteou a ocupação definitiva de sua sede no final de 1878.¹⁷²

É sobre essa última que ora se dedicará mais atenção.

A primeira sede da direção da Colônia Caxias foi estabelecida na 1ª Léguas, num local que ficou conhecido como Nova Milano, por relação com os primeiros imigrantes que chegaram no local, oriundos das cercanias de Milão. Este local serviu por certo tempo como sede, pois facilitava, nos primeiros movimentos, a chegada e distribuição dos colonos. A localidade ficava na fronteira da colônia que se criava, e sediou a diretoria por cerca de ano e meio. Com a ampliação do processo colonizador e a ocupação paulatina e organizada das léguas seguintes, cronológica e numericamente, o pequeno povoado se tornou um local ao sudoeste do território colonial, numa relação espacial não adequada para aquele momento da empresa.

Reza a historiografia de Caxias que Luis Antônio Feijó Júnior, proprietário de uma sesmaria ao norte das 1ª e 2ª Léguas e ao oeste da 5ª Léguas, sugeriu ao governo a transferência da sede de Nova Milano para o local então conhecido como Campo dos Bugres, no extremo norte desta última.¹⁷³ De fato, a sede da colônia teve geograficamente uma melhora na logística de sua ação, quando transferida para o lado do Campo dos Bugres. Ela pôde dar conta da ocupação das demais 11 léguas que ainda estavam por receber colonos.

O Campo dos Bugres era uma clareira na mata, aberta pelos índios que habitavam a região. No local eles permaneciam durante o dia, se recolhendo à noite para ocas e buracos que faziam no mato, próximos à clareira. O

da nova colônia Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves) foi traçada em 1875, em um vale entre dois cursos de água, num local baixo, próximo ao barracão dos imigrantes, e chamada então de cidade branca, devido às tendas feitas com lençóis. Por comodidade, porém, a diretoria transferiu a administração para um local elevado, chamado Cruzinha, no meio de um pinhal, a 3 quilômetros de distância. Em pouco tempo muitos imigrantes abandonaram a cidade branca e levantaram suas tendas lá no alto, quer porque preferissem esperar junto à administração a indicação dos lotes coloniais ainda não traçados, quer porque julgassem melhor não ter que subir até lá para saber notícias ou reabastecer-se de alimentos. Depois, as tendas foram substituídas por barracas, estas, posteriormente, por modestas casas, e por isso a administração simplesmente resolveu mandar traçar naquele local a sede na nova colônia Dona Isabel, nome que conservou até a queda do Império, tomando então o nome de Bento Gonçalves, o glorioso chefe da revolução rio-grandense de 1835, e companheiro de armas de Giuseppe Garibaldi.” *Ibidem*, Pág. 73.

¹⁷² Arquivo Nacional, 4Y/MAP.641.

¹⁷³ ADAMI, *Op. cit.* Pág. 124.

descampado era bem servido de água, com córregos que o cruzavam, garantindo o abastecimento para os indígenas. Ali também eles corriam carreiras, com animais oriundos dos Campos de Cima da Serra, os quais eles roubariam em incursões. Serviria também como teatro de operações para lutas travadas contra outros grupos indígenas. Esse local foi “descoberto” por Antônio Machado de Souza, morador de Montenegro, que foi e voltou aos Campos de Cima da Serra, na companhia de outros companheiros, em 1864.¹⁷⁴ Antônio Machado de Souza tornou-se proprietário de terras entre o norte da colônia Santa Maria da Soledade, o sul da sesmaria de Feijó Júnior e o oeste da 1ª Léguas.

O descampado, até por essa sua condição, recebeu os primeiros “edifícios” da nova sede colonial. Após essa primeira serventia, o Campo dos Bugres virou logradouro público, fora do perímetro urbano da sede. O perímetro urbano ficou bem ao centro do retângulo reservado para a sede, ocupando cerca de um terço dessa área. O Campo dos Bugres, área não urbanizada, mas que dava nome à sede, ficou ao oeste desta.

A sede da colônia foi transferida em meados de 1876, quando trabalhava nas medições da Colônia Caxias o engenheiro Augusto Francisco Gonçalves. A responsabilidade pela reserva da área a ser urbanizada deve ser atribuída a ele, depois da decisão tomada por cargos hierarquicamente superiores. A 5ª Léguas era formada por dois travessões, o Santa Tereza e o Solferino, o que lhe permitia ser dividida em três colunas de lotes do mesmo tamanho. A área que o engenheiro Gonçalves reservou ocupava o espaço de seis lotes coloniais do extremo norte da léguas, em duas colunas, abaixo dela separadas pelo travessão Santa Tereza.¹⁷⁵ No quadrado no meio do retângulo, nos primeiros anos, a iniciativa de colonos que moravam na sede não respeitou nenhum plano urbano, pois são conhecidos os casos de casas instaladas nos locais reservados como logradouros públicos.¹⁷⁶

¹⁷⁴ *Idem, Op. cit.* Pág. 30-37.

¹⁷⁵ Arquivo Nacional, 4Y/MAP.641.

¹⁷⁶ Antônio Lesso construiu uma casa no lote nº 6 da quadra 31, que posteriormente foi reservado para construção de prédios do Estado. Foi-lhe designado outro lote, em quadra que também dava de frente para a praça Dante. Havia outros moradores que estiveram na mesma situação e cumpriram com a determinação de desocupar o antigo lote, o que Lesso ainda não tinha feito. Cf. Ofício da Diretoria, de 28 de abril de 1882. In: ADAMI, *Op. cit.* Pág. 121-122-123. Outro caso ocorreu com o colono Teodoro Luppi, que construiu uma casa em 1878 no meio do que seria a futura praça Dante. Segundo as palavras do diretor da época “ao dito colono foi consedido pelos meus antecessores, e depois por mim diferentes

É possível que existisse um projeto de cidade desde a primeira reserva de área feita pelo engenheiro Augusto Francisco Gonçalves, em 1876. O diretor da Colônia Caxias em 1878, Luiz Manoel de Azevedo, ao anunciar que organizou uma nova planta, indicou que havia uma na diretoria, que ele ignorava tivesse sido aprovado pelas autoridades superiores da hierarquia do Império. Ainda segundo Azevedo, aquela planta apresentaria graves erros, motivo pelo qual foi abandonada. Naquele projeto “as quadras são demasiadamente grandes, contem 1:100 palmos por face, e os lotes 100 de frente e somente 200 de fundo, do que resulta ficar no centro, desaproveitado e sem comunicação com as ruas, um quadrado de 700 palmos lineares por face.”¹⁷⁷ Outro indício da existência de tal projeto é a concessão de lotes e construção de moradias antes do início de 1879,¹⁷⁸ quando então foi aprovada a planta definitiva. Mais do que isso, como se viu, a regularização das construções, dentro dos marcos estabelecidos, ainda não estava concluída em anos posteriores.

Em 17 de dezembro de 1878 o diretor Luiz Manoel de Azevedo enviava ao Presidente da Província, Américo de Moura Marcondes de Andrade, o ofício nº 5.¹⁷⁹ No ofício ele projetava que “sendo possível, e provável mesmo, acontecer; que o que hoje se chama povoação do Campo dos Bugres, que actualmente só tem cazas de taboas, venha em breve a ser uma bella Freguezia ou Villa com boas cazas feitas de pedras e cal, cobertas de telhas, convem q. desde já se trate da regularisação das respectivas quadras.” A

prazos para efetuar a remoção da casa, dando-lhe eu a escolher qualquer lote urbano o que recusou talvez com o propósito de trazer exata reclamação a V. Excia. Foram diversos os colonos que estiveram em idênticas circunstâncias e que de boa vontade acederam ao convite que lhes fez a Diretoria da Colônia e a quem, como este, foram facilitados lotes urbanos, pois que ao princípio cada um se colocava arbitrariamente sem ordem nem concessão alguma e só depois de projetada a povoação se estabeleceram ordenadamente, fazendo-se mudar aquele que contrariavam o projeto.” *Idem, Op. cit.* Pág. 180-181. Caso semelhante ocorreu com o colono Ângelo Chitolina. *Ibidem*, Pág. 182 e 202. Não foi apenas na praça que ocorreram ocupações desordenadas. No ofício nº 178, de 24 de maio de 1878, o inspetor especial Carlos Jansen escrevia ao presidente da Província sobre a tentativa de Jacob Keller justificar a casa que construiu no logradouro público. Jansen acusou Keller de má fé, pois sabia que não se podia construir no logradouro público. AHRGS, Fundo da Imigração, Maço 09, Caixa 07.

¹⁷⁷ AHRGS, Fundo da Imigração, Ofício nº 5, de 17 de dezembro de 1878, Maço 54, Caixa 30.

¹⁷⁸ Pelo Ofício nº 87, de 05/03/1878, se sabe que um tal de André Leon queria vender uma casa que possuía no Campo dos Bugres para o governo pôr uma escola, e que o diretor não queria o negócio. Também pelo Ofício nº 282, de 21/08/1878, do Inspetor Especial ao Presidente da Província, fica-se sabendo que foi passado o termo de transferência do lote urbano de George Victor Jonanneaux para Gustave Bec. AHRGS, Fundo da Imigração, Maço 09, Caixa 07.

¹⁷⁹ AHRGS, *Idem*.

planta que existia, como se viu, era considerada inadequada. Dessa forma, Luiz Manoel de Azevedo informava que “à vista disto, pois, organizei um projecto para a povoação, e o submetto à aprovação de V. Ex^a.” O projeto, segundo despacho feito no Palácio do Governo no próprio ofício, foi encaminhado para José Thomé Salgado, que a aprovou.¹⁸⁰ A planta foi aprovada através do ofício nº 38, de 10 de janeiro de 1879.¹⁸¹ Como estabelecia a legislação, o responsável, em última instância, pelo plano urbano das povoações coloniais era o diretor da colônia, fosse ou não engenheiro. Foi o que ocorreu no caso da sede de Caxias. Luiz Manoel de Azevedo era escriturário da Tesouraria da Fazenda e assumiu o cargo de diretor interino da Colônia Caxias em 10 de setembro de 1878.¹⁸² Ele assumiu a direção da colônia como, possivelmente, uma segunda opção das autoridades superiores, pois em 13 de agosto daquele ano tinha sido aprovada a nomeação de Gabriel Pinheiro d’Aguilar,¹⁸³ que tinha o mesmo cargo na mesma repartição que Luiz Manoel. Tanto um como outro deveriam substituir o engenheiro Hygino José dos Santos, que foi demitido por sugestão do engenheiro José Thomé Salgado, que o considerava sem condições morais de comandar a diretoria.¹⁸⁴

Luiz Manoel de Azevedo, o diretor que organizou o plano urbano da sede da Colônia Caxias, não era considerado um servidor adequado para a função. Dois ofícios expedidos pouco mais de um mês após sua posse, já indicavam que a burocracia superior da colonização não lhe confiaria a direção permanente da colônia. Em 11 de outubro de 1878, Coelho Cintra, o segundo na hierarquia da Inspeção Geral de Terras e Colonização, expressava a sua opinião sobre o Luiz Manoel, ao escrever a um superior hierárquico: “cumpre-me declarar que não reunindo o referido empregado as habilitações necessarias que exige semelhante cargo, cujo desempenho só deve ser confiado a Engenheiros, me parece de urgente conveniência ser elle devidamente substituído, tanto o mais quanto a sua auzencia não pode deixar de ser prejudicial ao serviço da repartição em que serve”.¹⁸⁵ Quatro dias depois, no dia 15, um ofício da 3^a Seção da Diretoria de Agricultura do

¹⁸⁰ ADAMI, *Op. cit.* Pág. 133.

¹⁸¹ *Idem*, Pág. 122.

¹⁸² AHRGS, Fundo da Imigração, Ofício nº 16, de 18 de setembro de 1878, Maço 09, Caixa 07.

¹⁸³ Ver página 28.

¹⁸⁴ Ver nota 118.

¹⁸⁵ Arquivo Nacional, IA6 Agricultura – DEP 311, Caixa 24.

Ministério da Agricultura repetia a opinião, derivada da oriunda da Inspetoria Geral, sobre a “incapacidade” do Luiz Manoel, por não ser engenheiro. Sua substituição deveria aguardar o relatório da inspeção de Salgado, mas já estava decidida.¹⁸⁶

O verbo usado tanto nos ofícios como nas referências inscritas no próprio projeto da povoação indica que a concepção do plano urbano, aliás, simplória, pode ter partido dos engenheiros que trabalhavam em Caxias sob a direção do Luiz Manoel. Não se escreveu que ele projetou a povoação da Colônia Caxias no Campo dos Bugres, mas que ele a organizou.¹⁸⁷ E a organizou de acordo com os ditames que a legislação estipulava. Mas, cabe ressaltar, plano tão trivial¹⁸⁸ não necessitava de alguém com habilitação técnica para organizá-lo.

O “Projecto da Povoação da Colonia Caxias no ‘Campo dos Bugres’, organizado em dezembro de 1878 pelo director interino da mesma colonia Luiz Manoel de Azevedo”¹⁸⁹, que foi aprovado pelo presidente da Província em 10 de janeiro de 1879, tendo lhe sido enviado em 17 de dezembro de 1878, foi “concebido”, tem como data de nascimento, o dia 06 de dezembro daquele ano.

O projeto determinava que a sede teria nove quadras de norte a sul e nove de leste a oeste. As quadras seriam ligeiramente retangulares, e todas conteriam dez lotes urbanos. Todos os lotes estariam dispostos na orientação norte-sul, menos nas quadras do extremo oeste, que teriam os lotes ocidentais

¹⁸⁶ *Idem.*

¹⁸⁷ Em 1878 serviram na Colônia Caxias 05 engenheiros (Antônio Pinto da Silva Valle, Sarmat Lauraux de Bousquet, Arthur Napoleão de Barros, José Maria Pereira da Cunha e Maurício Ritter) e 05 agrimensores (Pedro Américo Belém, Agostinho José de Miranda, Diogo Felício dos Santos, Ricardo Ernesto Heinzemann e José Berger). LUCHESE, *Op. cit.* Pág. 214. Possivelmente foi do conjunto ou do trabalho individual de um deles que se valeu o diretor Luiz Manoel.

¹⁸⁸ Lewis Mumford, ao tratar das cidades da “planta baixa especulativa” – as cidades do capitalismo – escreveu: “A beleza desse novo padrão mecânico, do ponto de vista comercial, deve ser evidente. Esse plano não oferece ao engenheiro qualquer daqueles problemas especiais que parcelas irregulares e linhas divisórias em curva apresentam. Um *contínuo* poderia calcular o número de metros quadrados existentes numa praça ou na venda de um terreno; até mesmo o *escrevente* de um advogado podia escrever uma descrição do necessário título de venda, meramente preenchendo com as dimensões próprias o documento padrão. Com uma régua-tê e um esquadro, finalmente, o *engenheiro municipal podia, sem o menor treinamento*, quer como arquiteto, quer como sociólogo, *‘planejar’ uma metrópole*, com seus lotes padronizados, seus quarteirões padronizados, suas ruas de largura igualmente padronizada, em suma, com suas partes padronizadas, comparáveis e substituíveis.” (não grifado no original) *Op. cit.* Pág. 457.

¹⁸⁹ Arquivo Nacional, 4Y/MAP.641. O documento é uma cópia original do projeto, feita durante a comissão de inspeção às colônias do Estado, pelo auxiliar agrimensor Affonso Hebert.

com orientação leste-oeste; e nas quadras a oeste e leste da praça mais centralizada, que teriam nas faces voltadas à ela, os lotes no sentido leste-oeste. A única exceção estava na quadra nº 4, onde os lotes 3 e 4 seguiam a mesma orientação dos lotes das outras quadras.¹⁹⁰

O ligeiro retângulo que perfazia o conjunto das 81 quadras projetadas era cortado por oito ruas retas, de norte a sul, e por oito ruas retas, de leste a oeste. Todas elas já estavam denominadas no projeto, permanecendo com a denominação as que foram efetivamente implantadas. De norte a sul as ruas eram a 20 de Setembro, a Bento Gonçalves, a Lafayette, a Silveira Martins, a Sinimbu, a Andrade Pinto, a Conde de Porto Alegre e a Marcondes de Andrade; de leste a oeste eram a Andrade Neves, a Doutor Salgado, a Alfredo Chaves, a Leôncio de Carvalho, a Marquês do Herval, a Villa Bella, a Visconde de Pelotas e a Garibaldi.¹⁹¹

Dentro do tabuleiro de xadrez imperfeito que era a povoação no Campo dos Bugres (um tabuleiro tem oito quadrados de altura por oito de lado) estavam previstas a existência de três praças. Uma, quase no centro da povoação, ocuparia a quadra 32 (a quadra central da povoação, pelo projeto, seria a 41, imediatamente a leste da 32) e se chamava “5 de Janeiro”. Outra ocuparia a quadra 65, no nordeste da povoação, e se chamava “Praça Imperatriz”. E a outra ocuparia a quadra 71, no sudeste do perímetro, e se chamava “Praça Pedro II”.¹⁹² Essas três praças formavam um triângulo, no qual a ponta oeste era a Praça 5 de Janeiro.

Cerca de meio ano após a aprovação do projeto da sede da Colônia

¹⁹⁰ Essa exceção foi objeto de protesto, respeitoso, do diretor Rondelli. Ele escreveu a seus superiores solicitando que os lotes seguissem a mesma orientação dos outros do mesmo lado ocidental da sede. Não se sabe quando, mas parece que essa exceção foi revogada, pois na planta da sede da ex-colônia, de 1892, a orientação dos lotes aparece idêntica a de todos os outros do extremo oeste. Ofício nº 74, de 14 de julho de 1879. AHRGS, Fundo da Imigração, Maço 54, Caixa 30.

¹⁹¹ Três casos nesses nomes chamam a atenção: a das ruas 20 de Setembro e Bento Gonçalves, data e comandante de uma rebelião que acabou separando por quase uma década uma parte do Rio Grande do Sul do restante do império. É possível que essas denominações sejam escolhas pessoais de Luiz Manoel, certamente um rio-grandense que poderia estar influenciado pelas idéias da proclamação da república no Brasil. O outro caso é o aparecimento do nome de Leôncio de Carvalho. Em 1875 houve um conflito entre alunos e professores da Escola Politécnica contra o Ministro Leôncio de Carvalho, que queria levar adiante uma reforma do ensino. Ao fim da disputa o ministro demitiu-se e o ministério do qual ele fazia parte caiu. Foi uma vitória da Politécnica e de um de seus próceres, Paulo de Frontin. BARATA, *Op. cit.* Pág. 79. Curiosamente, ele nomearia rua na futura povoação.

¹⁹² Não se sabe ainda o motivo da denominação da Praça 5 de Janeiro, que depois se tornou praça Dante. A praça ao sudeste homenageava o Imperador, dando-lhe o nome, Pedro Segundo. E a praça ao nordeste era simplesmente da Imperatriz, ignorando o seu nome de batismo, Leopoldina. Das três, apenas a 5 de Janeiro permaneceu na trama urbana de Caxias.

Caxias o então diretor da colônia, Constantino Rondelli, também interino como era seu antecessor, enviou ofício ao presidente da Província, o qual permite saber-se que a sede, na sua implantação, foi deslocada duas quadras para o sul, “por ser o terreno na parte meridional mais adaptado para a edificação de casas.”¹⁹³

Esse deslocamento, no qual se vê um argumento baseado nas dificuldades apresentadas pela topografia, foi responsável pela invasão de áreas das colônias nº 21 e nº 42 do travessão Santa Tereza, o que gerou uma disputa entre seus concessionários e o governo.¹⁹⁴

O deslocamento da sede para o sul resultou na não realização do projeto tal como o diretor Luiz Manoel de Azevedo o organizara. Observando plantas utilizadas pela historiografia até aqui,¹⁹⁵ nota-se que o conjunto inteiro das duas fileiras de quadras mais ao sul, nas quais estavam inseridas a abertura das ruas Conde de Porto Alegre e Marcondes de Andrade, desapareceram e não mais se implantaram. Da fileira que tinha sua fachada norte na rua Andrade Pinto, só se implantaram meias quadras, eliminando os lotes que ficavam com a fachada para o sul.¹⁹⁶

João Spadari Adami publicou alguns documentos que tratavam da petição que se gerou da invasão das colônias de Rodolfo Félix Laner e

¹⁹³ AHRGS, Fundo da Imigração, Ofício nº 74, de 14 de julho de 1879, Maço 54, Caixa 30.

¹⁹⁴ ADAMI, *Op. cit.* Pág. 131

¹⁹⁵ Orlando Valverde publicou, no Álbum Comemorativo do 75º aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul, na página 268, uma “Prima pianta ufficiale della ex-colonia di Caxias”, sem indicar a fonte (essa mesma planta foi publicada no álbum do cinquentenário, em 1925, também sem indicação de autoria e arquivo depositado). João Spadari Adami se valeu de uma planta feita por ele mesmo e publicada em seu livro, aqui muito citado, na página 143. O Arquivo Histórico João Spadari Adami, de Caxias do Sul, tem em seu acervo uma planta de 1892, assinada pelo engenheiro José Montaury, então chefe da Comissão de Medições da ex-colônia. Esse era, até agora, o mais antigo documento com a chancela oficial que se conhecia sobre o plano urbano da cidade.

¹⁹⁶ Roberto Rech realizou um levantamento do loteamento da Colônia Caxias. É um trabalho importante e que se aproximou, pelas medições e análises de plantas, do projeto original da povoação. Quanto ao tamanho total da colônia, ele afirmou, através de medições, que a área total que ela tomou foi de 783.415.938 m², que dividida pela área de uma légua quadrada, 43.560.000 m², perfazem 18 léguas de área. As 16 léguas seriam, então, uma divisão espacial, pois a área era duas léguas maiores, sem contar Forqueta, que elevaria o total do território colonial a 19 léguas. *Op. cit.* Pág. 35. Essa soma geral não fechava com a divisão espacial porque as léguas foram tomando formas diferentes, pela configuração da superfície do solo. *Idem*, Pág.38. Quando à área da sede, suas medições chegaram aos seguintes números: de leste a oeste o retângulo reservado para a povoação media 3.800 m. E de norte a sul, 937 m. O perímetro urbano em si, no centro do retângulo, teria 1.150 m de comprimento por 937 metros de altura. *Idem*, Pág. 43. Pelo projeto original da sede de Caxias, organizado por Luiz Manoel de Azevedo, o perímetro urbano teria 1.166 metros de leste a oeste e 968 metros de norte a sul (quadras de 110 por 88 metros e ruas de 22 metros de largura).

Giovanni Piva pela área da sede.¹⁹⁷ O primeiro documento é de novembro de 1881, alguns meses depois do início dos trabalhos de demarcação e mais de dois anos e meio depois da aprovação da planta. Laner pedia indenização pela área que perdeu e pelas benfeitorias que possuía. A área invadida era calculada em 178.596 m².¹⁹⁸ O diretor à época, João Maria de Almeida Portugal, propunha que fosse cedida a área ao norte da sede, que ficou devoluta, e uma área ao leste, que estava dentro do retângulo reservado para a sede, mas sem fazer parte do perímetro urbano. Essa proposta foi autorizada pelo presidente da Província, Francisco de Carvalho Soares Brandão. Mas em novembro de 1882, mais de um ano após a primeira troca de ofícios a questão ainda não estava resolvida, pois Laner não havia aceitado a proposta. O presidente oficiou ao diretor da Colônia Caxias para que resolvesse o *imbròglio*, se limitando ao que tinha lhe sido autorizado no início daquele ano. O presidente da Província não autorizou a alteração da planta. Em 1892, segundo a planta sob responsabilidade de José Montauray,¹⁹⁹ encontramos ao norte da sede duas colônias instaladas, numeradas sob os n^{os} 42a e 42b. Ao oeste do perímetro, encontramos outras duas colônias instaladas, a 21a e 21b. Seria possível que Laner e Piva tivessem aceitado, enfim, as propostas que lhe foram feitas anteriormente, e se beneficiado “imobiliariamente” do deslocamento da sede para dentro de suas colônias. Mas na planta da sede da ex-Colônia Caxias, também de 1892 e sob responsabilidade de José Montauray, aparece o lote 42a como propriedade de Germano Parolino, bem como os lotes ao sul da sede como ainda pertencentes a Piva e Laner. Além disso, numa planta da 5^a Légua, sem data, não se encontram mais inscritas as colônias 42a e 42b no norte da sede; e as colônias 21a e 21b estão registradas como pertencentes a Daniel von Schlapnendorf e Nicolau Amoretti, respectivamente.²⁰⁰

O projeto da povoação foi dado a conhecer aos colonos que já

¹⁹⁷ ADAMI, *Op. cit.* Pág. 131 e seguintes.

¹⁹⁸ Os 178.596 m² da área da colônia de Laner representam cerca de 18 quadras como as projetadas para a sede da Colônia Caxias, que tinham, cada uma, 9.680 m². Observando o projeto de Luiz Manoel nota-se que elas configuram quase a totalidade das quadras que não se implantaram naquele projeto. Na atualidade o maior parque da cidade, o dos Macaquinhos, a Prefeitura e a Câmara de Vereadores estão instalados naquela faixa de terra na qual não se realizou o projeto original.

¹⁹⁹ AHJSA, Planta Geral da ex-Colônia Caxias. Código 11.00.02 (1892).

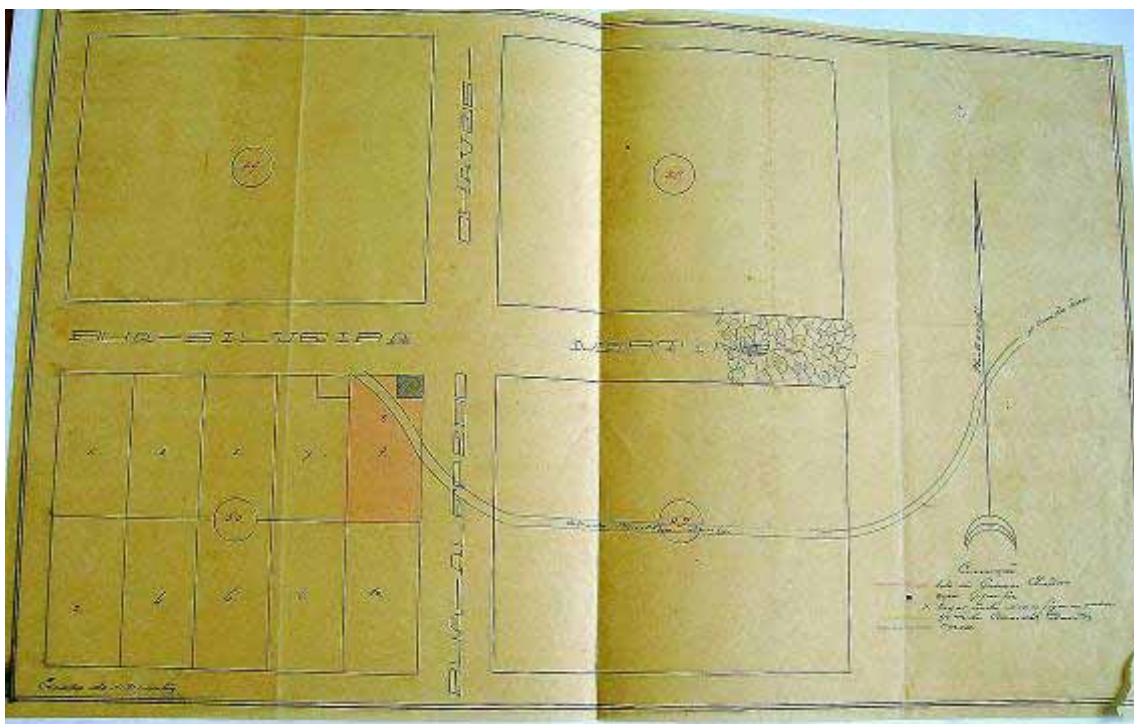
²⁰⁰ AHJSA, Planta da 5^a Légua de Caxias.

habitavam a sede. No mesmo ofício no qual encaminhou o projeto para apreciação do presidente da Província, o diretor Luiz Manoel de Azevedo informava a Marcondes de Andrade que “constando, haver aqui na Directoria um novo plano para a povoação apresentarão-se muitos colonos a vê-lo; e à vista do local marcado para a Igreja mostrarão-se contentes, e oferecerão-se para coadjuvar gratuitamente na respectiva construcção”. Luiz Manoel poderia querer impressionar seu superior hierárquico, demonstrando que lidava gentilmente com os colonos, a ponto de lhes submeter para apreciação o projeto da sede. Na mesma linha, poderia estar querendo demonstrar a qualidade de seu trabalho, pois, em seu ofício, os colonos que o viram se mostraram contentes com a disposição da igreja, pressupondo-se que a aprovação se expandia para todo o traçado. Anteriormente se viu que a capacidade de Luiz Manoel de comandar a colônia era questionada – e o projeto da sede poderia fortalecer sua posição. De outra forma, considerando-se o que está no ofício, de fato os colonos não se dedicaram a avaliar quão diferente seria o povoado que nasceria daquele plano dos seus *paesi* na Itália. Para quem se encontrava numa situação de tudo mudar, construir sua casa e habitar uma cidade completamente reta era mais uma mudança, que poderia ser benéfica. A situação de cada um melhorava em relação à Itália – uma cidade diferente poderia significar outro elemento bem-sucedido.²⁰¹

O plano urbano da sede da Colônia Caxias no Campo dos Bugres foi implantado num sítio topograficamente muito acidentado, como de resto também o era todo o território colonial. São inúmeros os registros feitos pela historiografia sobre as dificuldades enfrentadas pelo poder público e pelos moradores da cidade para erigir prédios, casas e implantar ruas. Como se viu, o projeto da sede não foi implantado em sua integralidade porque foi deslocado para o sul, em virtude das dificuldades topográficas. Dois ofícios de 1886, cinco anos após a demarcação definitiva da povoação, feita sob o projeto de dezembro de 1878, conjugados com mapas e fotos da época, dão o quadro da tarefa que era implantar um tabuleiro de xadrez na montanha. O ofício nº 41,

²⁰¹ Nas localidades onde os colonos traçaram suas cidades o resultado foi diferente do reticulado oficial, como, por exemplo, em Ana Rech, uma Strassendorf, irregular como um *paese* do norte italiano, assim como Galópolis – fundada bem depois do período inicial da criação das sedes.

de 26 de julho,²⁰² informava às autoridades superiores que Antonio Generosi, concessionário do lote 9 da quadra 50, construiu sua casa e ergueu cerca onde não deveria, segundo signatários de um requerimento que pedia a liberação da passagem pelo local cercado. A cerca trancou a Conselheiro Dantas – ou seja, ainda havia confusão de limites e denominações entre estrada e rua, pois naquela parte da sede estava gravada, pelo projeto, a rua Silveira Martins – , que ali fazia uma curva, devido à dificuldade de seguir adiante o leito por causa da quantidade de pedras. O pequeno mapa da área, que seguiu junto com o ofício, mostra o embaraço que se criou e como era o leito da Silveira Martins – ou estrada Conselheiro Dantas – entre as ruas Leôncio de Carvalho, Alfredo Chaves e Dr. Salgado.



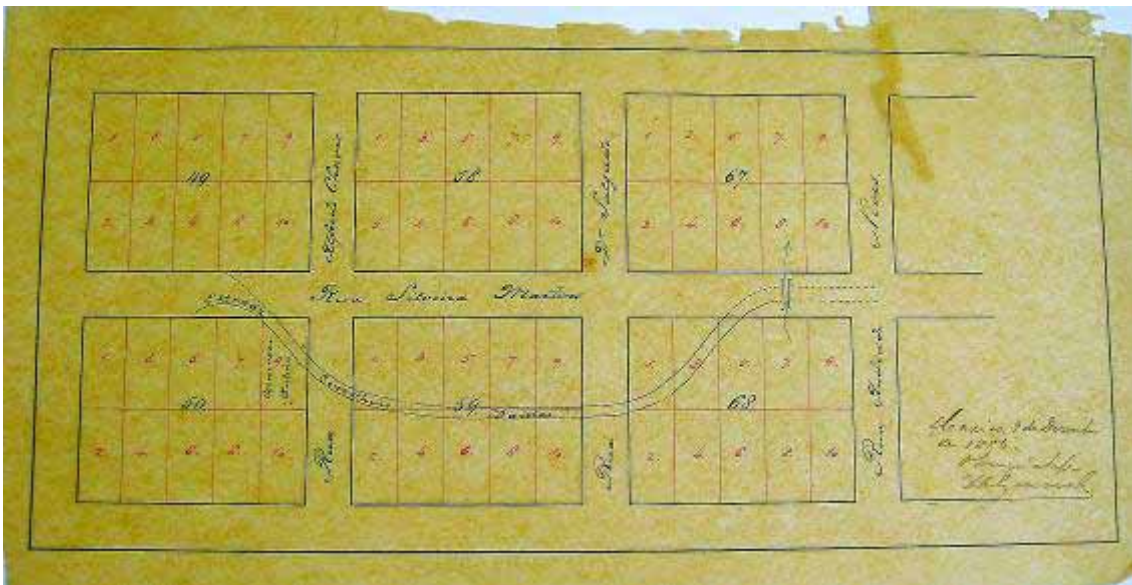
Mapa anexado ao Ofício nº 41, de 26 de julho de 1886.

Em dezembro daquele mesmo ano o assunto voltou à baila, através do ofício nº 70, do dia 10.²⁰³ No documento o Engenheiro-chefe afirmava que o leito da estrada Conselheiro Dantas de fato ainda existia dentro da freguesia – e que ela passava pelas quadras 59 e 68 porque era o único caminho transitável. A Silveira Martins ainda não era praticável. As casas tinham as

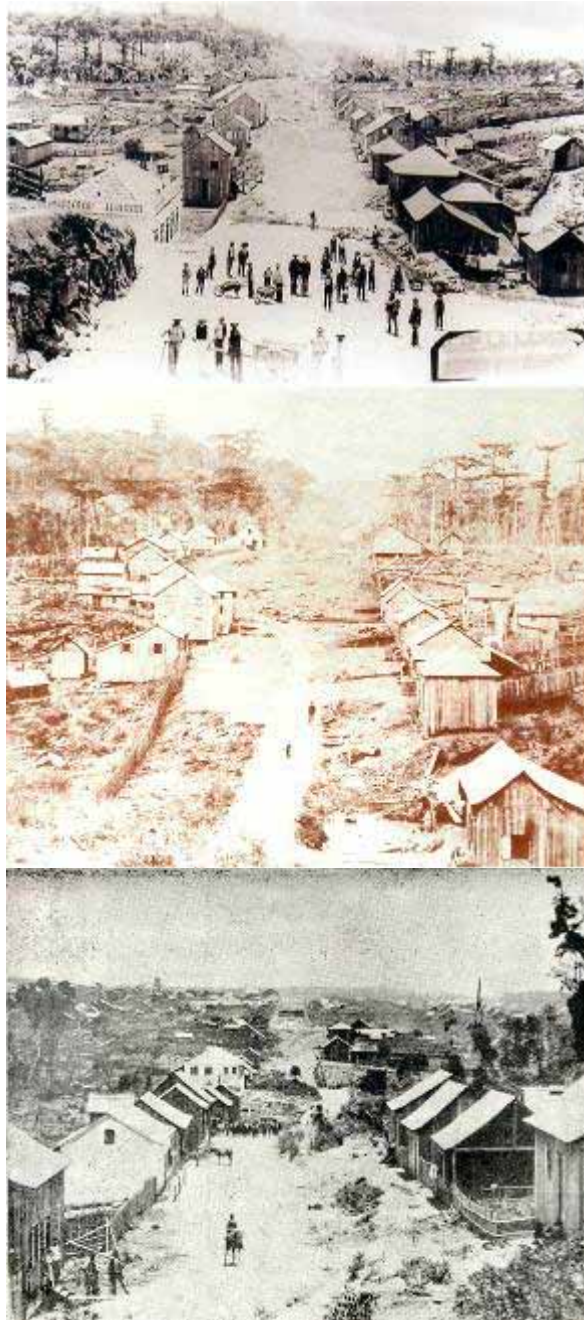
²⁰² AHRGS, Fundo da Imigração, Maço 40, Caixa 21.

²⁰³ *Idem.*

suas fachadas para a estrada, e não para o alinhamento da rua, como previa a planta. O diretor se manifestou a favor de Antônio Generosi, permitindo que ele trancasse a passagem, porque a Alfredo Chaves era transitável. Essa decisão certamente dificultou a circulação na direção leste-oeste, porque para voltar ao leito da estrada, pelo que se pode observar no pequeno mapa, seria necessário desviar o caminho para a rua Lafayette. Aqui se acompanha mais um episódio onde as determinações que estavam tão bem traçadas no papel não recebiam a conseqüente disposição por parte da natureza e da sociedade. Em primeiro lugar, não bastava estar a Silveira Martins traçada, pois a natureza impedia que seu leito projetado fosse transitável; em segundo lugar, e como derivação do primeiro, foi a ação humana que dessa vez impediu que a solução encontrada – a curva para evitar a pedreira – resolvesse, temporariamente, a “ignorância topográfica” do projeto. Ao que parece, muito tempo depois a sinuosidade da rua Silveira Martins ainda permanecia, como demonstra o conjunto de fotos que se vê abaixo da pequena planta.



Mapa anexado ao Ofício nº 70, de 10 de dezembro de 1886.



Rua Silveira Martins em 1885, 1886 e 1891 (de cima para baixo). Nas três fotos o leito da Rua Silveira Martins, a principal da sede, não se apresentava totalmente trafegável, como se observa. A passagem era feita em caminhos que iam desviando os obstáculos. Na primeira e na segunda foto as casas, ao fundo e à esquerda, saíam do alinhamento, fazendo a curva conforme os mapas e os documentos do “caso” Generosi. Na terceira foto, ao fundo, se observa uma pedreira que trancava toda a sua largura. Fontes: TRENTO, Ângelo. *Os italianos no Brasil*. São Paulo : Prêmio, 2000. Pág. 41. ADAMI, *Op. cit.* Pág. 450. MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade: História de Caxias do Sul – 1875/1950*. Caxias do Sul : Maneco Livraria & Editora, 2001. Pág. 125.

Nas fotos nas quais se acompanham as objeções topográficas e a sinuosidade ainda não alinhada da rua principal da sede da Colônia Caxias pode-se observar a forma do casario que se estabeleceu sobre o tabuleiro de

xadrez do projeto urbanístico.

As casas da área urbana foram semelhantes as casas da área rural da Colônia Caxias, não só no Campo dos Bugres-Sede Dante, como em toda a região colonial do nordeste do Rio Grande do Sul.²⁰⁴ Elas eram feitas com o material que era abundante no território: a madeira.²⁰⁵ Toda a primeira fase da colonização foi o período em que a arquitetura foi dominada pelo uso da madeira.

Tanto nos lotes rurais como nos urbanos as casas foram alinhadas, quase sempre, pela linha do travessão ou da rua, o que dava um aspecto de simetria principalmente para as povoações, porque nestas localidades era onde ocorria uma aglomeração de construções. E essa opção – ou imposição – do alinhamento impediu que as residências tivessem melhor orientação solar. Nos lotes rurais, pelo menos quando depois da primeira fase (onde geralmente as casas eram construídas por empreiteiros contratados pelo Estado), foram os próprios colonos que levantaram suas casas, parece ter sido uma opção a manutenção do alinhamento ao travessão. Nas cidades seria mais difícil não seguir a orientação dada pela rua. Como a povoação foi projetada e traçada na orientação norte-sul, leste-oeste, a orientação solar do casario foi inadequada.²⁰⁶

Ao se acompanhar os estudiosos da arquitetura na região colonial onde

²⁰⁴ Sobre a diferença das cidades que existiam no Rio Grande do Sul e as criadas na colonização do nordeste do estado, Ester e Rogério Gutierrez escreveram: “Talvez aí esteja a principal diferença entre as primeiras povoações, nos séculos XVIII e XIX, e as que receberam imigrantes italianos, no último quartel do século XIX. As edificações originais preservaram os alinhamento de frente, mas, em muitos casos, recuaram nas laterais, a procura do conforto natural e para permitir o escoamento das águas das coberturas, que caíam na direção dos limites laterais dos lotes urbanos. *As casas erguidas nas cidades ítalo-gaúchas foram muito semelhantes às edificadas nos lotes rurais.*” (não grifado no original). GUTIERREZ & GUTIERREZ, *Op. cit.* Pág. 34.

²⁰⁵ “A singularidade da arquitetura ítalo-gaúcha fundamentou-se no uso da madeira. Apesar disso, assim que pôde, o colono substituiu essas construções por outras, de alvenarias de pedras ou tijolos.” *Idem*, Pág. 60.

²⁰⁶ “Na Itália, conhecer e aproveitar adequadamente a insolação e ventilação naturais consiste num dos elementos básicos para o conforto dos ambientes: ‘Direção e intensidade do vento, exposição ao sol, declividade do terreno, natureza do solo e ainda outras condições faziam com que a adaptação à natureza se tornasse quase necessária’. [...] No Rio Grande do Sul, desaparecem todos estes cuidados e artifícios controladores do clima. Não há absolutamente orientações preferenciais, tanto das fachadas como das janelas, e o ballatoio, quando existe, não se destina à secagem de espigas. O clima ameno do Rio Grande do Sul levou à despreocupação com a insolação e ventilação naturais, mesmo porque o regime de ventos torna-se bastante complexo em meio a bosques, morros e vales, num clima composto e ao longo das estações. Prevalece antes a preocupação em orientar a casa em relação à linha, ou travessão, a estrada margeada pelos lotes coloniais.” POSENATO, Júlio. A arquitetura residencial rural norte-italiana e a imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luis Alberto. *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre : EST, 1987. Pág. 482-483.

predominaram numericamente os italianos, no Rio Grande do Sul, nota-se que ela se caracterizou por distinguir-se da praticada na Itália. Claro que também houve semelhanças.²⁰⁷ Mas o certo é que, como afirma Posenato, houve uma “aculturação da arquitetura”, sobretudo nas áreas urbanas.²⁰⁸ Na Itália se usava a pedra, aqui se usou a madeira; lá a habitação era coletiva, aqui foi unifamiliar; na Itália havia preocupação com a orientação solar, como se viu antes, e aqui esse item foi ignorado; lá a cozinha era um *locus* importante dentro da casa, aqui ela foi descolada da residência; lá a arquitetura foi mais flexível, amoldada às condições do ambiente, aqui ela foi mais inflexível, mais submetida à linha reta.

A ironia *étnica* é que os italianos que habitavam as cidades brasileiras tinham tradição na arquitetura e no urbanismo, e ajudaram a modernizar as cidades luso-brasileiras,²⁰⁹ lhes dando uma certa “cara italiana”. Nas cidades criadas nos territórios onde o Estado brasileiro colonizou majoritariamente com italianos, a “cara” da cidade foi dada pela cultura luso-brasileira.

A vida na sede

A forma urbana que tomou a sede da Colônia Caxias, que como se viu, foi resultante de uma idéia que permaneceu desde a Antigüidade clássica, permitiu que uma das funções à qual cidades em tabuleiro serviu com perfeição – a especulação imobiliária – também encontrasse guarida. Os administradores

²⁰⁷ “Nos elementos construtivos, vemos uma evidente correspondência em materiais e técnicas entre a Itália e o Rio Grande do Sul, conduzindo a resultados iguais: portas e janelas, bandeiras, beirados, elementos de cobertura, pisos, escadas, ferragens, revestimentos, paredes de pedra e tijolos, taipa e adobe, estrutura dos vãos em arcos plenos, abatidos ou de escarção e vergas retas. [...] “Devido à correspondência entre ambiente físico e atividade econômica, aos quais se somavam a identidade étnica, a arquitetura residencial rural da imigração italiana no Rio Grande do Sul está estreitamente vinculada à arquitetura rural norte-italiana, especialmente da colina, usando os mesmo materiais, técnicas construtivas e espaços construídos.” POSENATO, *Op. cit.* Pág. 485 e 487.

²⁰⁸ *Idem*, Pág. 461. “Os edifícios das cidades ítalo-gaúchas sofreram uma maior influência das soluções clássicas dadas pelos lusos e brasileiros que as casas rurais.” GUTIERREZ & GUTIERREZ, *Op. cit.* Pág. 37. Não foi apenas quanto aos aspectos arquitetônicos que os estudiosos apontam a aculturação dos italianos. Luis Alberto de Boni afirmou que os italianos se aculturaram mais facilmente do que os alemães, no Brasil. DE BONI, Luis Alberto. *Op. cit.* Pág. 213. A lembrança do que escreveu Günter Weimer sobre a estranheza e as demandas contra as autoridades que os alemães fizeram por causa dos traçados nas colônias, e a submissão – ou desinteresse dos italianos – se coaduna com o que dizem Posenato e de Boni.

²⁰⁹ “L’alleanza tra gli italiani e le città agevolò la modernizzazione in ciò che riguarda le caratteristiche economiche e la propria fisionomia dell’ambiente urbano. Il contributo degli italiani alla città brasiliana si fa ben più evidente se si considera il rinforzo che essi diedero alla mentalità e alla condotta importando modelli cittadini. Si volle una *città moderna* e, attraverso le imprese degli italiani, vi fu il sostegno a questa ambita modernità.” CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Gli italiani nelle Città*. Perugia : Guerra, 2001. Pág. 75.

imperiais de Caxias enfrentaram casos com a questão da especulação, dentro da sede e nos seus arredores, pois era senso comum de que o pequeno povoado se desenvolveria rapidamente.

Antes de se acompanhar as disputas entre quem queria operar e quem queria evitar a especulação, deve-se observar alguns dados da colônia e sua sede.

Em três relatórios publicados por João Spadari Adami, produzidos pelos diretores de Caxias em 1878, 1883 e 1884, vê-se a evolução da empresa associada do Estado com os colonos.

Em 20 de fevereiro de 1878²¹⁰ treze léguas de Caxias estavam medidas ou medidas e já ocupadas. Estavam instaladas cerca de 800 famílias – 3.881 pessoas, das quais 2.315 eram originárias da Itália. A maioria quase absoluta era de praticantes do catolicismo, com apenas 45 protestantes. Para o diretor a população era “dócil e morigerada” – as alterações que ocorreram em outros anos deviam-se à seca e ao atraso nos subsídios. Mas, naquele momento tudo estava conforme o plano de colonização: eram distribuídos o auxílio gratuito, as ferramentas e as sementes – o que garantiria, ao que parece, a volta dos colonos ao seu comportamento “natural”. Plantava-se na área rural trigo, cevada, centeio, milho, feijão e batatas. O diretor distribuía naquele ano 100 sacos de sementes de milho, 100 de feijão e 150 de batatas. A Sede contava com 85 casas, 10 armazéns de secos e molhados, 3 açougues e 4 padarias, além de outras atividades de serviços. O comércio estava na mão dos colonos e os gêneros eram caros. O diretor propunha ao governo que tabelasse o preço dos artigos. A especulação de preços estava presente no comércio dos gêneros alimentícios de primeira necessidade. Padre, médico e soldados configuravam problemas a serem resolvidos – o padre Antônio Passaggi teria perdido a moral para continuar a prestar a assistência espiritual aos fiéis,²¹¹ o

²¹⁰ ADAMI, Op cit. Pág. 388-392.

²¹¹ “O primeiro capelão da Colônia, foi D. Antônio Passaggi, nomeado a 19 de maio de 1877, e iniciando suas atividades religiosas na capelinha existente no interior do já referido cemitério dos imigrantes. Antes, porém, de Passaggi, a Colônia Caxias, era visitada periodicamente pelos Padres Carlos Bleess de São José do Hortêncio e Bartolomeu Tiecher, da Feliz. [...] A respeito do P. Antônio Passaggi, ao qual, Caxias Colonial no setor espiritual deve, como seu primeiro pároco, as primeiras graças da cristandade, tornou-se, tempos depois de sua posse, persona não grata, tanto às autoridades de imigração, como às autoridades católicas.” O padre Passaggi teria se tornado um insubordinado, um elemento da desordem, por estar sempre embriagado. Ele foi suspenso pelo engenheiro José Thomé Salgado, quando da sua inspeção às colônias, e em fevereiro de 1881 foi expulso da colônia pelo diretor Muniz Bittencourt. Continuando com Adami, “o motivo culminante que fez com que os superiores de D. Antônio Passaggi, o demitissem do

médico seria idoso e inapto, não atendendo aos chamados, e a força policial seria insuficiente para o número de habitantes em Caxias. Estavam em execução a abertura de estradas, item importante no desenvolvimento do núcleo colonial.

Em 1882²¹² já estavam medidas 17 léguas (contando com Forqueta), onde viviam 7.259 pessoas. Havia uma fábrica de cerveja, uma de sabão e várias oficinas, de ferreiro, latoeiro, relojoeiro, carpinteiro, barbeiro, sapateiro – supõe-se que quase todas essas atividades se desenvolviam na sede. Havia 73 moinhos, 4 escolas com professores imigrantes, uma capela, duas farmácias e dois médicos práticos.

Em 1883²¹³ a sede estava com 400 casas e uma igreja de madeira. O barracão dos imigrantes estava lotado – o que denuncia o grande afluxo de imigrantes que chegavam. As comunicações internas eram ruins, e o diretor Barata Góis fez um relato mais pormenorizado da situação das 3 estradas principais da colônia, a Rio Branco, a Conselheiro Dantas, e a que unia Caxias a Dona Isabel. Desta, que tinha 11 km de extensão, faltavam 4 a serem feitos. A Conselheiro Dantas estava com 3,2 km prontos, faltando ainda 23,6 km para que ela chegasse à dos Campos de Cima da Serra, estrada na qual ela deveria desembocar. A estrada Rio Branco era a mais importante, pois fazia a ligação com São Sebastião do Caí e desta localidade para a capital da província. O total da sua extensão era 64,5 km. Para melhor entendimento da situação da Rio Branco o diretor a dividiu em três trechos, com o pior quadro sendo o segundo, que iria da casa do alemão Theodoro Koppe até a passagem do Rio Caí, com 22 km. Nesse trecho não havia nada feito, pois estava na parte mais complicada, topograficamente, de toda a estrada.²¹⁴

cargo de Capelão da Colônia Caxias, foi um casamento que ele realizou entre dois homens. Um deles disfarçado em mulher e vestido de noiva, no interior do Café Garibaldi, de Vitério Panarari [...]. Casamento aquele engendrado por um grupo de maçônicos caxienses que, prevalecendo-se do estado de embriaguez em que se encontrava o dito Padre, lhe fizeram tal pilhéria. Cujo enlace matrimonial, realizou-se com todos os requisitos exigidos pela Igreja.” *Idem*, Pág. 207-209.

²¹² *Ibidem*, Op. cit. Pág. 393.

²¹³ *Ibidem*, Pág. 158-160.

²¹⁴ Em meados do ano de 1880 o diretor interino da Colônia Caxias, Constantino Rondelli, juntamente com os colonos que aqui se estabeleceram, debatia-se com o problema da conservação e falta de estradas. Em ofício ao Presidente da Província de 23 de junho de 1880, Rondelli afirmava que as estradas “encalhavam” o desenvolvimento da Colônia. E no dia seguinte, ao escrever novamente ao Presidente, ele encaminhava um pedido dos colonos para construção de uma estrada de rodagem, que já estava planejada. Esta estrada deveria ter 14 léguas, desde o limite da Colônia com os Campos de Cima da Serra até São Sebastião do Caí. O diretor orçou-a em 350 contos, o que dava um valor de 25 contos por légua. No

Em 1885²¹⁵ o mesmo diretor, Barata Góis, remetia um ofício com dados estatísticos de Caxias de um ano atrás, junho de 1884. Recém “emancipada” da condição de colônia, Caxias contava com 10.591 pessoas, onde predominavam, numericamente, as crianças e jovens até 20 anos. Havia mais solteiros que casados, mais analfabetos que alfabetizados e uma quase totalidade de habitantes vindos da Itália.

Observa-se que eram os dados do dia-a-dia que davam aos administradores e moradores da colônia a indicação de seu progresso. A população crescia, a produção crescia, as vias de comunicação estavam em construção, havia a produção de gêneros que evitavam a importação, e a população jovem e com capacidade de trabalho formava o contingente mais significativo das pessoas.

Nesse quadro de “bem-aventurança” parece que havia colonos que pensavam à frente. O inspetor especial expediu o Ofício nº 161, em 09 de maio de 1878,²¹⁶ ao presidente da Província, relatando o caso da colona Theodolinda Meregali, que queria pagar à vista o lote 19 do 2º Travessão da 3ª

mesmo ofício ele informava que Feijó Jr. se propunha a construir um trecho desta estrada, que sairia do lote 17 da 5ª Léguas e terminaria na Picada Feliz. Para tanto, ele cobraria do governo do Império o valor de 11 contos por légua. Rondelli dizia que a proposta era aceitável, mas achava o preço “insuficiente”. A linguagem usada no ofício deixa entrever que o diretor não queria que a estrada fosse entregue para Feijó Jr. construir. O motivo não está explicitado, evidentemente, no documento. É possível que Constantino Rondelli tivesse planejado a construção da estrada por outros caminhos burocráticos. O que podemos constatar é que o preço a ser pago a Feijó seria 14 contos mais barato, por légua, do que o orçado pelo diretor – que não acreditava ser possível a realização da obra por tanto.

Chama a atenção que poucos meses depois, em 28 de novembro de 1880, o substituto de Rondelli (que era interino), o engenheiro Muniz Bittencourt, pedia autorização ao Presidente da Província para usar uma parte dos recursos que estavam destinados à conservação das estradas e manutenção em geral da Colônia – 1 conto de réis – para contratar um escriturário e um fiscal para a Comissão de Terras, com o objetivo de fazer o recenseamento dos colonos. Estavam sobrando daquele total o valor de 380\$000, dos quais Bittencourt queria tirar 180\$000. Ou seja, que as estradas “encalhavam o progresso” não se pode duvidar, mas são incertos os motivos pelos quais os recursos para melhorá-las, que estavam garantidos, não tinham sido usados.

Quase quatro anos depois as obras de construção da estrada estavam em andamento, sob a organização de outro diretor, o bacharel Manoel Barata Góes. A estrada “Conselheiro Dantas” foi entregue ao trânsito em 24 de maio de 1883, e em fevereiro de 1884 continuava em construção a “Visconde do Rio Branco”. Olhando no mapa da Colônia, nota-se que essas duas estradas tem o percurso da via citada por Constantino Rondelli.

A construção ia adiante, mas ao que parece, o problema da manutenção continuava. Segundo Barata Góes, não era possível a manutenção das estradas porque não havia verba suficiente para tanto. E no ofício nº 90, endereçado ao Presidente da Província José Julio de Albuquerque Barros, ele sugeriu que as duas estradas, uma pronta e outra em construção, fossem mantidas através de pedágio. Pelo que se sabe até hoje, a proposta não foi levada adiante. O Presidente da Província enviou o ofício à “Thesouraria da Fazenda”, e em 9 de junho à Câmara de S. Sebastião. Ainda não foi possível verificar nos arquivos desta cidade qual despacho fez sua Câmara. AHRGS, Fundo da Imigração, vários ofícios, Maço 54, Caixa 30.

²¹⁵ ADAMI, Pág. 112-117.

²¹⁶ AHRGS, Fundo da Imigração, Maço 09, Caixa 07.

Léguas. O inspetor repassou a opinião do diretor da colônia, que informava que a mulher não tinha nada e pagaria a dívida do lote com o dinheiro de algum especulador – que conseguiria por baixo preço terras por perto da sede. Segundo ele informava, haviam terras que tinham sido vendidas por 3 ou 4 contos de réis.²¹⁷ A viúva, segundo o diretor, depois procuraria o governo pedindo auxílios ou repatriação. Ele era taxativo: não se devia abrir as portas para esse tipo de negócio.

Antes do episódio da colona Theodolinda, o alemão Nicolau Friedrich – aportuguesado para Frederes – solicitou a concessão de mais quatro lotes urbanos ao redor do qual ele já possuía e construía casa. No Ofício nº 45, de 23 de Março de 1878,²¹⁸ que encaminhava o pedido de Frederes, o diretor escrevia ao presidente da Província que julgava “ser de justiça conceder-se ao mesmo Nicoláo o praso urbano contíguo àquello em que elle tem uma casa construída, e não os que elle requer, visto parecer isto mera especulação e não haver conveniência em dar ao mesmo individuo muitos prazos na sede d’esta Colônia.” No dia 02 de abril daquele ano o presidente decidia, conforme lhe indicava o diretor, pela concessão apenas do lote contíguo ao que Frederes era proprietário.²¹⁹

As trocas de lotes também poderiam ter um sentido de especulação, conforme se manifesta o diretor Constantino Rondelli no Ofício nº 177, de 17 de novembro de 1880.²²⁰ Ele se manifestou contrário ao pedido dos colonos Antônio Chiaradia e Romualdo Alessandri, que desejavam cambiar seus lotes urbanos. Rondelli teria motivos para afirmar que o negócio era mera especulação.

Em 1886 continuava a preocupação, por parte das autoridades, com a especulação.²²¹ A. Leonardelli pediu os lotes 7 e 9 da quadra 73 da Sede Dante, pretendendo ampliar sua fábrica de cerveja. Ele já tinha a concessão do 8 e 10. O engenheiro-chefe se manifestou contra a concessão, porque bastavam os dois lotes para a fábrica. Se o Leonardelli fosse atendido, outros também pediriam e ficaria muito difícil construir na Sede, “[...] porque terão de

²¹⁷ Um lote colonial tinha o preço médio de 300\$000. ADAMI, *Op. cit.* Pág. 87.

²¹⁸ AHRGS, Fundo da Imigração, Maço 09, Caixa 07.

²¹⁹ AHRGS, Fundo da Imigração, Maço 12, Caixa 10.

²²⁰ AHRGS, Fundo da Imigração, Maço 54, Caixa 30.

²²¹ AHRGS, Fundo da Imigração, Maço 13, Caixa 10.

ser vendidas por particulares as terras por alto preço, quando foram compradas ao Estado por pouco dinheiro”.²²² O Inspetor Especial Barata Góes opinava ao Presidente da Província pelo indeferimento do pedido, acompanhando a autoridade lotada em Caxias.

O clima na colônia e na sua sede pôde ser percebido como maléfico ou benéfico por parte de quem nela habitava ou conhecia. Os colonos tendiam a ter uma melhor opinião sobre o clima,²²³ enquanto os funcionários imperiais o consideravam um problema para os moradores.

O colono Paolo Rossato, originário de Valdagno, Vicenza, afirmou que “a posição do Campo é favorável: os ares e as águas são bons e dá tudo: milho, trigo, etc. e o milho é muito melhor do que aquele de Cornale [...]”.²²⁴ Rossato escrevia para seus parentes, tentando convencê-los a também emigrarem. A leitura das suas cartas é a observação de um propagandista da emigração em ação. Ele se debatia contra a contra-propaganda, levada adiante, entre outros, por alguns colonos que, insatisfeitos com a situação enviavam a parentes italianos cartas desabonadoras das colônias e desestimuladoras do abandono da Itália. A sua opinião sobre o clima e a terra poderia ser, portanto, enviesada por essa sua militância imigratória. Mas a palavra de Rossato não era a única. Outro imigrante, Miguel Madalozzo, proprietário do lote 34 da 7ª Léguas, em carta escrita em 16 de outubro de 1876, também tentando convencer seus parentes a virem para o Brasil, afirmava que “[...] a posição aqui é mais saudável que em nossos povoados. A água e o ar, excelentes.”²²⁵ Em 28 de julho de 1878 o colono Luigi Gargioni escrevia ao engenheiro Salgado, que estava em inspeção na colônia, afirmando que saiu do Espírito Santo, onde estava, e veio para Caxias, para mudar para clima melhor e terra melhor.²²⁶

²²² Um lote urbano de 968 m² custava 19\$200. GARDELIN, Mario e COSTA, Rovílio. *Colônia Caxias: origens*. Porto Alegre : EST, 1993. Pág. 68.

²²³ O cônsul italiano Luigi Petrocchi, em período mais adiante do que trata esta dissertação, 1905, tinha opinião parecida com a dos colonos, no geral, de que o clima era bom. Para ele, a chuva contribuía para as excepcionais condições de higiene e para o clima agradável. Petrocchi apresentava o número de mortalidade infantil de 2 ou 3 crianças por 10 nascimentos em Dona Isabel – número considerado melhor que o da capital. COSTA et al. *Op. cit.* Pág. 90 e 91.

²²⁴ DE BONI, Luis Alberto. *La Mérica*. Caxias do Sul : Educus, 1977. Pág. 40.

²²⁵ *Idem*, Pág. 91.

²²⁶ AHRGS, Fundo da Imigração, Maço 53, Caixa 29.

Por seu turno os funcionários do Estado apresentavam uma opinião diferente quanto ao clima e as condições de saúde na colônia. Viu-se antes que médico era um problema constante ao qual as administrações se reportavam – e quando eles estavam em serviço, não havia segurança de bom trabalho e disposição para o mesmo. No Ofício nº 210, de 26 de junho de 1878,²²⁷ o inspetor especial pedia ao presidente da Província que autorizasse a contratação de Romualdo Alessandri, como farmacêutico, porque não havia médico na Colônia Caxias. Na parte final do ofício ele dá sua opinião sobre a necessidade da contratação: “para não condenar tanta gente não aclimatada à sofrer sem assistência.” Naquele mesmo período o engenheiro José Thomé Salgado encontrou 59 doentes no alojamento dos imigrantes, na sede de Caxias, sem nenhum tratamento médico.²²⁸ Em 28 de abril de 1880²²⁹ o diretor interino Constantino Rondelli enviava a seus superiores um relatório com os nascimentos, casamentos e mortes. Ele pedia atenção para o número de mortes de recém-nascidos, que era de 1/6 dos nascimentos. Segundo lhe dissera o serviço médico, a umidade e a friagem das casas era o maior problema das grávidas. Ele as queria colocar no barracão, na sede. Mas mesmo ali, as condições não seriam muito melhores.

O modelo urbano escolhido não melhoraria as condições do clima que, apesar de menos duro do que de algumas regiões italianas, era rigoroso. As casas de madeira ficavam expostas à ação do vento, sem proteção, pois as ruas eram abertas de norte a sul e de leste a oeste, retas, formando túneis de vento; as derrubadas impediam que as árvores, se em pé estivessem, protegessem as habitações. A expulsão da cozinha de dentro da casa, por motivos de segurança, era outro elemento que não ajudava ao aquecimento das pessoas. O “urbanismo” e a arquitetura aumentavam a ação do clima e pioravam as condições de saúde, segundo as opiniões e alguns dados oficiais, apesar de uma parte dos colonos, pelo que se viu, terem uma opinião diversa dos funcionários.

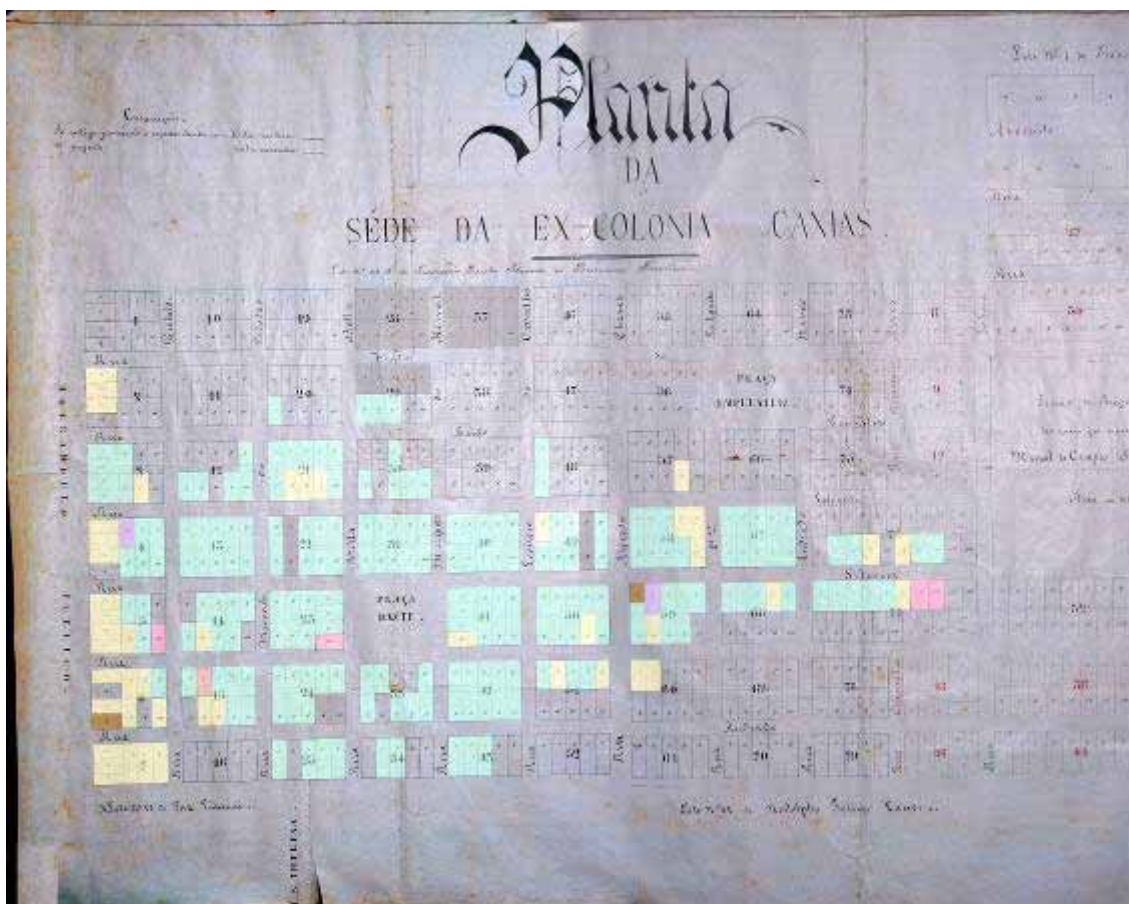
²²⁷ AHRGS, Fundo da Imigração, Maço 09, Caixa 07.

²²⁸ Ofício nº 1.163, de 05 de agosto de 1878, AHRGS, Fundo da Imigração, Maço 12, Caixa 10.

²²⁹ Ofício nº 150, AHRGS, Fundo da Imigração, Maço 54, Caixa 30.

A sede da Colônia Caxias tinha a função de “hospedar” o poder, sendo a residência do diretor e dos funcionários do Estado imperial. Mas essa função não era única. Ela reunia as funções religiosas, com a presença do padre e da capela, depois igreja, do serviço de saúde, precário, mas lá instalado, o educacional, com a implantação de escolas, e o comercial, *locus* das trocas e do abastecimento da população.

O poder político e o comércio, por estarem relativamente distantes, fizeram do pequeno povoado um local descentralizado.



Disposição espacial por nacionalidade dos habitantes da sede de Caxias em 1884, sobre planta de 1892. Trabalho executado por Alexandre Masotti sobre fotografia de Mário André Coelho de Souza. Os brasileiros estão em amarelo, os italianos em verde, os tirolezes em cinza, alemães em rosa, argentinos em marrom, francês em roxo, e húngaro em laranja.

O mapa estatístico da Colônia Caxias, de 1881 a 1884, elencou todos os nomes de proprietários de lotes urbanos na sede entre aqueles anos. A sede ainda possuía uma grande quantidade de lotes sem proprietários. Pela disposição espacial é possível perceber que, enquanto os “brasileiros”, entre eles os funcionários do Estado, se concentravam no lado oeste do perímetro,

fazendo fronteira com o descampado dos bugres, os colonos italianos eram alocados na área central do povoado, notadamente ao redor da praça central, pelo projeto do diretor Luiz Manoel chamada de *5 de Janeiro*, mas posteriormente batizada de Dante Alighieri. Nesse ponto se formou o centro comercial da sede. Era também ao redor da praça que se fazia a feira nos domingos e feriados, conforme o costume trazido da Europa. Havia grande variedade de produtos vendidos na feira da praça, mas predominavam os artigos de alimentação. Com as feiras a praça se tornava “alegre e importante”.²³⁰

Uma grande parte dos ocupantes dos lotes urbanos, no mapa estatístico, não tinha indicada sua ocupação. Quase todos esses eram também concessionários de lotes rurais. Houve pelo menos um caso de colonos que saíam na segunda-feira para seu lote rural e voltavam no final de semana para a sede.²³¹ Havia também os proprietários de lotes que moravam em São Francisco de Paula, e até em Porto Alegre.

Das ocupações dos moradores, nota-se a capacidade de desenvolvimento econômico interno que a sede tinha em germe. Eis as atividades que se encontravam no Campo dos Bugres-Sede Dante, em 1884: carreiros, jornaleiros (que trabalhavam por jornadas, diárias ou não), agricultor (um único que indicou essa atividade – mas o número deveria ser bem mais expressivo), pedreiros, tanoeiro, carpinteiros, negociantes, professores (públicos e particulares), funcionários do Estado imperial, tropeiros, costureira, carroceiro, hoteleiros, açougueiro, ferreiros, boticários, oleiros, alfaiates (um deles era alfaiate-carpinteiro), sapateiros, marceneiros, padeiros, santeiro, padre, amolador, músicos (havia os músicos-pintores), confeitoiro, relojoeiro, funileiros, moleiro e seleiros.

O número mais expressivo de pessoas estava na categoria dos “negociantes” – o que quer dizer de compra e venda de produtos dos mais diferentes ramos. Depois se encontrava os carpinteiros, o que condiz com o período arquitetônico do início da colonização, baseado na madeira. Em

²³⁰ GIRON, Loraine Slomp e HERÉDIA, Vânia. *História da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : EST, 2007. Pág. 90-93.

²³¹ Caso do colono João Adami, que residia com a família no lote nº 04 da quadra 29, na rua Bento Gonçalves, sede da colônia, e trabalhava com os filhos homens a terra do lote colonial nº 109 do Travessão Pedro Américo, da 8ª Léguas. O lote colonial ficava a 12 quilômetros da sede, e Adami e os filhos iam às segundas-feiras e voltavam aos sábados. ADAMI, *Op. cit.* Pág. 66, 96 e 97.

seguida vinham os sapateiros, em número de oito – se conclui que apesar do costume de trabalhar descalços, tão propalado por certos escritos da colonização, os colonos deveriam mandar fazer e consertar calçados, pelo menos para serem usados em ocasiões sociais. Logo após em quantidade estavam os pedreiros²³² e tropeiros.

A sede da colônia possuía serviços em quase todos os setores: nos transportes, com carreteiro, carroceiro, tropeiro, ferreiro, seleiro; na área da educação, com professor; na área da alimentação, com negociante (armazéns), padeiro, confeitoiro, açougueiro; na área do entretenimento, com músico; na área da construção civil, com carpinteiro, pedreiro, oleiro, marceneiro, funileiro, pintor; na área da saúde (talvez a mais precária), com boticário; na área da assistência religiosa, com padre, santeiro; na área do vestuário, com costureira, alfaiate.

Ao se encerrar o período de sua primeira década de ocupação, a sede urbana da Colônia Caxias estava em condições melhores que muitas cidades do Rio Grande do Sul, que acumulavam décadas de história. E isso não era à toa: foi resultado da ação do Estado, que dispôs aos imigrantes o apoio necessário para que construíssem, com trabalho e dedicação, uma vida nova longe dos lugares que nasceram.

Os imigrantes italianos, pressionados por uma situação econômica muito ruim, que lhes fechava as alternativas, deixaram seus *paesi* e seu dia-a-dia na Itália. Lá, o seu povoado era moldado pela forma do terreno. Na Colônia Caxias, eles encontraram funcionários do Império que executavam o projeto colonial rígido, pensado pelos dirigentes do país. Os lotes rurais não respeitavam a forma do terreno, e muito menos a respeitava o plano urbano da sede. Ao serem consultados sobre o desenho da nova cidade em que viveriam, aquiesceram.

Mesmo estando presentes os elementos culturais diferentes, no campo do “urbanismo” o estranhamento não foi forte, ou importante, o suficiente, para causar uma reação por parte dos colonos, como ocorrera em outros assuntos.

²³² Havia na sede três oleiros, além de uma grande olaria, de propriedade de Rodolfo F. Laner, que ocupava duas quadras inteiras, a 28 e a 37, no extremo norte da sede.

Considerações finais

Acompanhou-se a trajetória das cidades planejadas geometricamente, desde a Antigüidade clássica até o final do século XIX, quando foi criada a sede da Colônia Caxias.

Na Colônia Caxias se pôde identificar a permanência dos elementos urbanísticos que percorreram os tempos, prestando seus serviços para os criadores de colônias e construtores de cidades em todas as regiões de colonização.

As divisões internas das léguas, que foram unidades territoriais dentro da área geral de Caxias, eram baseadas no travessão e na linha, elementos que serviam como estradas e divisórias de lotes rurais. Os travessões eram estradas não muito largas que cortavam a mata e permitiam, através de suas margens, que os lotes fossem medidos e distribuídos de maneira uniforme. O desenho que resultou do modelo, tributário fiel da legislação brasileira, foi o de uma colônia marcada pelas figuras retangulares ou quadradas de lotes, independente da topografia encontrada por quem iria assentar os colonos. O sistema de travessões e linhas é semelhante ao sistema das *centuriae*, utilizadas pelos romanos em suas áreas rurais de colonização, e ainda possíveis de serem vistas em alguns locais da Europa e do norte da África. O sistema das *centuriae* também moldava as cidades romanas nas áreas de colonização, sendo estas marcadas pelo rigor da geometria. Na Colônia Caxias, a figura do mundo rural também moldou o mundo urbano: se as léguas, travessões e linhas eram retas e seguiam a orientação dos pontos cardeais, as ruas e terrenos da sede deveriam assemelhar-se àquele desenho. O sistema de colonização das *centuriae* não foi objeto de estudo por parte dos programas que formavam os engenheiros brasileiros, funcionários que executaram o plano colonizador imperial; nem a criação de núcleos urbanos o era, com a necessária importância. Traçar retas era o *costume* – e assim foi feito, já anteriormente, ao se legislar a colonização.

A experiência de ocupação da América, a partir do século XVI, se deu primeiramente sob dois modelos: o espanhol, demasiadamente marcado pela rigidez, e o português, menos inflexível. Esses paradigmas influenciaram a

construção das cidades. Os primeiros séculos da ocupação ibérica mostraram nítidos que Espanha e Portugal não eram os mesmos em matéria de “urbanismo”. A partir da metade do século XVIII, após o período da União Ibérica e com o estabelecimento do governo de Pombal em Portugal e a adoção do ideário Iluminista, começou a convergência urbanística na política de ocupação dos dois países. Mas, não parece ter havido uma simbiose entre ideários divergentes: a partir de meados dos 1700 foi o modelo espanhol que se impôs. As cidades fundadas no território do Rio Grande do Sul, que começou a ser ocupado quando Portugal adota essa política *espanhola* – a fundação de cidades e a colonização devem ser feitas sob o símbolo da rigidez, submetendo aos humanos e a natureza – foram praticamente todas guiadas por essas determinações. Nesta situação se encontravam as povoações fundadas nas colônias alemãs, instaladas algumas décadas antes. Os alemães não receberam “naturalmente” a imposição do modelo luso de cidades, então convergente com o espanhol. Quando se criou a sede da Colônia Caxias, o território rio-grandense estava pontilhado por cidades reticuladas – poucas como um legítimo tabuleiro de xadrez. Tal qual uma povoação espanhola num ponto dos Andes ou das montanhas do México, coube à sede de Caxias receber um traçado em xadrez na topografia de montanha do nordeste da província. Diferentemente do que ocorreu nas colônias alemãs, em Caxias os colonos italianos não fizeram desse elemento um ponto de divergência com as autoridades. Tirando um ou outro caso de sugestão sobre traçado de estrada, os colonos de Caxias não quiseram interferir nas figuras de linha reta criadas pelo Império. As condições de vida melhoravam em relação ao que tinham na Europa, e um traçado de povoação diferente, elemento cultural que não interferia na economia, poderia ser identificado como mais um passo em direção a essa nova vida, bem-sucedida, no Brasil. E os relatos de imigrantes, em muitos casos, são explícitos em revelar o desejo de morar em cidades e não em vilas, como na Itália.

O povoado criado na sede da Colônia Caxias, onde foram instalados os italianos, teve a marca da cultura luso-brasileira – por sua vez influenciada pela espanhola, característica do mundo clássico greco-romano.

Os engenheiros brasileiros (e agrimensores) que deram forma às colônias seguiram as instruções escritas, minuciosas, que deveriam obedecer. O que chama a atenção é a quase ausência, nos programas das escolas de engenharia, no período concomitante ao qual foi fundada a sede da Colônia Caxias, de temas ligados à urbanização e ao traçado de cidades. Esse dado reforça ainda mais a opinião de que projetar povoações era tarefa na qual se utilizava o costume. A regularidade da forma era a idéia central das autoridades imperiais, desde o legislador até o engenheiro.

A historiografia da imigração tem apontado a relação de subserviência dos colonos à estrutura governamental do Estado imperial. De fato, não eram apenas eles que deveriam se submeter às ordenações estipuladas na legislação, mas os próprios funcionários do governo tinham uma margem muito pequena de autonomia em seus trabalhos colonizadores.

Sendo assim, cabe destaque ao acontecimento da organização e traçado da sede da Colônia Caxias. O fato de o diretor Luiz Manoel de Azevedo ter dado possibilidade de os colonos que moravam na sede opinar sobre a forma que a cidade teria é um dado novo nas relações de poder entre Estado e imigrantes. Nesse caso, talvez a mediação de um diretor interino, não-engenheiro, tenha permitido que tal ocorresse. E ao serem consultados, segundo as palavras do diretor, se mostraram contentes, principalmente com o local da igreja, e já se puseram de voluntários para ajudar em sua construção. No modelo espanhol *puro*, isso seria algo inconcebível. Mas possível de ocorrer na cultura urbanística luso-brasileira, permeável à flexibilidade.

Uma ironia histórica foi o fato de o autor do projeto da sede da Colônia Caxias, na documentação descrito como “organizador”, não ter sido um engenheiro, mas um escrivão da Tesouraria da Fazenda da província. E considerado, pela burocracia superior da colonização, como despreparado para o cargo de diretor de Caxias. Luiz Manoel de Azevedo pode ter se valido dos engenheiros e agrimensores que aqui trabalhavam sob sua direção para traçar a sede da colônia, mas não se pode descartar a possibilidade de ele próprio a ter projetado. O plano é trivial. Apesar de não ser uma cidade criada sob as necessidades do capitalismo reinante no final do século XIX nos países

centrais, cabe para seu projeto urbano o que Mumford caracterizou como a cidade daquele período: qualquer um poderia pensá-la e traçá-la.

A descoberta do projeto tal como Luiz Manoel de Azevedo o organizou, em 06 de dezembro de 1878, permite conhecer-se elementos novos do desenvolvimento do núcleo urbano de Caxias. Ressalte-se que o projeto, depositado no acervo do Arquivo Nacional, era desconhecido pela historiografia, que se valia de instrumentos aproximados para contar a implantação do traçado da povoação.

A idéia da regularidade se impôs na montanha, mas não *in totum*. A sede foi deslocada para o sul, porque era topograficamente mais adequado o terreno na parte meridional. Ao ser deslocada, invadiu os lotes rurais que ficavam na fronteira da área reservada para a povoação. Essa invasão impediu a implantação do projeto original, impossibilitando a abertura de duas ruas – a Conde de Porto Alegre e a Marcondes de Andrade – e duas ordens e meia de quadras. A praça central da sede, ponta oeste de um triângulo formado por mais duas praças, estava nomeada com o nome de *5 de Janeiro* – denominação original da praça Dante no projeto, dado que era desconhecido.

Figura da rede romana, implantação ao estilo espanhol, herança portuguesa, trivialidade da planta baixa especulativa: a sede da Colônia Caxias resultou de muitos *acontecimentos*, quando vista da perspectiva da longa duração.

Bibliografia:

ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*. I Tomo. Caxias do Sul : Edições Paulinas, 1971. 2ª Edição.

ÁLBUM COMEMORATIVO DO 75º ANIVERSÁRIO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre : Globo, 1950.

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos*. Porto Alegre : Editora Nação, 1975.

AZEVEDO, Thales de. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. Cadernos de pesquisa. Caxias do Sul : Educs, 1994.

BARATA, Mário. *Escola Politécnica do Largo de São Francisco*. Berço da engenharia brasileira. RJ : Associação dos Antigos Alunos da Politécnica/Clube de Engenharia/CFC-MEC, 1973.

BARDET, Gaston. *O urbanismo*. Campinas : Papirus, 1990.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul. In: WEIMER (Org.). *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Ed. da UFRGS/Prefeitura de Porto Alegre, 1992.

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. SP : Perspectiva, 1999, 3ª ed.

BONA, Andrea, **ALPAGO NOVELLO**, Adriano e **PERCO**, Daniela (a cura di). *Coscienza e conoscenza dell'abitare ieri e domani*. Verona : Provincia di Belluno, 2006.

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa : Editorial Presença, 1990.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.

CENTURIÃO. Luiz Ricardo Michaelsen. *A cidade colonial no Brasil*. Porto Alegre : EDIPUCRS.

CIRIACONO, Salvatore. Le trasformazioni economiche dal 1650 all'unificazione. In: FUMIAN, Carlo e VENTURA, Ângelo. *Storia del Veneto*. 2. Dal Seicento a oggi. Roma-Bari : Laterza, 2004.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de e **RIBEIRO**, Cleodes Piazza Júlio (Org.). *De pioneiros a cidadãos*. Imagens da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1960). Porto Alegre : Consulado Geral da Itália, 2005.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Gli italiani nelle Città*. Perugia : Guerra, 2001.

COSTA, Rovílio et al. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. Porto Alegre : EST, 1992.

DACANAL, José Hildebrando. *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1980.

DE BONI, Luis Alberto. *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre : EST, 1987.

DE BONI, Luis Alberto. *La Mérica*. Caxias do Sul : Educs, 1977.

ESCOLA POLYTECHNICA. "Programmas de Ensino" dos anos de 1878, 1879 e 1881, impressos pela Typographia Nacional, no Rio de Janeiro. Biblioteca de Obras Raras do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FONTANA, Giovanni Luigi. Lo sviluppo economico dall'unità a oggi. In: FUMIAN, Carlo e VENTURA, Ângelo. *Storia del Veneto*. 2. Dal Seicento a oggi. Roma-Bari : Laterza, 2004.

FRANZINA, Emilio. *A grande emigração*. O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas : Editora da Unicamp, 2006.

FROSI, Vitalina e **MIORANZA**, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Editora Movimento, 1975.

FUMIAN, Carlo e **VENTURA**, Ângelo. *Storia del Veneto*. 2. Dal Seicento a oggi. Roma-Bari : Laterza, 2004.

GARCIA LAMAS, José M. Ressano. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa : FCG/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.

GARDELIN, Mario e **COSTA**, Rovílio. *Colônia Caxias: origens*. Porto Alegre : EST, 1993.

GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul : UCS/EST, 1977.

GIRON, Loraine Slomp e **BERGAMASCHI**, Heloísa Eberle. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul : Educs, 1996.

GIRON, Loraine Slomp e **BERGAMASCHI**, Heloísa Eberle. *Terra e Homens*. Colônias e colonos no Brasil. Caxias do Sul ; Educs, 2004.

GIRON, Loraine Slomp e **HERÉDIA**, Vânia. *História da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : EST, 2007.

GOITIA, Fernando Chueca. *Breve história do urbanismo*. Lisboa : Editorial Presença, 1982.

- GUTIERREZ**, Ester e **GUTIERREZ**, Rogério. *Arquitetura e assentamento ítalo-gaúchos (1875-1914)*. Passo Fundo : Editora da UPF, 2000.
- GUTIERREZ**, Esther. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre : Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.
- HOBBSAWN**, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. RJ : Paz e Terra, 1988.
- HOLANDA**, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed., SP : Companhia das Letras, 1995.
- IOTTI**, Luiza Horn. *Imigração & Colonização*. Legislação de 1747-1915. Porto Alegre : ALERGS – Caxias do Sul : Educus, 2001.
- KERN**, Arno e **JACKSON**, Robert. *Missões ibéricas coloniais: da Califórnia ao Prata*. Porto Alegre : Palier, 2006.
- LA SALVIA**, Flávia e **HANDSCHUCH**, Nilbiamater S.B. *Processo de colonização no Rio Grande do Sul*. Boletim Geográfico do RGS. Porto Alegre : Secretaria da Agricultura, Ano 19, nº 17, Janeiro da Dezembro de 1974.
- LAZZARINI**, Antonio. Emigrazione e società. In: FUMIAN, Carlo e VENTURA, Ângelo. *Storia del Veneto*. 2. Dal Seicento a oggi. Roma-Bari : Laterza, 2004.
- LUCHESE**, Terciane Ângela. *Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde d’Eu, Dona Isabel, Caxias e Alfredo Chaves – 1875 a 1889*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre : Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.
- LYRA TAVARES**, A. de. *A engenharia brasileira no Segundo Reinado*. Revista do IHGB, nº 338, Jan-Mar, Brasília-RJ, 1983.
- MACHADO**, Maria Abel. *Construindo uma cidade: História de Caxias do Sul – 1875/1950*. Caxias do Sul : Maneco Livraria & Editora, 2001.
- MACHADO**, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do império*. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 1999.
- MANFRÓI**, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Editora Grafosul, 1975.
- MARINHO**, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *O CENTAURO imperial e o “partido” dos engenheiros*. A contribuição das concepções gramscianas para a noção de Estado ampliado no Brasil Império. In: MENDONÇA, Sônia Regina de (Org.). *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói : EdUFF, 2006.

MEDEIROS, Laudelino de. *Escola Militar de Porto Alegre: 1853-1911*. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 1992.

MEDEIROS, Laudelino de. *O processo de urbanização do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : UFRGS, 1959.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. SP : Martins Fontes, 1982.

POSENATO, Júlio. A arquitetura residencial rural norte-italiana e a a imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luis Alberto. *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre : EST, 1987.

POSENATO, Júlio. *Belas aldeias italianas*. Porto Alegre : Ed. Posenato Arte e Cultura, 1987.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo : Brasiliense, 1985.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro : Campus, 1997.

RHODEN, Luiz Fernando. *Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução*. Porto Alegre : EDIPUCRS.

ROMANATO, Gianpaolo. Religione e società nel Veneto Novecentesco. In: GIRON, Loraine Slomp e RADÜNZ, Roberto. *Imigração e Cultura*. Caxias do Sul : Educus, 2007.

SALZANO, Edoardo. *Fondamenti di urbanística*. Laterza : Roma-Bari, 2007.

SANTOS, Milton. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. SP : HUCITEC, 1982.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. RJ : BestBolso, 2008.

SERRA, Geraldo. *O espaço natural e a forma urbana*. SP : Nobel, 1993.

SITTE, Camille. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. SP : Ática, 1992.

TRENTO, Ângelo. *Os italianos no Brasil*. São Paulo : Prêmio, 2000.

VENTURA, Ângelo. Il Veneto nel Risorgimento. In: FUMIAN, Carlo e VENTURA, Ângelo. *Storia del Veneto*. 2. Dal Seicento a oggi. Roma-Bari : Laterza, 2004.

WEIMER, Günter. Arquitetura popular dos imigrantes: um estudo comparativo. In: RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio e POZENATO, José Clemente. *Cultura, imigração e memória*. Percursos & horizontes: projeto ECIRS 25 anos. Caxias do Sul, RS: Educus, 2004.

WEIMER, Günter. Vida e morte da cidade teuto-gaúcha. In: WEIMER, Günter (Org.). *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Ed. da UFRGS/Prefeitura de Porto Alegre, 1992.

YUNES, Gilberto Sarkis. *Cidades reticuladas: a persistência do modelo na formação urbana do Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. São Paulo : FAU/USP, 1995.

Fontes:

Arquivo Nacional

1 – 4Y/MAP.641, várias plantas

2 – IA6 Agricultura – DEP 311, Caixa 24, vários ofícios

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

1 – C265

2 – B-3.08.

3 – B-3.09.

4 – Maço 08, Caixa 06, Fundo da Imigração, vários ofícios

5 – Maço 09, Caixa 07, Fundo da Imigração, vários ofícios

6 – Maço 12, Caixa 10, Fundo da Imigração, vários ofícios

7 – Maço 13, Caixa 10, Fundo da Imigração, vários ofícios

8 – Maço 40, Caixa 21, Fundo da Imigração, vários ofícios

9 – Maço 53, Caixa 29, Fundo da Imigração, vários ofícios

10 – Maço 54, Caixa 30, Fundo da Imigração, vários ofícios

11 – Maço 59, Caixa 32, Fundo da Imigração, vários ofícios

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI

1 – Planta geral da ex-Colônia Caxias, 11.00.02 (1892)

2 – Planta da 5ª légua da Colônia Caxias, sem data

3 – Planta da sede da ex-Colônia Caxias, 1892

Anexos

Directoria da Colonia Caxias, 17-12-78

Nº 5

Illmo. Exmo. Snr.

Sendo possível, e provável mesmo, acontecer; que o que hoje se chama povoação do Campo dos Bugres, que actualmente só tem cazas de taboas, venha em breve a ser uma bella Freguezia ou Villa com boas cazas feitas de pedras e cal, cobertas de telhas, convem q. desde já se trate da regularisação das respectivas quadras.

A planta que aqui se acha archivada, e que ignoro haja sido approvada, contem grave defeito: as quadras são demasiadamente grandes, contem 1:100 palmos por face, e os lotes 100 de frente e somente 200 de fundo, do que resulta ficar no centro, desaproveitado e sem communicação com as ruas, um quadrado de 700 palmos lineares por face.

À vista disto, pois, organizei um projecto para a povoação, e o submetto à approvação de V. Ex^a. Constando, haver aqui na Directoria um novo plano para a povoação apresentarão-se muitos colonos a vê-lo: e à vista do local marcado para a Igreja mostrarão-se contentes, e offerecerão-se para coadjuvar gratuitamente na respectiva construcção.

Esta obra tendo sido orçada em 2:500\$000 (?), inclusive pintura, propoz-se construí-la Canali Alessandro pelo preço do orçamento: mas este reduzido a 2:000\$000 (?), recusou aceitar. Penso pois que, se esta Directoria for agora autorizada a mandar construir a Igreja, se encontrará quem queira empreitar a obra pelos mesmos 2:000\$000 (?). V. Ex^a. resolverá.

Deos Guarde a V. Ex^a.

Illmo. Exmo. Snr. Dr. Américo de Moura Marcondes e Andrade

Presidente da Província

Luiz Manoel de Azevedo

Director interino.

Julgo q. a planta deve ser enviada ao Engro. Thomé Salgado para examinal-a e dar seu parecer. Quanto a capella me parece q. se deve officiar ao Director autorisando-o a levar a effeito, a respectiva construcção, (?) 2:000\$000. É despesa já autorisada pelo Ministério da Agricultura. V. Ex^a. se dignará de resolver.

(?) 24 de 78.

Ao Engro. Salgado off. Nº 5 de 2 de janeiro de 1879. Respº. ao Engro. Salgdo. Em 10 de janeiro. Nº 37 e 38.

Remetta-se ao (?) Thomé, e authorize-se a construcção. 31-12-78.

Directoria da Colonia Caxias, 14-7º-79

Nº 74

Illmo. Exmo. Snr.

Foi-me entregue na Secretaria d'esse Palácio do Governo o mappa da Sede d'esta Colônia, que deve substituir outro antecedentemente approved por esta Presidência, e que d'elle não differe senão na transposição de duas ordens de quadra de Norte para Sul, por ser o terreno na parte meridional mais adaptado para a edificação de casas.

Notei porém uma alteração na ordem geral das quadras sitas na parte d'oeste, e precisamente na quadra Nº 4 que na minha opinião não deve existir, pelas razões que vou expor, e rogo que V. Ex^a. se digne de considerar.

A figura I representa a dita quadra na ordem geral das de oeste, e a figura II a mesma quadra com a alteração mencionada.

(desenho) (desenho)

No lote nº 3 (Fig. I) tem casa edificada o Snr. Agrimensor Diogo Felício dos Santos que já a requereo à esta Directoria. No lote Nº 4 existem duas casas de propriedade do Governo, uma (a da esquina) onde está estabelecida a Commissão Technica, a outra em que reside o Snr. Luiz Francº. Recke e que elle requereo à esta Presidência para que lhe seja concedida. A alteração feita gera inconvenientes: - a linha ab intercepta a casa do Snr. Diogo Felício dos Santos, de modo que sua cosinha fica toda comprehendida no lote nº 4 na Fig. II.

Essa linha com maior razão devia ser a cd na fig. I por ficar a casa onde mora o Snr. Recke toda comprehendida na metade do lote Nº 4, excluindo no mesmo tempo qualquer inconveniente, no caso que fô deferido seu requerimento.

Mas não havendo local para a escola d'esta Sede e funcionando as aulas na casa do Snr. Diogo Felício dos Santos, julgo eu que tal casa deve ser destinada para este fim. V. Ex^a. decidirá como melhor julgar em sua alta sabedoria.

Deus Guarde a V. Ex^a.

Illmo. Exmo. Snr. Dr. Felisberto Pereira da Silva

Mto. Dº. Presidente da Província

Constantino Rondelli

Director int.

A planta da Col^a. Caxias foi approved pela Presidência depois de examinada pelo Engro. Thomé Salgado, que a considerou no caso de satisfazer as condições exigidas p^a. uma nascente e futura povoação. Portanto julgo que deve-se aguardar a nomeação de Engro.p^a. Director daquella Col^a. a fim de exigir-se d'elle informações sobre a necessidade ou conveniência da alteração proposta pelo actual, que não é profissional.

(?) 1º de Setembro de 1879 –

(Lavra Pinto - ?)

